



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023**

**ATA NÚMERO DEZASSEIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

**ÍNDICE**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SR VEREADOR NUNO NETO**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR ÀS CAMPEãs NACIONAIS DE SUB-DEZASSEIS FEMININO DE BASQUETEBOL, DA SIMECQ - SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MUSICAL E ESCOLAR CRUZ QUEBRADENSE**
- 19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AO PROFESSOR CARLOS MANUEL VILA MAIOR LOPES, PROFESSOR DE PORTUGUÊS E LITERATURA DE VÁRIAS TURMAS**

**DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADE, DA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA**

- 20 - PROPOSTA Nº. 539/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA JUNÇÃO DO BEM, Nº. 72, 1º. ESQ., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 21 - PROPOSTA Nº. 540/23 - DRU - Pº. 28/DRU/2021 - REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL - BAIRRO DA LAJE - RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE MAIOR VALIA ASSOCIADA AOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO EM ROCHA - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**
- 22 - PROPOSTA Nº. 541/23 - UPGO - Pº. 2020/113 - DGEP - “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 5 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS**
- 23 - PROPOSTA Nº. 542/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E LOGÍSTICO PARA A REALIZAÇÃO DA 19ª. EDIÇÃO DO EVENTO CONGRESSO NACIONAL DOS COZINHEIROS, EM OEIRAS**
- 24 - PROPOSTA Nº. 543/23 - DPU - R1059/2023 E R11067/2022 APENSO AO PROCº. Nº. 967/1989 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 2/2003, SITUADO EM LEIÃO**
- 25 - PROPOSTA Nº. 544/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ESCOLA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO CABO, PARA O PRÉMIO DO 1º. CLASSIFICADO NA 4ª. EDIÇÃO DO PROJETO “CRIANÇAS AO PALCO”**
- 26 - PROPOSTA Nº. 545/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TEMPOS LIVRES, INSTALADOS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA, ANO LETIVO 2022/2023**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 27 - PROPOSTA Nº. 546/23 - UIPE - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO JULIÃO DA BARRA, DESTINADO AO CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE OEIRAS, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO CONCELHO DE OEIRAS - 2023**
- 28 - PROPOSTA Nº. 547/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL MENSAL AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO, PARA O 2º. SEMESTRE DO ANO DE 2023**
- 29 - PROPOSTA Nº. 548/23 - DPU - PROC. Nº. 9/2003 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 4/2005, SITO EM CARNAXIDE**
- 30 - PROPOSTA Nº. 549/23 - UGPS - PROCEDIMENTO RELATIVO AO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES DA FARMÁCIA OUTURELA S. NUNES SIMÕES**
- 31 - PROPOSTA Nº. 550/23 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO MÉDICO AO DOMICÍLIO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 32 - PROPOSTA Nº. 551/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO, PARA APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE NO ÂMBITO DO “PROJETO #COMCORAÇÃO”**
- 33 - PROPOSTA Nº. 552/23 - UPGS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS, PARA APOIO À CONTINUIDADE DO PROJETO HOME 360º.**
- 34 - PROPOSTA Nº. 553/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, PARA APOIO AO CAMPO DE FÉRIAS “SOMOS UM” 2023**
- 35 - PROPOSTA Nº. 554/23 - DCS - CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS**

**CONTRATOS DE INSERÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - 2º. ADITAMENTO À PD Nº. 299/2023, DE 5 DE ABRIL**

- 36 - PROPOSTA Nº. 555/23 - UPGO - Pº. 2022/53-DEM - “EB GONÇALVES ZARCO - BENEFICIAÇÕES EXTERIORES” - APROVAÇÃO DA PRIMEIRA MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (TRABALHOS COMPLEMENTARES)**
- 37 - PROPOSTA Nº. 556/23 - UPGO - Pº. 2021/82-DGEP - “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS NO CONCELHO” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA**
- 38 - PROPOSTA Nº. 557/23 - UPGO - Pº. 2022/92-DGEP - “CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE NA R. SACADURA CABRAL, DAFUNDO” - APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE EXECUÇÃO**
- 39 - PROPOSTA Nº. 558/23 - DCH - Pº. 36/DPCHM/2022 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DOS ACIPRESTES - 12 FOGOS, EM LINDA-A-VELHA - CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DA 1ª. REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**
- 40 - PROPOSTA Nº. 559/23 - DCH - Pº. 27/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA DO BAIRRO DO POMBAL - RUA TOMÉ DE BARROS QUEIRÓS, Nº.S 1, 3, 5, 7, 9 E 50, AV. RIO DE JANEIRO - BAIRRO DO POMBAL - OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 560/23 - DCH - Pº. 30/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº.S 19, 23 E 25 - BAIRRO LAVEIRAS-CAXIAS, OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO POR LOTES (TRÊS LOTES)**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 42 - PROPOSTA Nº. 561/23 - DP - DESANEXAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS SITAS EM TERCENA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 562/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA VERITAS EDUCATIO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, S.A., PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA INTERNACIONAL**
- 44 - PROPOSTA Nº. 563/23 - DCH - Pº. 4/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS SITOS NA RUA INDIVERI COLUCCI, Nº.S 5, 7, 9, 11, 13, 12, 14 E 16 - ALTO DA LOBA - PAÇO DE ARCOS, OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**
- 45 - PROPOSTA Nº. 564/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DO PRÉDIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, Nº. 4 E Nº. 6, EM CARNAXIDE, À SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE**
- 46 - PROPOSTA Nº. 565/23 - DP - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 3ª. DO CONTRATO DE COMODATO Nº. 120/2009, DE 29/04/2009, CELEBRADO COM O “CLUBE TODO TERRENO”**
- 47 - PROPOSTA Nº. 566/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS DE 2022 DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**
- 48 - PROPOSTA Nº. 567/23 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**
- 49 - PROPOSTA Nº. 568/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS 2022 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 4º. TRIMESTRE DE 2022 DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.**
- 50 - PROPOSTA Nº. 569/23 - SIMAS - 2ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2023 - MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E APLICAÇÃO DE**

**PARTE DO SALDO DE GERÊNCIA - PD N°. 132/SIMAS/2023**

- 51 - PROPOSTA N°. 570/23 - DPU - PROC°. N°. P1/1997/6462/0 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N°. 7/2000, SITO EM PAÇO-DE-ARCOS**
- 52 - PROPOSTA N°. 571/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO PROJETO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO**
- 53 - PROPOSTA N°. 572/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO À HAPPINESS CONDITION, UNIPESSOAL, LDA., PARA A REALIZAÇÃO DO “WORLD BIKE TOUR LISBOA/OEIRAS” 2023**
- 54 - PROPOSTA N°. 573/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 13ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 55 - PROPOSTA N°. 574/23 - DPOC - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022**
- 56 - PROPOSTA N°. 575/23 - DFP - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023**
- 57 - PROPOSTA N°. 576/23 - DMEDSC - FINANCIAMENTO E EVENTOS NO PASSEIO MARÍTIMO DE ALGÉS (DIAS 31 DE JULHO, 1, 2, 6 E 7 DE AGOSTO), NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023, EM OEIRAS**
- 58 - PROPOSTA N°. 577/23 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO ESPARGAL - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS EM SEDE DE DISCUSSÃO PÚBLICA**
- 59 - PROPOSTA N°. 578/23 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO ESPARGAL - APROVAÇÃO FINAL - APROVAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA, DESENHO URBANO, MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 60 - PROPOSTA Nº. 579/23 - DOT - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE) - DISCUSSÃO PÚBLICA - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO**
- 61 - PROPOSTA Nº. 580/23 - DOT - APROVAÇÃO FINAL DA REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE)**
- 62 - PROPOSTA Nº. 581/23 - DCA - PROJETO ANIMÀRUA 2023 - APOIO PONTUAL AOS AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES**
- 63 - PROPOSTA Nº. 582/23 - DCS - CENTRO QUALIFICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 64 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
- 65 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023 -----

----- ATA NÚMERO DEZASSEIS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

----- Faltou o Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

**2 - APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número treze de dois mil e vinte e três, de dezassete de maio, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

**3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:** -----



-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de dezanove de junho de dois mil e vinte e três a vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte e um milhões setecentos e sessenta e seis mil trezentos e cinquenta e oito euros.

**4 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS:**-----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia vinte e dois de junho, os quais são: -----

-----“Apresentação da DCIO - Adiada. -----

-----Informações:-----

-----Tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria à Data; -----

-----“Site” - melhorias - Adiada; -----

-----Proposta de campanha para a promoção e divulgação dos serviços do nosso Laboratório, dentro e fora dos Concelhos de Oeiras e Amadora - Adiada;-----

-----Proposta para programa piloto - “Oeiras pelos animais - Espaço Amigo” - Adiada;---

-----Imagem novos espaços Amadora e Algés- Adiada; -----

-----Tomou conhecimento da análise orçamental e previsão de libertação de verbas.-----

-----Propostas de ratificação:-----

-----Procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais para a prestação de serviços destinada à realização de um espetáculo, no âmbito das Festas do Município de Oeiras dois mil e vinte e três, a realizar no dia treze de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte e duas horas, no Taguspark, Praça Nelson Mandela - Adjudicação à empresa “La Folie-Gift, Limitada”,



Câmara Municipal  
de Oeiras

pelo valor de vinte e quatro mil seiscientos e sessenta e um euros e cinquenta cêntimos, com IVA incluído. Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração doutor João Serrano no dia seis de junho de dois mil e vinte e três;-----

----- Abertura de procedimento por ajuste direto, ao abrigo de critérios materiais destinado à ativação da marca SIMAS de Oeiras e Amadora - Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração doutor João Serrano no dia catorze de junho de dois mil e vinte e três; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a prestação de serviços destinados ao desassoreamento da saída da ribeira de Algés, no Concelho de Oeiras - Ano dois mil e vinte e três, pelo preço base de cento e quarenta e sete mil oitocentos e vinte e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração doutor João Serrano no dia dezasseis de junho de dois mil e vinte e três. -----

----- Propostas de deliberação:-----

----- Prestação de serviços destinados à realização de serviços a mais no âmbito do contrato de prestação de serviços destinados ao apoio psicológico, contrato número setenta e dois, de dois mil e vinte, elaboração de diagnóstico social - Adiada; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público destinado ao fornecimento contínuo de peças e acessórios para as viaturas da frota automóvel dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, pelo período de dois anos, pelo preço base de trinta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ou até que a verba se esgote, com a execução do fornecimento a ocorrer no prazo de dois anos, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Abertura de procedimento por concurso público (por lotes), para prestação de serviços de calibração e manutenção de equipamentos de laboratório a executar entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e seis, pelo prazo de três anos, pelo preço base total de dezasseis mil e duzentos euros, para um prazo de execução de três anos, a iniciar em dois mil e vinte e três e a terminar em dois mil e vinte e seis - Adiada;-----

-----Procedimento por concurso público, com divisão em lotes, destinado ao fornecimento de diversos materiais de armazém, adjudicação pelo valor global de cento e trinta mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, designadamente à empresa Mendes & Irmão, Sociedade Anónima, lote um, à empresa Correcta Comercial, Limitada, o lote dois e à empresa Olico - Materiais para Construção, Construção Civil e Obras Públicas, Limitada, o lote três, com o prazo de execução de três anos, a iniciar em dois mil e vinte e três, ou até que a verba se esgote - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Procedimento por consulta prévia, com consulta a três entidades, para a prestação de serviços de engenharia para contratação de engenheiro fiscal, na modalidade de tarefa - Adjudicação na modalidade de tarefa, pelo valor de dezanove mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Aprovação da ordem de supressão de trabalhos previstos no contrato de empreitada de “Substituição de rede de abastecimento de água no Casal da Mira, Freguesia Mina de Água, zona norte e zona sul, Concelho da Amadora” - Concurso público vinte e um mil cento e noventa e quatro, de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Aprovação de supressão de trabalhos previstos no contrato de empreitada de alteração dos circuitos hidráulicos no reservatório de Carnaxide - Concurso Público vinte e um mil cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Quinta alteração orçamental permutativa da despesa corrente, capital e PPI de dois mil e vinte e três e anos seguintes - Retirada;-----

----- Mapa anual de recrutamento para dois mil e vinte e três - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

----- Segunda alteração orçamental modificativa dois mil e vinte e três - Modificações ao orçamento da receita, da despesa e aplicação de parte do saldo de gerência - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.-----

**5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----**

----- Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

----- Número trezentos e três, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Louvor ao Clube do Mar Costa do Sol, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PSD, na qual deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um Voto de Louvor ao Clube Mar Costa do Sol e aos seus atletas pela sua participação no Campeonato Regional de Velocidade (Bacia do Tejo), no CAR de Montemor-o-Velho, tendo conquistado nove medalhas, sendo quatro de ouro, uma de prata e quatro de bronze, para além de quatro títulos de Campeão Regional de Pista, bem como comunicar ao Clube este Voto e, por seu intermédio, aos atletas medalhados.-----

----- Número trezentos e seis, remetendo cópia da deliberação sobre Moção sobre a

Transferência de Competências, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV, na qual deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra do Partido Socialista e três abstenções do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, exigir ao governo o cumprimento das responsabilidades assumidas no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação, assinado em dois mil e quinze e as que resultam da aplicação do Decreto-Lei número vinte e um de dois mil e dezanove, nomeadamente. Bem como solicitar ao governo a prorrogação do prazo para a transferência de competências nas áreas da saúde e educação, enquanto as novas transferências não tiverem a garantia comprovada da dotação com os meios indispensáveis.-----

-----Número trezentos e onze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e cinquenta e sete, de dois mil e vinte e três - DCS - Atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para dar resposta à Mercearia Social, na qual deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a



Câmara Municipal  
de Oeiras

atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de vinte e cinco mil euros, à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para resposta da Mercearia Social.-----

----- Número trezentos e doze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e três - DCS - Apoio às Juntas e Uniões de Freguesias para a operacionalização de apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis, na qual deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de cinquenta mil euros, para apoio aos custos operacionais da implementação da intervenção e apoio social aos munícipes mais vulneráveis e concretamente: -----

----- União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros;-----

----- União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - dez mil euros; -----

----- União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - dez mil euros; - -----

----- Junta de Freguesia de Barcarena - dez mil euros;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - dez mil euros. -----

----- A minuta de termo de aceitação que enquadra esse apoio. -----

-----Número trezentos e treze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e sessenta e sete, de dois mil e vinte e três - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - Primeiro trimestre de dois mil e vinte e três, na qual e deliberou por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no valor de oito mil quatrocentos e setenta e sete euros e trinta e oito cêntimos e à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no valor de trezentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos, uma vez que há um défice face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três. -----

-----A reposição, por parte da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, do valor de doze mil duzentos e setenta e nove euros e oitenta e três cêntimos e da Junta de Freguesia de Porto Salvo, do valor de seis mil cento e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três. -----

-----Número trezentos e catorze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e setenta e cinco, de dois mil e vinte e três - DTGE - Feira das Festas de Oeiras dois mil e vinte e três - Reconhecimento de benefício tributário de redução do pagamento



Câmara Municipal  
de Oeiras

de taxa devida pela ocupação do espaço público, na qual deliberou por maioria, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a aceitação da redução da cobrança, através da redução da área, a favor do requerente com o restaurante “Quinito”, com o valor final de cinco mil quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta cêntimos; - -----

----- O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público e aceitação do pagamento faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Mini Montanha O Dragão”, com o valor final de onze mil dezasseis euros e oitenta e sete cêntimos; - -----

----- O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o divertimento “Wonderland”, com o valor final de três mil cento e cinquenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos; -----

----- O desconto de vinte por cento sobre a taxa da ocupação do espaço público, a favor do requerente com o bar “Gaivota”, com o valor final de cinco mil trezentos e setenta euros e sessenta e dois cêntimos;-----

----- A aceitação do pagamento do valor de dois mil quinhentos e dezassete euros e quarenta e oito cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o bar “Bar do Tó”, “Progress Summer Unipessoal, Limitada”; -----

----- A aceitação do pagamento do valor de mil duzentos e sessenta e seis euros e quarenta



e um cêntimos, faseado em duas tranches, a favor do requerente com o divertimento “Funworld Superblocks”;

-----Número trezentos e quinze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e setenta e oito, de dois mil e vinte e três - DFP - Segunda adenda ao contrato de empréstimo BPI, na qual deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar, de forma a materializar as alterações aos investimentos e valores enquadrados no empréstimo contratado, o seguinte: -----

-----A autorização para a manutenção e continuação em execução do projeto de investimento “Edifício do Fórum Municipal” e conseqüente inclusão do mesmo no empréstimo;

-----A desafetação e alteração dos montantes dos projetos identificados na proposta de deliberação a considerar no referido empréstimo em curso.-----

-----A autorização para a formalização da Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo. -

-----Número trezentos e dezasseis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e oitenta e cinco, de dois mil e vinte e três - DTGE - Concertos The Weeknd, Maroon 5, Def Leppard E Mötley Crüe E Harry Styles - Atribuição de comparticipação financeira à Everything Is New, apoio logístico e isenção de taxas municipais, na qual deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido



Câmara Municipal  
de Oeiras

Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a isenção do pagamento das taxas municipais para a realização dos concertos: “The WeeKnd”, “Maroon 5”, “Def Leppard e Mötley Crüe” e “Harry Styles, cuja estimativa se cifra nos dezasseis mil quinhentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos. - -----

----- Número trezentos e dezassete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O número quatrocentos e oitenta e sete, de dois mil e vinte e três - GAP - Medalhas de Mérito Municipal e Medalhas de Honra, na qual deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar a atribuição de duas medalhas de Honra. -----

**6 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- O **Senhor Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes: -----

----- O **Primeiro Município** que disse: -----

----- “Venho abordar dois temas. -----

-----Peço autorização para distribuir documentação pelo Executivo que servirá de suporte para a minha intervenção relativa ao segundo ponto.-----

-----O primeiro tema tem a ver com a excelente iniciativa “Uma Comunidade Um Livro”.

-----Eu integro o grupo de leitores da Biblioteca Municipal de Oeiras, que teve o privilégio de contactar diretamente o escritor, Valter Hugo Mãe. -----

-----Foi uma excelente iniciativa que o Concelho promoveu, infelizmente uma exceção num País onde a cultura existe em muito pouca quantidade em termos de eventos culturais, como este. -----

-----Passando da cultura para a saúde pública, o segundo ponto diz respeito a uma situação que eu assisti desde que comecei a residir novamente em Oeiras. -----

-----Eu trabalho no Concelho desde dois mil e catorze, voltei a residir agora em abril e comecei a assistir a uma quantidade excessiva de pombos no prédio onde resido, com consequências, como por exemplo, aparecerem pombos mortos com frequência, os excrementos dos pombos é uma constante, como podem visualizar pela documentação que eu distribuí. -----

-----Permita-me Senhor Presidente dirigir um especial elogio ao Senhor Vereador Nuno Neto e a toda a sua equipa, porque foram sempre bastante rápidos e profissionais a responder aos meus e-mails e um especial elogio aos funcionários da limpeza urbana que fizeram um excelente trabalho de limpeza, aos Jovens em Movimento que sensibilizaram todos os moradores na zona com informação sobre o perigo de alimentar os pombos, infelizmente, passado alguns dias alguém arrancou essa informação, e ao Senhor Veterinário de Oeiras também pelo seu trabalho, muito obrigado. -----

-----Eu comecei a contactar a vizinhança em abril/maio e até está aqui um dos vizinhos e apercebi-me então de toda a história, porque tem uma história muito grande. -----

-----Alegadamente o morador do terceiro andar direito alimenta os pombos a partir do interior da sua residência, da varanda para a rua Abel Manta é possível verificar os pombos a



Câmara Municipal  
de Oeiras

entrar e a sair para uma estrutura, que está tapada por um toldo, repleta de excrementos de pombos e todos os andares do terceiro andar para baixo estão repletos de excrementos de pombos, isto é um perigo muito grande para a saúde pública e, portanto, nesse sentido, aquilo que eu venho por este meio solicitar ao Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Executivo é o que consta no documento que eu entreguei. -----

----- Em primeiro lugar, solicito uma audiência com quem de direito o Senhor Presidente entenda, eu aprendi com os Serviços de apoio que tem de ser um requerimento, fá-lo-ei.-----

----- Há moradores que têm todo o interesse em partilhar as suas histórias do que já fizeram e tentaram fazer, os vizinhos já tentaram falar a bem com o morador e a reação foi muito agressiva, houve uma total ausência de lisura para com os moradores que a bem tentaram falar com o morador.-----

----- Os moradores estão a sofrer as consequências para a sua saúde, contactaram a PSP e a Polícia nunca conseguiu falar com o morador, porque não abre a porta e percorridas as boas práticas de vizinhança, neste caso, nós precisamos de ajuda da Câmara.-----

----- Em segundo lugar, na medida daquilo que for possível, que a equipa de limpeza urbana, que fez um excelente trabalho, nem que seja uma vez por mês que vá ao local, porque as senhoras da limpeza do condomínio não têm o equipamento que os funcionários têm, nem a capacidade do conhecimento, o “Know-how”, para fazer este tipo de desinfeção, uma vez por mês, se for possível. -----

----- O condomínio já está alertado e eu presumo que já tentou também chegar à fala com o morador, mas não consegue. -----

----- Em terceiro lugar peço que a Câmara, dos seus contactos de condomínio, tentar saber junto do condomínio, quais são as evidências de tentativas de contacto que o condomínio desenvolveu, eu pedi ao meu senhorio para fazer o mesmo, ou seja, que contactasse a Câmara eu estou aqui também para aprender, se calhar, não é o melhor pedido, mas isto é uma emergência,

tendo em conta que é um perigo para a saúde pública, eu próprio fui tratado este ano a uma renite crónica, eu vou alertar de imediato a minha Médica de Família no Centro de Saúde de Oeiras. Estou a ser acompanhado por uma equipa de especialistas do Hospital da Luz de Oeiras e isto tem que terminar assim que for possível e percorrido um processo, que de certeza que está pensado para este efeito.”-----

-----O **Senhor Presidente** respondeu:-----

-----“Ainda bem que trouxe esta documentação comprovativa da situação. Vamos analisar o assunto e eu espero dentro, o mais tardar quinze dias, dar informação, mas é óbvio que este assunto tem que ser resolvido, portanto, admito que isto é uma situação absolutamente insuportável, basta ver as imagens e, naturalmente que teremos que encontrar uma forma de resolver este assunto e dentro de quinze dias será devidamente informado e eu estou convencido que o assunto irá ser resolvido.”-----

-----O **Segundo Município** que disse:-----

-----“Sou residente na zona da Figueirinha há vinte e sete anos e faço parte do grupo de moradores do movimento contra as torres do Espargal e passo a ler o seguinte:-----

-----[Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras no passado dia sete de fevereiro, exercendo um direito constitucionalmente consagrado, os moradores da área envolvente do Espargal entregaram na Assembleia Municipal de Oeiras, uma petição pública com mil quinhentas e quarenta e oito assinaturas.-----

-----Neste documento, solicitavam o agendamento de um ponto relativo às torres do Espargal com consequências na qualidade de vida dos residentes na área envolvente em uma reunião ordinária desta assembleia, bem como a realização de uma audição pública que permitisse a todos os intervenientes, uma participação alargada e transversal a todo o processo.--

-----Foi igualmente solicitada a extensão do período de consulta pública.-----

-----Até hoje, os peticionários nunca foram contactados, apesar de já terem esperado



Câmara Municipal  
de Oeiras

cento e quarenta e um dias para exercerem um direito, que volto a insistir, visa, constitucionalmente reconhecido, de terem voltado a insistir com a entrega de um novo requerimento no dia trinta de maio também este sem resposta e de aquele órgão autárquico continuar a violar reiteradamente a lei, para não falar do seu próprio Regimento. -----

----- Assim, foi com surpresa que anteontem dia vinte e seis de junho, tomamos conhecimento através do Edital trezentos e oitenta e um, de que o Espargal vai ser discutido nesta reunião de Câmara, com o agendamento nos quatro últimos pontos da ordem de trabalhos das seguintes matérias: -----

----- Relatório de ponderação das participações recebidas em sede de discussão pública sobre a revogação do plano de Pormenor do Espargal e delimitação da unidade de execução do Espargal, aprovação final da delimitação da unidade de execução do Espargal e da revogação do plano de pormenor do Espargal. -----

----- Acresce que apesar de o edital dessa reunião referir ser possível acedermos previamente a toda a documentação e de a termos solicitado logo após a sua publicação, não recebemos até agora informação necessária a uma análise atempada das matérias que serão discutidas, relembramos que já a consulta pública decorreu durante o período das férias escolares e da quadra festiva do final do ano passado e que não existiu comunicação de proximidade aos munícipes que seriam afetados pelas enormes alterações urbanísticas que estavam a ser planeadas apesar de a Câmara Municipal de Oeiras, dispor de todas as ferramentas para o fazer. -----

----- Como tivemos conhecimento? -----

----- Um vizinho percorreu durante duas noites os nossos bairros colando cartazes nas portas dos nossos prédios, três dias antes do Natal. -----

----- Na segunda Autarquia mais rica do País é aceitável que tal aconteça? -----

----- Temos a certeza que não. -----

----- Pretendemos com a nossa presença nesta reunião colocar as seguintes questões sobre

o projeto urbanístico previsto para unidade de execução do Espargal: -----

-----Um - Quando serão tornados públicos os relatórios de ponderação das participações recebidas durante o período das consultas públicas realizadas; -----

-----Dois - Se a Câmara Municipal de Oeiras foi contactada pela Assembleia Municipal sobre o projeto do Espargal, no seguimento da petição entregue naquele órgão autárquico, em que termos e quais os desenvolvimentos subsequentes; -----

-----Três - Se existem alterações ao projeto previsto para unidade de execução do Espargal e novos termos de referência; -----

-----Quatro - Qual o entendimento que a entidade Câmara Municipal de Oeiras, assim como e necessariamente, os Serviços Técnicos de Urbanismo da mesma, responsáveis pela pré-seleção dos estudos e projetos de carácter urbanístico e arquitetónico têm quanto ao modo como foi respeitado o artigo sessenta e seis, inscrito no regulamento do plano diretor municipal de Oeiras em vigor, na solução de ocupação com construção e também de implantação do solo que apresenta em duas torres, de forma quadrangular, cada uma com dezanove pisos acima do solo, em termos de solução formal parte integrante da intervenção proposta para a área do Espargal em causa; -----

-----Cinco - Se está prevista a realização de audição pública das partes interessadas, à semelhança do que está a ser feito para as Portas de Algés, entendemos que esta audição pública, que deveria ter tido lugar no início do processo, é agora ainda mais importante na sequência da conclusão dos relatórios de ponderação e eventuais alterações ao projeto previsto para unidade de execução.-- -----

-----Finalmente, considerando a contestação generalizada por parte dos moradores e o efeito disruptivo do projeto sobre os bairros da área envolvente, solicitamos: -----

-----a) Que se tornem públicos os relatórios de ponderação com a maior brevidade. -----

-----b) Que se proceda a uma ampla divulgação dos novos termos de referência para



Câmara Municipal  
de Oeiras

unidade de execução do Espargal, caso se verifique. -----

----- c) Que a tomada de decisão sobre a revogação do plano de pormenor do Espargal e sobre a unidade de execução do Espargal sejam adiadas até que a petição venha a ser agendada e debatida em Assembleia Municipal. -----

----- Não podemos deixar de reiterar que apesar da disponibilidade para facilitar o acesso à documentação de suporte não a recebemos, parece-nos importante de forma a tornar as intervenções do público mais inclusivas, transparentes e participativas à semelhança de outros Concelhos e até do que tem sido prática da própria Assembleia Municipal que esta documentação seja disponibilizada “online” ou em alternativa enviada aos interessados antes das sessões da Câmara.]-- -----

----- Concluimos a nossa participação com a entrega de um requerimento onde constam os assuntos abordados nessa intervenção.” -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Em relação a petições apresentadas, a petição foi apresentada na Assembleia Municipal e a Câmara Municipal não tem qualquer interferência nos trabalhos da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal é absolutamente autónoma e independente em relação à Câmara Municipal, portanto se o assunto ainda não foi discutido na Assembleia Municipal, é porque na Assembleia Municipal ainda não foi agendada a discussão da dita petição e é à Assembleia Municipal que deve dirigir-se para que essa petição seja agendada.-----

----- Da parte da Câmara Municipal não vemos inconveniente nisso. -----

----- Relativamente às questões colocadas, só tenho uma resposta a dar, a Câmara Municipal cumpre a lei e, portanto, de acordo com a informação dos Serviços foi feita a audição pública, quem entendeu, sejam instituições de natureza associativa, pessoas individualmente consideradas, pronunciaram-se, foram ao processo, deram as suas opiniões e, naturalmente que os Serviços da Câmara, os Serviços de Planeamento ponderaram todas essas informações, todas



essas, digamos, questões apresentadas, foram plasmadas com certeza no relatório que está agendado e que vem aqui à Câmara Municipal e, naturalmente que, de acordo com a lei, após a aprovação pela Câmara Municipal, é que são comunicadas todas essas questões que foram apresentadas e a ponderação que na Câmara Municipal foi feita pelos Serviços Técnicos. -----

-----A informação que eu tenho é que a Câmara está a cumprir escrupulosamente com a lei.-----

-----É curioso e estranho, por vezes pessoas tão defensoras da lei, pretendam que, noutras circunstâncias, a Câmara não cumpra a lei, e subverta todos esses princípios.-----

-----A Câmara Municipal tem hoje agendado, não sei se será votado hoje, vamos ver se temos tempo, mas, seja como for, após a aprovação pela Câmara Municipal, é isto que a lei diz, será comunicado a todos os intervenientes, ou publicamente, é um processo que passa pelos Serviços de Planeamento da Câmara e, portanto, o que eu posso dizer é que a Câmara está a cumprir, escrupulosamente, com a lei.”-----

-----O **Terceiro Município** que disse:-----

-----“Senhor Presidente, conheço-o muito bem, já o conheço há cinquenta anos, sei que é um homem generoso, tem bom coração e venho pedir um favor.-----

-----Moro em Queijas há cinquenta e sete anos, tenho oitenta e três anos de idade e, infelizmente, não posso subir escadas, não posso andar, mas gostaria de lhe pedir que arranjasse um espaço, porque eu queria ir para a universidade no próximo ano e no espaço em que está a Universidade não é para velhos, é para novos.”-----

-----O **Senhor Presidente** respondeu:-----

-----“Atualmente está na antiga Junta de Freguesia e quer no rés do chão.-----

-----Eu vou lá fazer uma visita entre o dia doze e o dia dezassete de julho e vou falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide/Queijas e vamos ver o que é que se pode fazer e vamos ver se encontramos uma solução para as escadas.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O **Quarto Múncipe** que disse: -----

----- “Moro em Nova Oeiras junto à Caixa Geral de Depósitos, na Rua Fernão Lopes, perto da Farmácia Sacoor e do Laboratório de Análises e venho pedir um espaço para estacionamento para o meu carro, porque me custa muito andar e como vivo sozinha, tenho medo à noite quando ponho o carro muito longe.” -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu: -----

----- Eu vou explicar-lhe que para ter direito a um lugar para estacionar tem que ter um atestado médico, um certificado que comprova um determinado grau de incapacidade, sem isso é difícil, mas fala com o ajunto da Senhora Vereadora Joana Baptista e marca uma audiência.” -----

**7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO:** -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “Saúdo todos os elementos da Câmara, o Senhor Presidente, Vereadoras e Vereadores, funcionários e uma saudação muito especial para o público, hoje estamos numa reunião pública e é sempre com muito gosto que vejo munícipes dirigirem-se a esta Câmara. -----

----- Lamento, mais uma vez, e registo a diferença de tratamento que as pessoas que se dirigem à Câmara têm por parte do Presidente ou do Vice-Presidente que, com uns estabelece diálogo e, com outros, diz que não lhes dá a palavra após a primeira intervenção. -----

----- Começo a minha primeira intervenção com a questão das acessibilidades ao Parque dos Poetas, que fez vinte anos no início deste mês. O “slogan” “Parque dos Poetas, viaje pelo sonho” é um bom “slogan”, mas o nosso sonho é que o Parque dos Poetas seja inclusivo, seja um parque acessível a toda a gente. Aliás, a Lei das Acessibilidades de dois mil e seis assim o exige.

----- Pôr corrimãos, fazer rampas, colocar piso antiderrapante nas zonas com elevado declive e calçada escorregadia e pôr o elevador que não funciona a funcionar é imperativo. -----

----- Têm-se gasto milhões no Parque dos Poetas. O gasto mais polémico dos últimos anos

foi a construção do obelisco de seiscentos mil euros, pois esse dinheiro teria sido muito bem empregue em obras para garantir o cumprimento da Lei das Acessibilidades. É preciso, urgentemente, corrigir esta situação. -----

-----O Ricardo, o município de Oeiras com quem estive no fim-de-semana no Parque, a Ana e o Pedro com filhos pequenos, o Edgar em cadeira de rodas, todos têm direito a aceder àquele equipamento coletivo, como a qualquer equipamento coletivo, e esse direito não lhes pode ser negado. -----

-----Além disso, também é negado aos detentores de cães poderem entrar com o seu animal de companhia. Não se compreende porque é que num Parque, que no fundo são três Parques espaçosos, há esta proibição e defendemos a sua revogação. -----

-----Trago, também, hoje o caso da urbanização em frente ao Bairro da Politeira, em Barcarena, onde faltam passeios e acessibilidades. O promotor, a empresa Pimenta e Rendeiro, faliu e nunca chegou a fazer os passeios e as acessibilidades da urbanização.-----

-----Era importante saber se a Câmara municipal recebeu, ou não, a garantia de cerca de três milhões de euros por parte do Novo Banco, aquando da falência da empresa para a construção dos passeios e demais acessibilidades dessa nova urbanização, porque os novos proprietários estão agora a ser confrontados com a exigência, por parte da Câmara, de serem eles mesmos a construir aquilo que está em falta. -----

-----Além disso, são confrontados com restos de materiais de construção, que são um perigo para crianças e animais, e falta de manutenção do espaço, falta de papeleiras, etc.. -----

-----Foi esta semana notícia a realização da quinta hasta pública dos terrenos municipais da antiga Companhia Nacional de Petroquímica. Esta insistência do Executivo em alienar património municipal, mesmo que, para tal, baixe o preço e dê mais capacidade de construção ao futuro comprador é paradigmática de uma lógica que só favorece os promotores imobiliários privados que constroem para os segmentos alto e de luxo. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- É, também, claramente contraditória com o discurso ...” -----

----- Interrompeu o **Senhor Presidente:** -----

----- “Senhora Vereadora fale mais devagar. A hasta pública de quê?” -----

----- Volveu a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

----- “Da Companhia Nacional de Petroquímica. Até me costumam dizer que a minha dicção é bastante boa.-----

----- É, também, claramente contraditória com o discurso de que é preciso ir para Reserva Agrícola Nacional, porque a Câmara não dispõe de terrenos urbanos onde possa construir habitação pública. -----

----- Foi também clara a demonstração das graves contradições do Presidente quando disse à Visão que o manifesto promovido pela Associação Evoluir Oeiras, com mais nove associações, a que já se juntaram dezenas de outras, são mentiras, quando há gravações e atas a provar que o Senhor Presidente defende, sim, a desafetação de Reserva Agrícola Nacional para a construção de habitação pública.-----

----- Não há como desmentir vídeos e textos em ata.-----

----- Foi marcada uma sessão de participação pública sobre as Portas de Algés, para o dia vinte e nove de junho, a partir das dezoito horas, que coincide com a sessão da Assembleia de Freguesia desta União de Freguesias, inviabilizando que as pessoas interessadas possam participar, porque ou estão num sítio ou no outro, pelo que não se compreende que uma iniciativa que seja realmente com intuito de motivar e envolver as pessoas a participar, seja marcada na mesma altura da Assembleia de Freguesia.-----

----- Tendo tido conhecimento que o Senhor Vice-Presidente da Câmara se irá ausentar enquanto membro desta Câmara por um período prolongado, venho requerer informação sobre em que condições irá o Vice-Presidente para a China, um mês a quarenta e cinco dias. -----

----- Fazer o quê e a convite de quem? -----

-----Se for de férias, tendo efetivamente esses dias para gozar, nada a opor, se vai em trabalho como Vice-Presidente do Município de Oeiras é importante esta Câmara ser esclarecida.

-----Voltamos ao tema dos Editais com ordens de trabalho de reuniões públicas, como a de hoje, publicados tardiamente. A Câmara só publicou o Edital desta reunião pública na segunda-feira, quando a reunião se realiza sempre à quarta-feira.-----

-----Vimos apelar a que seja cumprida a publicidade, de a agenda ser dada a conhecer a todos os munícipes com uma antecedência de dois dias úteis em relação à data, e não de quarenta e oito horas. É também de elementar transparência disponibilizar aos munícipes que o peçam, a documentação que vai estar em discussão, em análise, em votação nestas reuniões.-----

-----Finalmente, gostaríamos de saber se já foi identificada a origem do “bug” informático no Salão Nobre Digital e quando será solucionado para que as propostas que são atualizadas não fiquem com a mesma hora, a mesma data, o mesmo peso em “bytes” do que o que lá estava antes.-----

-----Aproveito também para fazer um apelo que poderia passar por uma ação de formação de literacia digital. Na era da desmaterialização e da modernização administrativa não se compreende que um Autarca continue a escrever despachos à mão, por todos os motivos, desde logo pelo motivo de transparência, clareza e facilidade de compreensão do que é escrito. Sinceramente não consigo ler, e já pedi ajuda a várias pessoas, que também não compreenderam o que está, o despacho do Senhor Presidente relativo à doação de meio milhão de euros à Fundação Jornada Mundial da Juventude. Será que o Senhor Presidente consegue perceber o que lá está?-----

-----A propósito, e já que o Senhor Presidente faz questão sempre de dizer aqui e afirmar a sua fé católica, uma história muito curiosa de um juiz de outros tempos, dos tempos em que se escreviam as sentenças à mão, que costumava dizer que uma hora depois de escrever só ele e Deus sabiam o que estava escrito, um dia depois, só mesmo Deus.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----**

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No passado dia um de junho o meu gabinete esteve presente no debate da última chamada para a implementação da Lei de Bases do Clima, promovido pela Associação ZERO. ---

----- - Entre onze e catorze de junho, estive na Suécia, no segundo Fórum da Missão de Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia e queria aqui dar nota que quando estava na conferência, uma das comissárias que ia intervir olhou para o meu crachá e disse: -----

----- (Oeiras? -----

----- Então vem de Oeiras, Oeiras está aqui a participar? -----

----- Muito bem, tenho que vos dar os parabéns pelo projeto “O Bauhaus do Mar” em que vocês estão a participar e também pelos vários projetos de inovação que estão a concretizar no Município de Oeiras.) -----

----- Ela tem estado a trabalhar com o Professor Paulo Ferrão, com quem nós também temos tido algumas reuniões e conhecia muito bem e ficámos até no futuro de, eventualmente, fazer uma visita quando ela cá estivesse, no âmbito das reuniões de trabalho que tem com o Professor Paulo Ferrão, para vir conhecer alguns dos nossos projetos. -----

----- Foi com muito orgulho que estive a falar de Oeiras e daquilo que nós também estamos a fazer e estivemos também com várias outras cidades portuguesas que estão a participar nesta missão e combinámos articular e fazer algumas reuniões pontuais entre nós, para acompanhar esta missão entre todos os portugueses que fazem parte dela. -----

----- - No dia quinze de junho, promovemos no Município o Encontro Oeiras Mais Igual, LGBTI Mais Pessoas e Direitos, em que recebemos instituições e associações que no terreno trabalham estas questões e com quem tivemos oportunidade de trocar algumas ideias e boas práticas. --- -----

----- - No dia dezoito de junho, participámos na Marcha do Orgulho em Lisboa e foi, de facto, com imensa satisfação que nós que íamos com uma faixa a dizer “Oeiras Mais Igual”, tivemos vários munícipes a virem falar connosco, a dizer que eram de Oeiras, que sentiam imenso orgulho do Município estar a participar naquela marcha e de assumir desta forma clara e transparente o nosso posicionamento relativamente a estas questões. -----

----- - Estive no lançamento da “App VisitOeiras” e dou os meus parabéns por este trabalho, é uma “app” fantástica, está muito bem organizada, muito fácil de entender e acho que sem dúvida que vai ser uma mais-valia para o nosso Concelho.-----

----- - Estive também no sábado passado, nos Prémios Máxima, na mesa redonda onde se falou sobre liderança no feminino com a Senhora Vereadora Joana Baptista, com a arquiteta Patrícia Costa e com a doutora Sílvia Breu, de facto, mostrou que a liderança no feminino em Oeiras é uma realidade e acho que foi um momento muito interessante de discussão e de novos projetos que ali nasceram para o futuro.-----

----- - Por último, gostaria de pedir que aprovássemos um voto de louvor às campeãs nacionais de Sub-Dezasseis femininos de basquetebol da SIMECQ, porque mais uma vez as mulheres estão a dar cartas em várias áreas e aqui neste Concelho, sem dúvida que temos mulheres absolutamente maravilhosas e esta equipa merece este nosso voto de louvor que eu deixo aqui como sugestão.” -----

#### **9 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----**

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“No dia quinze de junho estive, em representação do Senhor Presidente, na sessão de entrega de medalhas no Torneio Final do Walking Football Portugal. Isto é uma modalidade de desporto adaptado, onde se joga a andar permitindo uma prática de futebol inclusiva para todas as pessoas de todas as idades. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Foi uma iniciativa em parceria com a RUTIS, que é a Associação de Redes de Universidades Seniores, onde estiveram vinte e cinco equipas de universidades seniores de todo o País, com mais de trezentos participantes e tivemos uma final muito aguerrida, no Estádio do Jamor, com temperaturas que rondavam os trinta e muitos graus, e com um bocadinho de receio que houvesse alguma adversidade nos participantes, mas não, correu tudo da melhor maneira. ----

----- - No dia dezasseis de junho estive na sessão de abertura do Simpósio promovido pela CPCJ de Oeiras, com o tema “Intervenção Psicossocial com Famílias e Comunidade”, onde estiveram presentes os vários representantes da Comissão Alargada da CPCJ e outras entidades parceiras. - -----

----- - Estive também presente, em representação do Senhor Presidente, na sessão de encerramento do ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, da Universidade Sénior Carnaxide e Queijas - USCQAL, com a presença de mais de trezentos alunos onde, orgulhosamente, apresentaram o resumo das atividades que desenvolveram ao longo do ano. ----

----- - No dia dezassete, também em representação do Senhor Presidente, estive presente na entrega de medalhas das equipas que participaram no torneio de Futebol Desporto Integrado de Sub-Doze e Sub-Quinze, promovido pela Associação Moreira Team, que decorreu no Estádio Mário Wilson. É uma iniciativa que contou com a participação de várias equipas de vários Bairros Municipais, desde o Bairro Sá Carneiro, Bairro dos Navegadores, Bairro do Pombal, que envolveu cerca de sessenta atletas. -----

----- - Em seguida, fomos para um almoço convívio no Centro Comunitário do Alto da Loba, com porco no espeto, onde já contámos com a presença do Senhor Presidente. -----

----- - Ontem tive a oportunidade de estar presente com os seniores que, no âmbito do turismo sénior, estão em Évora, que vão para um passeio de três dias, onde poderão usufruir de uma viagem de barco no Alqueva, vão passear a Vila Viçosa, vão visitar uma queijaria, entre outros passeios. É com muito gosto que presenciei a alegria dos idosos nestes momentos de lazer



e convívio que permitem a muitos conhecer novas pessoas e novas realidades, onde há sempre uma grande alegria e convívio e, mais uma vez, o Município está na linha da frente nas políticas para a terceira idade e na promoção do envelhecimento ativo dos nossos seniores.”-----

**10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----**

-----O Senhor Vereador Armando Soares iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“Começando pelo período antes da ordem do dia e relativamente ao público, de facto, mudou muito a intervenção do público de há uns anos a esta parte. Eu recordo-me ainda de um tempo em que tínhamos trinta, quarenta, às vezes mais, inscrições de pessoas a pedir casa, significa que continuamos na mesma a precisar de casas, mas muito mudou neste Concelho e apraz-me registar que a tipologia de problemas que vão existindo, não obstante esses que ainda permanecem, são já completa e diametralmente diferentes, o que dá um grande regozijo, porque significa que o Concelho, como todos sabemos, evoluiu muito.-----

----- - Dia quinze de junho estive presente na cerimónia de inauguração da renovação da sede da Parques Tejo e realçar esse momento, porque foi não só de mudança de imagem por completo por parte de Entidade Empresarial Municipal, mas do próprio ânimo dos trabalhadores que lá estavam presentes e da política que temos vindo a notar se modificou por completo daquilo que é a Parques Tejo. -----

-----Estou certo que este novo Conselho de Administração, tal como todos esperamos, a continuar com este dinamismo, irá fazer história, aliás, é para isso que lá está e foi bom de notar esse rejuvenescimento e esse refrescamento da empresa pela qual eu próprio passei há uns anos.-

----- - No dia dezassete de junho decorreu o evento final da Aventura do Gaspar e do Sebastião, a missão pelos ODS na Escola Secundária Camilo Castelo Branco. Estive em representação do Senhor Presidente, em companhia do Senhor Vereador Pedro Patacho. Participaram dezanove turmas do primeiro ciclo, doze turmas do ensino secundário profissional e



Câmara Municipal  
de Oeiras

houve também formação para os próprios professores do primeiro ciclo, tendo chegado a um horizonte de cerca de quinhentas crianças, todas muito animadas e felizes, como tivemos oportunidade de reparar nesta muito boa iniciativa que o Município tem feito. -----

----- - Dia vinte e três de junho estive presente, como a generalidade dos colegas Vereadores, na cerimónia de requalificação do Parque Urbano da Quinta da Politeira e na requalificação da Piscina Municipal Noronha Feio, dizendo que, ao fim e ao cabo, a requalificação da piscina resultou numa piscina nova. Do que me recordo daquelas instalações para o que estão agora, acho que os cidadãos e moradores naquele local só podem estar felizes, porque ganharam não uma requalificação, mas um equipamento novo. -----

----- - No que tem sido a atividade regular do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, destacar apenas algumas coisas muito simples. -----

----- - Em primeiro, dizer que este ano houve uma novidade, o sorteio, justo, para todos os trabalhadores do Município de Oeiras, para os bilhetes das várias iniciativas que decorrem no nosso Município. -----

----- Todos sabemos que o Município intervém e auxilia muitos desses promotores a estarem cá e a desenvolverem as suas atividades, naturalmente que os pedidos de bilhetes são sempre muitos e acho que esta foi uma excelente iniciativa, porque, ao sortearmos os bilhetes por todos os colaboradores, é justo. É um processo profundamente democrático, dá algum trabalho, mas acho que foi a maneira mais simples e célere de se conseguir resolver e atender a todos os que concorreram, alguns terão tido sorte, outros não, mas que justo foi o processo, disso não há a mínima dúvida. -----

----- - Continuamos nas várias ações de formação, vou destacar a abordagem geral de Noções Básicas de Primeiros Socorros. Isto tem sido matéria na qual temos vindo a investir, todos falamos de muitos cenários de crise e de catástrofe que podem vir a surgir aqui ou ali, mas mais que apetrechar os Municípios, é preciso preparar as pessoas e a noção verdadeira da

Proteção Civil é que todos nós somos agentes de proteção civil. O primeiro agente máximo de proteção civil em cada Concelho é, naturalmente, o seu Presidente da Câmara, mas todos nós temos responsabilidades de proteção civil.-----

-----Assim, os trabalhadores do Município de Oeiras, para poderem estar preparados, precisam também eles de ter noções básicas de primeiros socorros e outros.-----

----- - Encontra-se em preparação a realização de novos rastreios, em articulação com a Sociedade Portuguesa de Luta Contra o Cancro e, sem ser fastidioso, apenas dar uma nota pessoal. ---- -----

-----Muita gente faz política com razão, eu sempre fiz política com razão, mas também faço com emoção e não é possível destacar a pessoa da função, portanto, gostava de agradecer a presença, quer do Senhor Presidente, quer dos colegas Vereadores na generalidade dos presentes, só não estiveram presentes a Senhora Vereadora Carla Castelo e o Senhor Vice-Presidente, mas também de vários Dirigentes do Município e vários colaboradores da Autarquia que estiveram presentes no lançamento do meu primeiro livro.-----

-----Nada tem a ver com política, nada tem a ver com as minhas funções, mas fui eu que o lancei, por isso, colheu muito no meu coração toda a vossa presença e agradeço muito o facto de terem participado. Espero que gostem.” -----

#### **11 - INFORMAÇÕES - SR VEREADOR PEDRO PATACHO: -----**

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** prestou à Câmara as seguintes informações: ----

-----“Nas últimas semanas passaram pelo nosso Concelho dois importantes torneios internacionais desportivos, um deles organizado pelo Paço de Arcos Clube, que trouxe para o nosso Concelho mil e trezentos atletas de basquetebol de equipas internacionais de vários países e incluiu ainda uma conferência sobre a formação desportiva, também bastante participada, que teve lugar no Auditório da Escola Secundária Luís de Freitas Branco. -----

----- - Imediatamente a seguir a este, recebemos também como organização em parceria



Câmara Municipal  
de Oeiras

com a Oeiras Viva, a Golden Cup Oeiras, desta feita na área do futebol, que também trouxe ao nosso Concelho setecentos e cinquenta atletas, equipas de várias nacionalidades, tendo havido também uma participação massiva dos escalões de formação, dos clubes do nosso Concelho que tem a modalidade de futebol.-----

----- - No dia dezasseis de junho, recebemos no nosso Concelho delegações dos Municípios de Torres Vedras e de Loulé, que vieram conhecer o Programa Oeiras Educa Mais, da Câmara Municipal de Oeiras e da ligação das oportunidades educativas não formais do território com as escolas e os trabalhos dos professores.-----

----- - No dia dezassete de junho, o Senhor Vereador Armando Soares já fez referência a este projeto que corre pelo pelouro do empreendedorismo e que é acompanhado pelo Departamento de Educação de Empreendedorismo nas Escolas, foi uma sessão muito participada pelas famílias e muito alegre.-----

----- - No dia dezassete de junho tivemos mais uma Marginal à Noite, nada a dizer, a não ser que há mais um extraordinário exemplo daquilo que é a excelência e a qualidade do portfólio de eventos desportivos do Município de Oeiras, com cerca de sete mil participantes a correr na marginal e uma grande festa de promoção do desporto e da atividade física.-----

----- - No dia dezoito de junho, aconteceram as finais de mais um Open Oeiras de Ténis, no Clube Escola de Ténis de Oeiras, tive a oportunidade de ir em representação do Senhor Presidente e estar presente na final feminina, que foi uma coisa nunca vista, foi um torneio de quase quatro horas no nosso Concelho, muito disputado, que nunca mais terminava, disseram-me que foi o jogo mais longo de que tem memória no Clube Escola Ténis de Oeiras.-----

----- - No dia dezanove de junho, comemoraram-se os cento e oito anos do Sport Algés e Dafundo, estive também presente em representação do Senhor Presidente e na oportunidade, dar também os parabéns ao clube por ter deliberado recentemente encetar um processo de colaboração e trabalho com a Câmara Municipal com vista à relocalização das suas instalações. -

----- - No dia vinte e um de junho, acompanhei o Senhor Presidente na visita ao Clube Todo o Terreno de Oeiras, em Barcarena.-----

----- - No dia vinte e seis de junho, teve lugar, na Amadora, uma reunião com os Vereadores da Educação, a Norte, da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, a Norte do Tejo e com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para esclarecimentos sobre o mecanismo de financiamento dos circuitos especiais de transporte que estão previstos na transferência de competências para as autarquias locais e foi transmitido pelo Delegado Regional que até ao final de julho serão recolhidas as informações relativamente a esses circuitos nos municípios e que durante o mês de agosto está previsto que a DGAL inicie o pagamento, tendo em conta aquilo que é a real despesa dos circuitos especiais de transporte e não aquilo que é o padrão que tem vindo a ser transferido para os municípios, ficando ainda para resolver os pagamentos relativos a vinte e um e a vinte e dois onde o dispêndio de orçamento municipal com os circuitos especiais de transporte foi bastante superior àquilo que foi a transferência do Ministério de Educação para financiar esta competência.-----

----- - No dia vinte e dois de junho, tive oportunidade de estar presente no Jardim Municipal de Oeiras, no Festival de Encerramento do Programa Fit Sénior, também um programa emblemático de Oeiras, de promoção da atividade física sénior, onde os participantes com muita alegria, realizaram não apenas atividades, mas um grande conjunto de rastreios à sua saúde e condição física que tiveram disponíveis no Jardim nessa tarde. -----

----- - Uma palavra também para a inauguração do Parque Urbano da Quinta da Politeira e da Piscina Municipal Noronha Feio, em Barcarena, que agora está com belíssimas condições para dar continuidade ao seu trabalho na prestação de serviços à população e gerida pela Oeiras Viva. -----

----- - Também uma nota para a inauguração das novas instalações do IBET, na Quinta do Marquês, onde o Senhor Presidente esteve presente e eu tive também o privilégio e oportunidade



Câmara Municipal  
de Oeiras

de o acompanhar numa cerimónia onde estiveram muitas instituições estrangeiras da Europa e de outros países que são parceiras do IBET, muitos investigadores, dirigentes de investigações científicas, universidades e empresas.-----

----- Para além de se inaugurar um equipamento de vinte e cinco milhões de euros, que é sempre uma coisa importante, mas o dinheiro não é o mais importante, o mais importante é aquilo que se faz, o impacto que produz no território e os resultados que se alcançam, diria que, para além da inauguração do equipamento de vinte e cinco milhões de euros, que é sempre importante, mais de seis mil metros quadrados de laboratórios e um dos mais avançados laboratórios de biotecnologia no nosso País, que também é sempre uma coisa importante, na verdade esta inauguração é simbólica, porque ela simboliza uma visão, ela simboliza um sonho, também simboliza muito trabalho e, portanto, ela simboliza mais de três décadas de trabalho no planeamento deste território, na organização territorial, na construção de infraestruturas, de equipamentos, sobre a liderança e a visão do Presidente Isaltino Morais e das suas equipas ao longo dos anos, para criar um território altamente qualificado, bem planeado, com boas infraestruturas, atrativo para empresas e instituições de valor acrescentado e, portanto, justifica a massa crítica que se tem vindo a construir ao longo das décadas e que continua a investir no nosso Concelho e que é apenas um princípio de um conjunto de investimentos importantes que vão ter lugar na Quinta do Marquês, tendentes à criação do maior Campus de Investigação em Ciências da Vida do nosso País e um Campus que será uma referência na Europa e relativamente ao qual vai haver novidades em breve.-----

----- Estamos a falar de uma perspectiva de investimento na ordem dos cento e trinta milhões de euros e de uma massa crítica de dois mil e quinhentos a três mil cientistas residentes diariamente neste Campus, a fazer ciência e contratualizar a transferência de tecnologia de conhecimento e de serviços para a indústria, criação de valor, criação de empregos e criação de riqueza. --- -----

----- - Terminava Senhor Presidente com uma proposta que me chegou e que eu creio que é pertinente e gostaria de fazer ao Senhor Presidente, os alunos do décimo primeiro J, turma de Línguas e Humanidades da Escola Secundária Sebastião e Silva, gostariam de solicitar a atribuição de um Voto de Louvor ao Professor Carlos Manuel Vila Maior Lopes, Professor de Português e Literatura de várias turmas do curso de Línguas e Humanidades, com o qual eu concordo.” -----

**12 - INFORMAÇÕES - SR VEREADOR NUNO NETO:-----**

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

-----“Assinámos mais dois contratos de financiamento com o IHRU para a construção de nova habitação, nomeadamente a Urbanização Terra do Moinho, dezassete casas, cinco T Zeros e doze T Dois, um investimento total de dois milhões setecentos e cinquenta e sete mil euros, com um financiamento de dois milhões setecentos e vinte e um mil euros. -----

-----Assinámos também o contrato de financiamento do Empreendimento Irmã Joana, residencial sénior, são trinta T Uns, um investimento total de quatro milhões quinhentos e vinte e cinco mil euros com um financiamento público de quatro milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil euros.-- -----

-----Conseguimos ver nestes dois exemplos, a pouca margem que resta para o investimento à custa do erário municipal nestes empreendimentos municipais. -----

----- - No dia vinte e dois de junho, testemunhei e acompanhei uma ação que se relaciona com a queixa do munícipe que falou em primeiro lugar. Nós vamos trocando diversos mails no sentido de minimizar ou compreender o problema tentando resolvê-lo.-----

----- - No dia vinte e dois de junho, tivemos uma ação no J. Pimenta, têm sido frequentes as reclamações neste bairro e, portanto, a ação articulada permitiu a diminuição radical do número de pombos no bairro, através da atuação simultânea dos Serviços de Falcoaria, a Polícia Municipal, que sensibiliza e multa os alimentadores e os jovens que afixam os avisos



Câmara Municipal  
de Oeiras

sensibilizadores por todo o bairro.-----

----- Dar nota também que esta ação com a Falcoaria é eficaz, não só no momento que afasta os pombos, mas também na sensação que lhes causa de pânico que inibe a reprodução e tem sido com regularidade uma medida que vai reduzir grandemente o problema.-----

----- - Dar também nota e não podia deixar de o fazer, uma vez que, faz parte das minhas competências atribuídas, a inauguração do Parque Urbano da Politeira, um valor de obra de um milhão quatrocentos e setenta e um mil euros, financiado pelo PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, em um milhão cento e dezassete mil euros.-----

----- Está concluído, é um equipamento importantíssimo, mais um, Oeiras tem muitos, mas este é apenas mais um equipamento importantíssimo de felicidade às populações, é assim que eu gosto de lhe chamar. Se no Passeio Marítimo fazemos exercício de forma feliz, nas nossas praias damos mergulhos e somos felizes, nos nossos jardins podemos fazer exercício, passear o cão, como dizia o Senhor Presidente, contemplar a natureza ou apenas sentar a pensar na vida e isso traz-nos calma e alguma felicidade.-----

----- - Por falar em felicidade, começava aqui pelo fim, eu sei que não é um tema de âmbito municipal, mas quando um de nós se destaca deve ser reconhecido por isso, portanto, agradecer ao Senhor Vereador Armando Soares, o convite que me fez para o lançamento do livro, posso-lhe dizer que já estou bem avançado na leitura e estou a aprender muito, obrigado. --

----- - Estive no dia vinte e dois de junho, no lançamento da aplicação “VisitOeiras”, utilíssima e de fácil utilização e estará o Município de parabéns.-----

----- - Recebemos no dia vinte e três de junho, na sexta-feira passada, a Festa Portuguesa da Missão de Portugal na NATO. A Missão de cada País convida as outras missões anualmente para uma festa e a Missão Portuguesa pediu ao Município de Oeiras e o Senhor Presidente entendeu ceder a Adega, uma amostra de vinhos e aquele palco cá fora para as brincadeiras das crianças. -- -----



----- - Estive no sábado de manhã no Oeiras Market, uma iniciativa para promover o comércio local e de animação do centro da vila. -----

----- - Dar destaque também, às festas tradicionais de verão, que são por natureza momentos perturbadores, conturbados de muita animação, carrossel, música e bifana, mas Barcarena consegue fazer tudo isto na Fábrica da Pólvora de uma forma que se destaca pela elegância com que distribui estas festas e, portanto, dar nota que estive no sábado, com o Senhor Presidente, a ouvir um grande artista português José Cid nas festas de Barcarena-----

----- - Representei o Senhor Presidente na segunda-feira de manhã, na reunião ordinária do Conselho Metropolitano de Lisboa.”-----

### **13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----**

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** prestou à Câmara as seguintes informações: ---

-----“Bom começo pelo lançamento da “App VisitOeiras”, nós vivemos na economia do tempo, todos nós temos, se não todos, a maioria tem um telemóvel e efetivamente sabemos que o telemóvel é em sexto lugar usado para telefonar, ou seja, nós gostamos de ter informação ali e não podíamos deixar de ter uma “App” que nos dissesse a todo o momento o que é que nós temos disponibilizado para os nossos munícipes, mesmo que não sejam nossos munícipes.” -----

----- - Depois, os prémios Máxima, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho já falou, foi um evento diferenciado, para um público muito específico e teve uma “talk” onde esteve a Senhora Vereadora Joana Baptista, a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, a arquiteta Patrícia Costa e a doutora Sílvia Breu e eu tenho que me focar aqui um pouco sobre este evento por uma razão muito simples, em mil novecentos e setenta e seis, no Governo, entraram um vírgula nove por cento de mulheres, não chegámos a dois por cento.-----

-----Em dois mil e vinte e dois o Governo contém trinta e sete por cento de mulheres, o que quer dizer que em quarenta anos, nós não conseguimos se quer chegar aos quarenta por cento. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Depois para as Câmaras Municipais em dois mil e cinco houve eleitas sete vírgula oito por cento e em dos mil e vinte e um nove vírgula quatro por cento, o que quer dizer que em vinte anos evoluímos dois pontos.-----

----- Eu gostaria de dizer que nós não vamos lá sozinhas, porque quem está em lugar de chefias e de topo são os homens, nós precisamos dos nossos homens e a verdade é que nesta “talk” havia lá um homem a assistir, que era o marido da doutora Sílvia Breu.-----

----- Isto não é o sitio certo, porque temos aqui uma série de mulheres, nós somos uma Câmara com uma grande marca feminina, mas a verdade é que é muito importante quando o Senhor Vereador Armando Soares, o Senhor Presidente, o Senhor Vereador Pedro Patacho, o Senhor Vereador Nuno Neto percebiam que têm mães, têm irmãs, têm filhas, têm amigas e nós precisamos de vocês nesta discussão.-----

----- - O Panda foi ao Bairro dos Navegadores, ao Jardim-de-Infância, a dada altura havia lá uma educadora que me dizia, que os miúdos não nascem todos com as mesmas oportunidades e não nascem e se me questionarem o que é que aquilo fez aos miúdos, eu não sei, não sei o que é que de futuro pode causar, mas sei que aqueles miúdos deitaram-se muito mais felizes naquele dia e foi tão comovedor, que eu não podia deixar de falar desta ativação do Panda e que eu espero que continue a acontecer.-----

----- - Depois tivemos o Festival Internacional de Forró, correu tudo bem, não há muito mais a dizer.-----

----- - Eu fui em representação do Senhor Presidente ao lançamento do livro na Lupeca Palavras com Vida, de António Ricardo e aqui vou voltar a falar sobre uma coisa que até contra mim vou falar, que tem a ver com o preconceito.-----

----- Houve duas pessoas a quem eu falei que ia a um lançamento de um livro num bairro social, então uma amiga minha dizia-me: “Mas é o quê? É de Sociologia? É alguém que andou a estudar o bairro?”-----

-----Eu dizia, não, é um habitante lá do bairro, que efetivamente escreveu um livro e vai lançar um livro.-----

-----E uma outra amiga dizia: “Mas como é que é possível, mas ele vive mesmo no bairro?”-----

-----Na verdade, há este preconceito, nós achamos que num bairro municipal não há lá pessoas que leiam, não há lá pessoas que escrevem, não há lá pessoas que reflitam e a verdade é que a base sendo uma casa, com casa e com a educação chega-se lá e efetivamente nos nossos bairros já vamos tendo quem leia, quem escreva e quem divulgue os livros e foi espetacular. -----

----- - As Festas de Oeiras, nós tivemos cerca de duzentas mil pessoas Senhor Presidente e tivemos zero ocorrências e naturalmente, que os parabéns é para a equipa da DTGE que fizeram um trabalho inexcelável. E acabou com fogo de artifício, nem toda a gente gosta, eu confesso que gosto muito, faz-me lembrar Trás-os-Montes e as noites em que eu ia com o meu pai ver o fogo de artifício, todos nós temos as nossas memórias, o nosso colo e a nossa infância. -

----- - Por fim, falar sobre o livro que o nosso colega Vereador Armando Soares lançou na passada quinta-feira, claro que é um livro do Vereador Armando Soares enquanto pessoa, todos nós somos pessoas, mas da mesma maneira que quando nós içamos a bandeira do LGBT tive colegas de outras câmaras que me questionaram: “O vosso presidente deixou? Ele sabia disso, como é que é possível?”-----

-----Também me questionavam como é que o Senhor Presidente tinha reagido ao livro e a verdade é que a sua presença lá e a nossa presença diz muito de todos nós.”-----

#### **14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----**

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

-----“Não podia começar a minha intervenção sem dar os parabéns ao Vereador, mas, neste caso, ao Armando, porque antes de ser Vereador já era o Armando e, conhecendo-o como o



Câmara Municipal  
de Oeiras

conheço há vários anos, foi o Armando que escreveu aquele livro e já há vários anos falávamos disto, aliás, houve um momento que condicionou a que não saísse tão rápido da gaveta, talvez por estas questões políticas, por isso, dar-lhe os parabéns por ser ele mesmo.-----

----- - Passando às informações, no dia quinze de junho também estive presente na Cerimónia de Inauguração da renovada Sede da Parques Tejo, dar nota que o Presidente da Parques Tejo, o doutor Rui Rei, deu algumas novidades, que iremos acompanhar, o PSD acompanhará com atenção, nomeadamente a questão do “bikesharing” e dos “tuk-tuk” elétricos como um novidade na mobilidade que representa a pegada zero no Município. -----

----- - No dia dezasseis de junho tivemos mais uma das nossas reuniões plenárias da “Foodlink”, o que estamos a preparar para o que será a rede para a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa e visitámos várias distribuidoras agrícolas, não só aqui na AML, mas em Almargem do Bispo, nomeadamente o viveiro Vera Oliveira e a empresa Cem Por Cento Titular, que muitos de vocês conhecem, porque compram tomate “cherry”, que é feito aqui, já devem ter visto a marca, porque a maior parte das distribuidoras desta zona o vendem e ficam a saber que é de Sintra. Aqui também tentamos que a transição alimentar seja implementada nas grandes superfícies e não só nas pequenas.-----

----- - Visitei também a Feira da AgroArvil, onde tivemos a presença do Presidente da Câmara de Sintra, que fez algumas considerações sobre o que vai sendo produzido na região saloia de Sintra e Mafra. -----

----- - Não podia deixar de dar nota, até porque falei disto a vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois, quando discutimos as GOP, e falávamos sobre a importância de alguns projetos. -- -----

----- Um dos que falei, e que tinha especial interesse, foi a “App On Oeiras”, no orçamento para dois mil e vinte e três falava do investimento que ia ser feito. Assim, no dia vinte e dois de junho nasceu, no Templo da Poesia, e como já falou a Vereadora Carla Rocha, a “App

VisitOeiras”.-----

-----Temos grandes expectativas nesta aplicação, não só na capacidade de potenciar o conhecimento dos munícipes sobre as atividades do Concelho, mas deixamos o repto para que ela seja mais e, possivelmente, consiga dar mais do que esse “input” ao munícipe, mas consiga também recolher “input” do munícipe. -----

----- - Dar mais duas notas, porque este fim-de-semana também foi importante para os mercados e feiras, nomeadamente o lançamento do Oeiras Market, no Largo Cinco de Outubro e, no domingo, o Mercado no Parque. -----

----- - Este ano fomos desafiados pelo doutor Barreto Xavier a fazermos, durante os meses de verão, um Mercado no Parque. A primeira edição correu muito bem, tivemos cerca de setenta comerciantes, as sombras ajudaram muito porque este foi um fim-de-semana de muito calor e as copas das árvores já conseguiram albergar a parte de venda de artesanato nacional em vários segmentos, cerâmica, vestuário, acessórios de moda, iguarias como compotas caseiras, entre outros.-----

-----O objetivo é, nos meses de verão, ao sábado no Largo Cinco de Outubro, em Oeiras e, ao domingo, na segunda fase do Parque dos Poetas, entre as dez horas e as dezoito horas e trinta minutos. Convido-vos a estarem presentes no próximo sábado e domingo de julho. -----

----- - Como deixo sempre um último convite, o desta semana é para dia trinta de junho, sexta-feira, e dias um e dois de julho, sábado e domingo, para visitarem a terceira edição do Vinhos e Petiscos, esta com uma novidade que é o Mercado do Mar, que vai ser no Mercado de Paço de Arcos.-----

-----Porque é que o Mercado do Mar foi para Paço de Arcos?-----

-----Porque, para quem conhece, é uma das nossas vilas piscatórias de eleição e tem também dois dos comerciantes mais antigos e com melhor pescado do nosso mercado e decidimos fazer uma fusão entre os nossos fornecedores locais e os chefes e cozinheiros locais



Câmara Municipal  
de Oeiras

que lá vão estar com algumas especialidades. -----

----- Portanto, entre peixe, marisco e outros produtos do mar, estejam atentos durante este fim-de-semana. -----

----- - Dar ainda nota, porque o Senhor Vereador Nuno Neto se esqueceu, da Festa Animal, em Queijas, no dia um, entre as dez e as dezoito horas, junto ao Mercado de Queijas, que também conta como ativação para os mercados.”-----

**15 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----**

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prestou à Câmara as seguintes informações:-

----- “Começo pela renovação da sede da Parques Tejo, os meus colegas já falaram de alguns pontos que eu vou falar agora, mas eu vou falar noutra perspetiva.-----

----- Porquê uma renovação da sede?-----

----- Porque a missão é uma missão conjunta, não só as empresas municipais, mas a Câmara Municipal de Oeiras desde que voltou a tomar posse, em finais de dois mil e dezassete, resolveu que todos os postos de trabalho tinham que ter condições com qualidade, as pessoas têm que se rever no seu posto de trabalho e começámos por quem? -----

----- Pelos operacionais da Câmara.-----

----- Podem visitar todas as secções de limpeza, podem visitar as oficinas de Vila Fria e conseguir atestar que os postos de trabalho dos nossos operacionais são postos de trabalho em condições, bons balneários, boas zonas de refeitórios. -----

----- Hoje em dia, estamos a fazer o futuro edifício da Câmara, o edifício Fórum que está em curso, dentro de um ano, esperemos ter a obra concluída.-----

----- Mas também a Parques Tejo que não tinha as necessárias instalações para os seus colaboradores viu no dia quinze de junho novas instalações, mas não começámos pelos colaboradores, começámos por quem atendíamos, portanto, no ano passado demos primazia a quem atendíamos na Parques Tejo, portanto, inaugurámos uma nova loja de atendimento a quem

se dirige a esta empresa municipal, sempre numa lógica de criar mais e melhores condições para todos. -----

-----Eu não sei se o Senhor Vereador Pedro Patacho abordou a visita que o Senhor Presidente, o Vereador e eu tivemos ao Clube Todo-o-Terreno de Oeiras, mas é fundamental falarmos sobre esta visita, porque estamos a falar de um edifício muito próximo ao lado da Piscina de Barcarena, muito bem estimado por esta entidade, comprovámos no interior, a dinâmica, a vitalidade e no fundo são pessoas que já estão reformadas noutra fase da vida e que dedicam o seu tempo útil a esta entidade aos Oeirenses e a todos os que nos visitam.-----

-----Preocupação, acessibilidades, porque as pessoas que fazem parte deste Clube Todo-o-Terreno já têm alguma idade e também têm escadas para aceder a este edifício e, de facto, não são as escadas mais simpáticas, portanto, a preocupação do nosso Executivo, na pessoa do Senhor Presidente é garantir melhores acessibilidades no futuro àquele edifício.-----

----- - Falar também de uma visita importante que fiz ao estado da obra de arte do muro da Sacadura Cabral, como sabemos foi o muro que colapsou nas intempéries em dezembro, estamos a falar de uma obra complexa, que lançámos através do procedimento conceção construção, foi adjudicada a uma empresa que tem muita capacidade e disponibilidade e resposta imediata a esta tipologia de obras, a Teixeira Duarte. Esta obra foi adjudicada pelo prazo de seis meses, estamos tão-só atrasados trinta dias no término desta obra, portanto, vamos terminar na segunda quinzena do mês de julho, aquela rua que é uma rua muito importante para a zona da Cruz Quebrada/Dafundo, vai reabrir ao trânsito e assim tem que o ser, até porque vamos receber a vinda e a visita do Senhor Papa, na primeira semana de agosto e todas as questões de trânsito têm que ser asseguradas até esse momento.-----

----- - Depois falar sobre a Politeira, mas não tanto na questão daquilo que foi a inauguração do parque urbano e da piscina, naturalmente devolver ao cidadão aquilo que são as melhores práticas ambientais e que é uma bandeira. Mas falar sobre a Politeira, estamos a falar



Câmara Municipal  
de Oeiras

de um bairro municipal com trinta anos e a forma exemplar como cuidamos dos nossos bairros municipais, a visita do Senhor Presidente não começou já no Parque Urbano começou bem antes, portanto, viemos a pé de Leceia e entrámos no Parque Urbano e é exemplar a forma como os edifícios estão cuidados, seja ao nível da pintura, ao nível da caixilharia, dos estores, à forma simpática como as pessoas vão à janela e veem o espaço exterior, um espaço cuidado, com o relvado, com equipamento infantil e é impossível que quem vive naquele bairro, não se sentir bem, não se sentir feliz. -----

----- Parabéns a todos os envolvidos naquilo que é, não só a construção nova, porque temos de construir mais habitação no nosso território, mas manter, que é uma preocupação muito permanente daquilo que é a Administração da Câmara. -----

----- O Senhor Vereador Pedro Patacho já falou do novo edifício do IBET, um investimento muito significativo, quem lá entra aquilo está disfarçado, porque, no fundo, a maior parte das pessoas passa por fora da Quinta de Cima, o edifício está lá no meio, está disfarçado, mas na realidade é aquilo que de melhor fazemos em Oeiras e só podia ser em Oeiras. -----

----- A própria CEO no seu discurso diz que este investimento só podia ser em Oeiras, porque é em Oeiras que há trinta anos através do Presidente Isaltino é acolhida a Ciência, a Tecnologia e há aqui uma colaboração permanente hoje em dia por via do Vereador Pedro Patacho, no fundo, colabora todos os dias, porque estes relacionamentos têm que ser alimentados todos os dias entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Instituto Gulbenkian da Ciência, entre a Câmara Municipal de Oeiras e o INIAV, portanto, no fundo, são relacionamentos contínuos em que não podem ser interrompidos naquilo que é um relacionamento cordial, mas também de investimento de ambas as partes. -----

----- Eles capacitam o nosso território e nós capacitamos estas instituições através de muitos dos investimentos que são aqui aprovados em reunião de Câmara. -----

----- - Hoje fiz uma visita à Universidade Sénior e Intergeracional de Algés, nós há um



ano atrás inauguramos a primeira fase do investimento que estamos a fazer para esta universidade e fui-lhes dar a conhecer o projeto que, no fundo corresponde à segunda fase, eles têm uma atividade muito intensa, muito dinâmica e a Câmara Municipal colabora e vai dar provimento àquilo que é a pretensão desta universidade. -----

----- - Algumas questões que foram apresentadas e eu aqui dirijo-me à Senhora Vereadora Carla Castelo, alguns de vós não costuma presenciar estas reuniões e é importante perceberem aquilo que é o sentimento deste grupo, que está deste lado. -----

-----Estivemos num evento, foi o lançamento do livro do Senhor Vereador Armando Soares, não na sua qualidade de Vereador, mas na qualidade de pessoa, de cidadão e percebe-se a união, podemos ter as nossas divergências que são salutares, mas no fundo na hora H estamos unes e coesos, foi isso que demonstrámos no lançamento do livro do Armando Soares. -----

-----É importante dizer isto porque nestas mesmas reuniões, onde está a Senhora Vereadora Carla Castelo e quem está a ver isto pela primeira vez, não transparece unidade. -----

----- Nós esforçamo-nos mesmo dentro daquilo que é trabalhar com uma oposição que esperemos, estamos a todo o tempo a esperar que seja uma oposição construtiva, que a Vereadora Carla Castelo venha para estas reuniões e faça uma oposição construtiva e com empatia, porque nós estamos aqui a trabalhar com gosto, com satisfação, somos felizes naquilo que fazemos. -----

-----Senhora Vereadora Carla Castelo, eu tenho até algumas das dúvidas que esteja satisfeita nas visitas que faz um pouco por todo o território, fez uma visita que aborda aqui na reunião de Câmara ao Parque dos Poetas. -----

-----O Parque dos Poetas comemorou agora em junho vinte anos, estamos a falar de um investimento de dezenas de milhões, portanto, eu não vou avançar com nenhum número, porque a pessoa mais indicada para avançar com o investimento preciso do Parque dos Poetas está aqui ao meu lado, o Presidente, o autor, o protagonista daquilo que foi a visão que hoje em dia está materializado, que é em plena cidade, em plena malha urbana consolidada de Oeiras, entrada do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Concelho, entrada da vila, temos vinte e seis hectares de excelência, comunhão entre a natureza, a cultura e a arte. -----

----- A Senhora Vereadora Carla Castelo vai lá e só vê defeitos.-----

----- Bolas, não vê nada bom no Parque dos Poetas Senhora Vereadora?-----

----- Não é capaz de vir para esta reunião dizer duas palavras de elogio, só lhe peço uma e um sorriso mais genuíno. -----

----- Eu sorrio, eu tenho tanta paciência que não imagina, inclusive para estar aqui e ouvir muitas vezes coisas que são injustas de se ouvirem, portanto, no que respeita às acessibilidades do Parque dos Poetas foram vinte anos de vivência daquele parque, muito está feito e muito ainda há a fazer, porque todas as obras podem ser melhoradas, reajustadas e corrigidas.-----

----- Vou dar exemplos de melhorias ao nível das acessibilidades que foram feitas e que a Vereadora Carla Castelo, certamente, passou por elas e não reparou.-----

----- Passagens superiores pedonais, não estavam garantidas naquilo que foi a inauguração em dois mil e três, naquilo que foi a inauguração em dois mil e treze e naquilo que foi inauguração em dois mil e quinze.-----

----- Em nenhuma das três fases estavam asseguradas as ligações entre o Parque dos Poetas e era fundamental, como, através da construção daquelas passagens que foram feitas no mandato passado.-----

----- Não vê mais valia naquelas passagens, não passou por elas?-----

----- O que é que está neste momento a acontecer, a passagem superior que liga a fase dois A à dois B através da Rua Carlos Vieira Ramos, tem um elevador para aceder à dita passagem. --

----- O que é que se passa?-----

----- O elevador está em condições, está operacional, por acaso já não esteve e esteve inoperacional, porque muitas vezes as pessoas exercem atos de vandalismo dentro do elevador, designadamente os mais jovens, os alunos da Escola Luís de Freitas Branco e o elevador teve que

ser arranjado. Neste momento, o que é que vamos fazer para garantir a operacionalidade do elevador e acesso a essa passagem superior? -----

-----Vamos entregar as chaves do elevador aos colaboradores da Parques Tejo que estão a trabalhar no estacionamento mesmo ao lado, no fundo é garantir a operacionalidade com a segurança daquele elevador, portanto, está operacional o elevador, Senhora Vereadora, era uma questão de ter questionado esta Vereadora ou o Senhor Presidente. -----

-----Rampas e corrimões. Alameda da fase dois A, tem aquela escadaria que todos conhecem, mas tem caminhos secundários, portanto, as acessibilidades estão garantidas, demoram é mais tempo a subir ou a descer. Ora, aquela alameda está pensada e aquela escadaria está pensada, porque está um projeto em curso para garantir acessibilidades mais próximas e mais diretas, o projeto está em curso, a Senhora Vereadora também podia-nos ter questionado, porque nós temos noção e sensibilidade, porque andamos no terreno e falamos com as pessoas, daquilo que ainda falta fazer no Parque dos Poetas, Senhora Vereadora está em curso, mas Roma e Pavia não se fazem num dia. -----

-----Não compreende a proibição de entrada dos cães no Parque dos Poetas, disse ou ficou aquém na sua informação, não é só no Parque dos Poetas. Nós proibimos a entrada dos cães nalguns parques e jardins com delimitação física, por exemplo, a Quinta dos Sete Castelos, igualmente em Santo Amaro de Oeiras, também não permite a entrada dos cães, porquê? -----

-----Não é porque hajam melhores jardins ou piores jardins, os jardins do Palácio também não permitem, porque têm delimitação física, a questão é que nós temos que respeitar todos e todos têm que nos respeitar, a questão que se passa é que as pessoas que têm cães nem sempre respeitam os demais e os relvados do Parque dos Poetas estavam cheios de cocó, porque as pessoas não apanham o cocó dos cães, portanto, se houvesse aqui o mínimo de cidadania, quem tem cães pode entrar no Parque dos Poetas, o problema é que não há aqui esta cidadania e tínhamos que elevar a manutenção do Parque dos Poetas e não há nenhum avó que tenha netos



Câmara Municipal  
de Oeiras

ou nenhum pai que tenha filhos que queira sentar confortavelmente as crianças, os filhos ou os netos no relvado à vontade que goste de ser confrontado com um cocó de um cão. -----

----- Não é em todos, mas em alguns em específico, parques e jardins com delimitação física, efetivamente interditamos para que aqueles parques e jardins respondam a todos a nível de segurança, conforto e qualidade. -----

----- Há aqui uma outra questão que colocou que eu posso diretamente responder, até porque fui responsável pelo projeto, está relacionado com a área da Politeira, foi uma área que era da responsabilidade do promotor, o Pimenta e Rendeiro, massa falida, o Pimenta e Rendeiro faliu e, de facto, deixou um pouco por todo o território algumas obras incompletas, foi o caso da Politeira e a Câmara Municipal de Oeiras executou uma caução, não são três milhões, Senhora Vereadora, são setecentos mil euros e a Câmara Municipal de Oeiras já fez o projeto, porque na altura, quando recebemos não havia projeto e a Câmara Municipal de Oeiras teve que contratar o projeto, está concluído e revisto, o que estamos a falar é o espaço exterior daquela área, portanto, no fundo, as infraestruturas, as estradas, passeios, paisagismo, parques, jardins, equipamento que, no fundo não são os setecentos mil euros que outrora no passado executámos. Hoje em dia fazer aquela obra é muito mais elevado e transporta-nos, eu não quero dizer o valor errado, mas transporta-nos pelo menos para um milhão e duzentos mil euros, mais quinhentos mil euros do que o valor que a Câmara Municipal de Oeiras executou. -----

----- Aguardamos disponibilidade orçamental para executarmos esta obra, mas a segurança de quem vive nas proximidades está garantida. -----

----- Dizer também, para corrigir a Senhora Vereadora, porque hoje foi um atropelo de enganos, que a participação pública das Portas de Algés não coincide com a Assembleia de Freguesia de Algés, a Assembleia de Freguesia é às vinte e uma horas e a participação pública das Portas de Algés é às dezoito horas, portanto, há aqui um hiato de três horas de diferença entre uma reunião e outra participação, eu quero crer que às vinte e uma horas as equipas estão libertas

para estarem presentes na Assembleia de Freguesia de Algés.-----

-----Depois falar só aqui de um tema que eu acho que é muito importante, e é mais nesta temática que Oeiras marca a diferença, não é só nas festividades do Concelho, são em todas as festividades, em tudo aquilo que promovemos em Oeiras e que no caso das festividades tivemos uma afluência muito significativa. -----

-----Senhora Vereadora Carla Rocha, temos praticamente zero ocorrências de ordem pública, isto é notável, é a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras, é uma notável parceria das forças de segurança da Polícia de Segurança Pública, também da Polícia Municipal, não sendo Polícia de Segurança Pública, mas também do investimento que a Câmara Municipal de Oeiras faz nestas forças. -----

-----A Polícia de Segurança Pública nos últimos anos, tem sido dotada destes postos móveis que asseguram a segurança das nossas praias ou das festas de Oeiras, desde carros que garantem o policiamento de proximidade ou a Escola Segura, portanto, todos os equipamentos mais recentes da Polícia de Segurança Pública é um investimento direto da Câmara Municipal de Oeiras e não é do Governo, portanto, temos de congratular aquilo que é as políticas e as prioridades e a estratégia desta Administração.” -----

**16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:** -----

-----O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“No dia catorze de junho, acompanhado de alguns Vereadores e Técnicos, visitei a obra do Empreendimento de Habitação do Alto da Montanha, sessenta e seis apartamentos, com um rés do chão extraordinário para instalar equipamento, que ainda não foi definido, mas que que será definido oportunamente e dois pisos de estacionamento. Uma média de cento e setenta mil euros enquanto do outro lado da estrada acima dos quinhentos e cinquenta mil euros, que são privados, claro, isto tem a ver com algo que eu falarei mais à frente e tem a ver com o preço dos terrenos. --- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Quero salientar o facto de ser uma obra que começou em março deste ano e já vai no terceiro ou quarto piso, está a correr muito bem, portanto, em julho do próximo ano, provavelmente, estaremos a entregar as chaves num prédio extraordinário de habitação pública.--

----- - No dia quinze teve lugar a inauguração dos escritórios da Parques Tejo, da qual já a Vereadora Joana Baptista falou. -----

----- - No dia dezasseis de julho, estive presente com o Senhor Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia numa visita à Schröder Iluminação, em Carnaxide, onde pudemos verificar o potencial desta empresa, designadamente como exportador, um pouco para todo o mundo e que há cerca de cinquenta e poucos anos está instalada em Carnaxide, ainda antes do Vinte e Cinco de Abril, onde têm desenvolvimentos tecnológicos muito interessantes, não é apenas uma fábrica de montagem de luminárias, desenvolvem produtos que depois são distribuídos um pouco por todo o mundo.-----

----- - No dia dezassete, estive presente no décimo terceiro aniversário do Grupo de Amigos do Museu da Pólvora Negra, na Fábrica da Pólvora. É um grupo de amigos de natureza associativa, mas que no fundo tem vindo a fazer a promoção e a contribuição do espólio para o Museu da Pólvora Negra. -----

----- - No mesmo dia, foi a Marginal à Noite, seguido de fogo de artifício e é muito interessante a imaginação das pessoas, porque nas redes sociais no dia seguinte vi uma série de coisas e depois vai tudo atrás uns dos outros: "... esta coisa de lançar fogo de artifício com som, com estrondo, é um atraso de vida, é um sinónimo de atraso! E as canas? A praia estava cheia de canas no dia seguinte..."-----

----- Este fogo já não tem canas.-----

----- Este fogo já não tem canas, mas aqueles que são contra o fogo de artifício até inventam as canas. -----

----- A verdade é que foi um fogo de artifício muito bonito, tivemos sorte, porque o vento

estava de Leste para Oeste, se estivesse ao contrário, o fogo de artifício disparava do lado de lá do fumo e ninguém via nada, que foi o que aconteceu o ano passado no fogo de artifício de Paço de Arcos, a praia cheia de gente, a Marginal fechada cheia de gente, o Jardim Municipal cheio de gente, realmente extraordinário, não sei se as duzentas mil pessoas era ali ou se contou com isso tudo, muita gente que tiveram estas festas.-----

----- - No dia dezanove, estive presente numa reunião do Conselho de Curadores da Fundação Marquês de Pombal, que tratou do parecer relativamente ao relatório de atividades de dois mil e vinte e dois. -----

----- - No dia vinte e um, ocorreu a visita ao Clube Todo o Terreno de Oeiras, que a Vereadora Joana Baptista já referiu, mas que valeu a pena fazer essa visita, porque, de alguma forma, se fossem todos como eu, eu estava convencido que era “clube motard”, os “clubes motard” são sempre mais desorganizados, ali não, realmente aquilo está a funcionar muito bem, e perante aquilo que vimos, a ideia é desocupar aquele edifício, mas vamos ter que encontrar uma nova instalação para eles e então sim será afeta ao funcionamento também da piscina. -----

----- - No dia vinte e dois, teve lugar o lançamento da “App VisitOeiras”, muito prática, porque até eu que gosto muito de escrever à mão, já se aperceberam, gosto de escrever, aliás, o neurologista disse que eu tinha que escrever à mão que não me deixasse ficar prisioneiro da máquina, porque agora as pessoas estão agarradas muito ao computador e, depois, não sabem escrever e eu não quero apanhar esse vício e então eu gosto de escrever à mão, parece que os neurónios do lado direito só funcionam escrevendo à mão e que os da esquerda, então é que funcionam livremente, por isso tenho que exercitar o lado direito, razão porque eu escrevo muito, mas isto a propósito da “App VisitOeiras”, muito prática mesmo para quem não é manuseador/utilizador frequente como eu, aliás, devo-vos dizer que a rede que eu vejo mais é a Coligação Evoluir Oeiras, que eu frequento mais, porque quando quero saber qualquer novidade vou à Coligação Evoluir Oeiras, não sou grande frequentador de redes sociais e das coisas



Câmara Municipal  
de Oeiras

tecnológicas, mas este caso é interessante, porque primeiro conecta bem as pessoas, é possível fazer a instalação desta aplicação no nosso telemóvel, está muito avançada em termos de conexão com as pessoas.-----

----- Já tivemos o “site” que foi o quarto melhor a nível nacional, eu estou convencido que esta aplicação vai ser considerada, no próximo ano, a melhor do País, a melhor a nível municipal, estou convencido disso, até porque nós trabalhamos sempre para ser os primeiros, é esse o nosso posicionamento. -----

----- - No mesmo dia tive o prazer de estar presente, parabéns Senhor Vereador Armando Soares, na apresentação do livro “Estados Ampliados de Consciência”, mas eu olho para ali e só leio “Estados Alterados de Consciência, não vejo ampliados, é uma coisa tremenda.” -----

----- **Interveio o Senhor Vereador Armando Soares:** -----

----- “Era o que se dizia antes”-----

----- **Continuando o Senhor Presidente:**-----

----- “Não vou fazer aqui juízos sobre o livro, eu nunca leio um livro de seguida, mas são temas que me interessam e devem interessar a toda a gente. Não é um romance, não é um livro técnico, mas, é, de facto, um livro que convida as pessoas ao seu enriquecimento, em suma, espiritual e o conhecimento de algumas áreas que as pessoas não estão muito habituadas, é o que se pretende com esse livro. -----

----- Parabéns ao escritor Armando Soares, esperemos que seja o primeiro e que não seja o último. ---- -----

----- - Ontem estive na apresentação da evolução da “Airbus” nos últimos quarenta/cinquenta anos, na redução de CODois, na redução do combustível, na redução das emissões de ruído, essas coisas todas e fiquei espantado. Passava e passa completamente ao lado de muita gente, o mundo maravilhoso e tecnológico que vem aí.-----

----- Tive oportunidade de falar nisso, o mundo vai ser maravilhoso, não sei se as pessoas



serão maravilhosas como o mundo. Não sei se estaremos a trabalhar da mesma maneira as pessoas, mas que isto vai ser bom, vai. -----

----- - No dia vinte e três, estive presente na requalificação do Parque Urbano da Quinta da Politeira e da Piscina Municipal Noronha Feio. É importante referir que, quer um, quer outro, se tratou de requalificação, mas requalificações que partiram de uma transformação total. O investimento de um milhão e quinhentos mil euros, no Parque da Politeira e dois milhões na Piscina. Na realidade, trata-se de substituição praticamente de tudo. A piscina está extraordinária. Tem uma frequência muito grande de muitos utilizadores, que durante as obras foram distribuídos por outros equipamentos, mas, é um equipamento extraordinário e que vai de encontro às necessidades da população daquela zona e não só dos clientes daquela zona que frequentam a piscina, mas é um excelente equipamento construído numa época, há trinta e dois anos, numa altura que se dizia que Barcarena estava ainda muito longe da sede do Concelho e foi essa a razão porque se construiu esse equipamento naquela zona, aliás, o próprio Bairro da Quinta da Politeira, da autoria do Salgado é indiscutivelmente um bairro do ponto de vista da arquitetura um exemplar fantástico no nosso País, de uma qualidade que, provavelmente, muita gente que passa por ali, não se apercebe que é habitação pública, mas a habitação pública não tem que ter conotação, mas na maior parte das situações, não tanto aqui Oeiras, não há muitos sítios do País em que nós passamos por bairros ditos habitação social, agora mais insistentemente habitação pública parece que tem uma espécie de estigma, é a cor, é a arquitetura, etc.. -----

-----Há dias fomos inaugurar a reconversão de um edifício no Bairro de Laveiras e é indiscutível, que seja a cor, seja a arquitetura, é de grande qualidade e, portanto, é isso que nós procuramos aqui no nosso Município. -----

----- - Ainda no dia vinte e três, na Quinta do Marquês, decorreu a cerimónia de inauguração do Edifício iBET Biofarma e sobre esta matéria, para aqueles que ainda não perceberam que quando lançámos há quatro anos a ideia do conceito do Oeiras Valley, mas uma



Câmara Municipal  
de Oeiras

ideia que já andávamos a pensar nela há mais de uma dúzia de anos. Silicon Valley é uma inspiração para Oeiras, há muitos anos. Quando, por volta de dois mil e nove estabelecemos um acordo de colaboração com São José da Califórnia, onde se situa justamente Silicon Valley, fizemo-lo porque era uma espécie de emboiação, era o exemplo que nós gostaríamos que se desenvolvesse em Oeiras e na Europa.-----

----- Procurámos também inspirações noutros parques que havia por essa Europa fora, designadamente Sofia Anti Police, em Nice, Grenoble, Manchester e visitámos tudo isso um pouco por toda a Europa e nunca tivemos dúvidas sobre o que significava Silicon Valley, nunca tivemos dúvidas tanto que queríamos à nossa escala, naturalmente, à escala portuguesa, criar qualquer coisa que pudesse significar inovação, empreendedorismo, ciência, tecnologia, investigação e negócio, a conjugação de tudo isto.-----

----- E foi assim que fomos trabalhando, nasceu o Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa, administrado pela Sociedade Taguspark, na qual o maior acionista é o Município de Oeiras. -----

----- Nunca tivemos dúvidas sobre o que significava o Valley. Há quatro anos decidimos avançar mais fortemente, porque já estávamos mais preparados, porque já temos o Parque da Ciência e Tecnologia, o Taguspark, o Lagoas Park, a Quinta da Fonte, o Arquiparque, o Parque Suécia, o Instituto Gulbenkian da Ciência, iBET- Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier - ITQB NOVA, o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Motricidade Humana, a Universidade Atlântica, escolas internacionais, a International School, a Sharing School e, por aí fora, concluímos que já tínhamos aqui massa crítica, equiparada a um grande “Hub” na Área da Ciência, Tecnologia e Investigação.-----

----- E foi assim que desenvolvemos o conceito do Oeiras Valley. -----

----- Naturalmente que ele foi sendo assimilado pelas instituições e pelas empresas. A

globalidade do território de Oeiras já pode ser considerado integrado neste conceito Valley e a verdade é que esta inauguração do iBET, nas condições em que está a decorrer e, sobretudo, o investimento que está previsto em parcerias entre a Universidade Católica, a Universidade Nova, etc., que vão ser investimentos a médio prazo, na ordem dos cem milhões de euros em ciência e investigação, é muito dinheiro, e o próprio IMS - Information Management School, da Nova vai ficar aqui em Oeiras, portanto, está prevista a instalação de uma nova escola internacional, em breve, já está o terreno definido, verificou-se aqui um crescendo extraordinário e todos os presentes nesta inauguração, incluindo o Governo, reconheceram o papel que o Município, como sendo crítico, o apoio da Câmara Municipal a todas estas instituições.-----

-----Ainda ontem foi aprovado pela Assembleia Municipal um investimento na ordem do um milhão e meio de euros com a Católica e vai ser com a Faculdade de Motricidade Humana, e vai ser com o Hospital Santa Cruz, e vai ser com o IMS, onde no prazo de quatro/cinco anos, a Câmara Municipal contribuirá com cerca de quinze milhões de euros, portanto, isto mostra que não há um Município neste País que tenha este investimento destinado para a ciência e investigação, mas nós fazemo-lo ao mesmo tempo que construímos o edifício para a sede dos Paços do Concelho, ao mesmo tempo que lançamos o maior programa de habitação deste País, com mil e quinhentas casas, ao mesmo tempo que recuperamos as escolas, fazemos campos de futebol, novas creches, residências para idosos. Acontece tudo ao mesmo tempo. -----

----- - Na sexta-feira, vamos inaugurar um Parque Urbano em Vila Fria, que é uma coisa lindíssima, um complexo extraordinário. -----

----- - Vamos publicar no próximo Boletim Municipal o Professor Cavaco Silva com um sacho às costas a plantar árvores na Serra de Carnaxide, em mil novecentos e noventa e um juntamente com mais duas mil crianças, numa altura em que a Serra de Carnaxide estava pelada, e hoje veem a arborização que lá está. -----

-----Isto é para lembrar àqueles que nos últimos vinte anos, vieram para Oeiras e achavam



Câmara Municipal  
de Oeiras

que agora é que tinha que ser, como se até aí não se tivesse feito nada. -----

----- Isto é como a participação pública nas reuniões, a mim não me surpreende se aparecerem cinquenta ou oitenta pessoas numa reunião, porque durante vinte/trinta anos, estas reuniões tinham vinte e cinco a trinta participações públicas em cada reunião. Agora são três/quatro e depois de mobilizarem as pessoas, os partidos, os movimentos, a dizer para aparecerem na tal reunião pública, que vai discutir isto e vai discutir aquilo e vejam a participação que está aqui, registo com apreço as pessoas que aqui estão, mas não tem significado do ponto de vista de um Concelho como este, essa porta que está aí estava aberta e aí atrás estava um televisor e estavam mais cinquenta ou sessenta pessoas nessa sala, porque vinham participar, portanto, esta ideia de participação parece que alguns a inventaram agora, a participação está na Constituição de mil novecentos e setenta e seis, a democracia participativa faz parte da Constituição de mil e novecentos e setenta e seis e se as pessoas participavam naqueles primeiros anos a seguir ao Vinte e Cinco de Abril, até aos anos noventa. -----

----- Por que é que as pessoas participam?-----

----- As pessoas participam por duas razões fundamentais: ou para defender os seus interesses pessoais ou para defender interesses coletivos. -----

----- É mais fácil defender o interesse pessoal do que o interesse coletivo, se uma família vive numa barraca e precisa de casa, naturalmente vem à Câmara ver se resolve o seu problema, se porventura tem um filho em idade escolar e não tem escola, vem à Câmara saber o que é que se passa. -- -----

----- Os interesses mais difusos aqueles que têm a ver com a comunidade, etc., naturalmente que não há tanta gente a defender esses interesses. -----

----- No passado havia realmente muita gente, cerca de oitenta pessoas e vinte ou vinte e cinco participações, intervenções públicas, portanto, parece que há sempre gente a descobrir a pólvora, e vi aqui alguns de vocês a manifestarem a satisfação por tanto público, para mim não

há satisfação nenhuma, é corrente, faz parte da rotina, já houve muito mais gente a participar do que agora, obviamente, quanto mais gente participar, fico satisfeito, mas, na verdade hoje até há mais gente a ir à Assembleia Municipal do que à Câmara. -----

-----E sabem porquê?-----

-----Porque na realidade as pessoas hoje vêm fazer mais política do que vinham, porque à medida que a sociedade, a comunidade, veem os seus problemas pessoais resolvidos, deixam de vir tanto à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

-----Quem é que vem mais hoje à Câmara e à Assembleia Municipal? -----

-----Aqueles que os partidos políticos e os movimentos mandam, que vêm manifestar-se contra isto, contra aquilo, contra a decisão, portanto, esta é a realidade. -----

-----Mas também vêm pessoas seriamente interessadas num determinado problema.-----

-----Nós temos petições assinadas por pessoas que não residem sequer no Concelho.-----

-----Essa petição do Espargal tem centenas de assinaturas de pessoas que não residem no Concelho. Há aqui uma tendência para arregimentar, as pessoas são livres de participar, é como agora, tenho visto algumas críticas a propósito da reunião marcada para sexta-feira, para a discussão das Portas de Algés. -----

-----Há três ou quatro anos quando a Câmara começou a comprar os edifícios degradados, todos aqueles edifícios ao longo da Avenida dos Bombeiros Voluntários, a antiga Praça de Touros, etc., e, a partir daí a Câmara Municipal começou a ouvir os especialistas, sábios e fez um encontro há uns anos atrás, um pouco antes do COVID com arquitetos, engenheiros, filósofos, enfim, com um conjunto de personalidades para as ouvir sobre o assunto, era para se fazer encontros com a população, entretanto veio o COVID, foi naturalmente adiado e, entretanto, continuamos a negociar e chegámos a uma solução em que temos tudo comprado, portanto, neste momento todos os terrenos que havia que comprar naquela zona foram comprados, temos contributos, mas agora vamos ouvir a população sobre o que é que acham, se têm alguma ideia



Câmara Municipal  
de Oeiras

interessante a sugerir e a partir daí a Câmara Municipal vai ponderar todas as sugestões e então decidiremos que tipo de equipamento ali poderá nascer.-----

----- Foi marcada para quinta-feira, dia vinte e nove, mas já há pessoas a dizer que foi marcado propositadamente para quinta-feira, que coincide com a Assembleia de Freguesia. Por acaso não coincide. Está marcada para as dezoito horas e a Assembleia de Freguesia para as vinte e uma horas, mas até poderia haver coincidência de horário, a Câmara Municipal, obviamente, quando marcou, fê-lo com antecedência e a Assembleia de Freguesia ainda não estava marcada, embora não tivéssemos ainda anunciado, mas ao nível dos Serviços que têm que preparar mapas, a preparar quadros, para poder mostrar, para exemplificar, não vale a pena estar a marcar com muita antecedência, porque as pessoas até esquecem, portanto, marcou-se no tempo considerado adequado e estará presente as pessoas que podem estar presentes, mesmo que tenham Assembleia de Freguesia às vinte e uma horas, podem estar presentes às dezoito horas e podem assistir à apresentação, mas, por outro lado, as pessoas têm que definir prioridades, as pessoas também têm que ter por base se é mais importante constatar, dar um contributo, em relação às Portas de Algés, vão às Portas de Algés e não vão à Assembleia de Freguesia, mas, no caso podem estar às dezoito horas num lado e às vinte e uma horas depois noutro lado. -----

----- - A culminar tudo isto, há dois/três anos, o que é que diziam os detratores de quem defende o desenvolvimento deste território, deste Concelho, desta comunidade?-----

----- Que eramos uns saloios, até utilizávamos anglicanismos para tudo, saloiiices, o Valley, mas porquê Valley? -----

----- Se Valley não é português! -----

----- Iam até tão longe que diziam que estamos a escolher o nome do World Trade Center para uma coisa que era inglesa. -----

----- O que é que a Câmara tem a ver com o World Trade Center? -----

----- World Trade Center é privado, é uma associação mundial que tem justamente essa

designação e que gere negócios um pouco por todo o mundo e, portanto, existem World Trade Center em todas as grandes capitais da Europa. No caso de Portugal ficou em Oeiras, na fronteira com a capital. -----

-----O que é que há de novo da saloiiice do Valley? -----

-----Há dois ou três anos uma editora americana, editou o “Innovation”, onde estão as grandes capitais do mundo, onde há tecnologia, etc., e em Portugal a cidade escolhida foi Oeiras e esse livro chama-se “Innovation Oeiras” e está à disposição de todos, mas mais, a União Europeia acabou de fazer uma nota pública a abrir candidaturas para os Municípios e Regiões Valley da Europa, e nós vamos candidatar-nos e alguma candidatura deveremos ganhar.-----

-----Regiões, Municípios Valley, porque não é apenas Oeiras, há outros. -----

-----Para aqueles que tinham dúvida, espero que agora não tenham. -----

----- - Festas da Junta de Freguesia de Barcarena, dar os parabéns à Freguesia, porque foram festas muito intimistas, mas o espaço também é ótimo, a Fábrica da Pólvora é propícia a este tipo de coisas. -----

----- - No dia vinte e seis, recebi um convite como orador no Ciclo de Conferências, Sustentabilidade, Civismo e Boa Governança, na Universidade Atlântica e Taguspark, onde tive oportunidade de falar dos progressos no Município de Oeiras em matéria designadamente de descarbonização e das metas que nos propomos atingir nos anos trinta, quarenta, cinquenta.”-----

**17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:** -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** começou por dizer o seguinte: -----

-----“A Senhora Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda da extinta Coligação Evoluir Oeiras tem uma tendência de fazer leituras subjetivas daquilo que o Presidente da Câmara diz, muito subjetiva, e então diz que o Presidente da Câmara fala de maneira diferente para os cidadãos, para os munícipes que aqui vêm pôr questões, naturalmente que falo em função



Câmara Municipal  
de Oeiras

dos temas. Se alguém colocar um tema em que acusa a Câmara de qualquer ilegalidade ou disto ou daquilo, eu tenho que reagir, dizendo que não é assim, que a Câmara não comete ilegalidades. Não me parece, tenho que fazer sempre esta retificação. Nunca fui mal-educado com ninguém. Normalmente as pessoas também não são mal educadas comigo e se o forem, quem tem que ter alguma paciência, tenho que ser eu, mas também há um limite para tudo, mas, designadamente no dia de hoje, acho que as pessoas que vieram aqui pôr problemas, expuseram-nos livremente, foram ouvidas e o Presidente da Câmara respondeu o que tinha a responder a cada um. -----

----- Claro que uns podem gostar do que o Presidente da Câmara diz, outros podem não gostar, mas é democracia.-----

----- Agora, a Senhora Vereadora não tem o direito, nem legitimidade, para fazer leituras subjetivas daquilo que o Presidente da Câmara diz e da maneira como diz e eu não me rio tanto eu rio-me com coisas diferentes.-----

----- - No que diz respeito às acessibilidades ao Parque dos Poetas, a Senhora Vereadora Joana Baptista já respondeu, só um cego é que não vê e não há pior do que um cego que não quer ver. -----

----- O Parque dos Poetas foi desenhado por um dos melhores arquitetos paisagistas deste País, o Francisco Caldeira Cabral.-----

----- Não faltam acessibilidades no Parque dos Poetas, o Parque dos Poetas tem todas as acessibilidades necessárias para quem tem mobilidade reduzida. Só quem não quer é que não vê, naturalmente, tem lá uma parte da ligação que tem uma escadaria, mas a escadaria não é para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a escadaria é para quem tem condições de subir a escada, mas se não quiser subir a escada, mesmo sem elevador a funcionar, têm a rampa do lado Norte, pode atravessar a estrada na passadeira e entra na outra passagem dentro do parque propriamente dito, só um cego é que não vê, tem rampas em todas as fases, com certeza que na Alameda principal que tem uns degraus, etc., é estranho, mesmo que venha a ter uma rampa dos



lados, e que até está previsto, mesma com essa rampa é um disparate quem tenha mobilidade reduzida, ou falta de ar, estar a subir na parte mais elevada, com o maior declive, quando tem ao lado do Auditório Almada Garrett e pode seguir por trás do Auditório, tem rampas por todo o lado, rampas absolutamente acessíveis, portanto, só quem quer dizer mal, é que não vê rampas.--

-----Esta é que é a realidade, só quem tem este espírito de dizer mal, e ver mal em tudo, não conseguem ver nada. -----

-----Eu desafio quem quiser que tenha mobilidade reduzida a ir comigo e mostro o percurso, a Senhora Vereadora não conhece os percursos ou então vai pelos atalhos. -----

-----Leia o livro do Vereador Armando Soares, quem quer contemplar, quem quer sombras, onde há mais sombras é justamente nesses percursos de rampas, eu faço isso muitas vezes, gosto de ir pelas rampas, ouço os passarinhos, está cheio de passarinhos e de Cucos e eu não gosto do Cuco, porque dá cabo dos ovos dos outros, toma conta do ninho de um Pardal, sacode os ovos do Pardal para fora para pôr o ovo dele. Depois, o Pardal coitadinho choca o ovo do Cuco e nasce um passarão e os Pardalitos que estavam habituados a alimentar Pardalitos pequenos, andam ali a trabalhar durante um mês a alimentar o Cuco, depois o Cuco voa. -----

-----Eu diria que há aqui, de facto, alguma maldade. Há aqui algum propósito de dizer mal, porque ainda por cima, os cidadãos, reparem, eu estou a falar assim, os cidadãos de Oeiras sabem que têm acessibilidades ótimas e qualquer pessoa que vá ao Parque dos Poetas pode circular sem subir uma escada, não precisa subir escada nenhuma, pode circular no Parque todo sem precisar de uma escada e eu, quando a Senhora Vereadora Carla Castelo quiser, estou à sua disposição para lhe mostrar, quando quiser eu vou lá consigo.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

-----“Estou disponível para ir quando o Senhor quiser e mostro-lhe exatamente, porque eu conheço muito bem.” -----

-----Retorquiu o **Senhor Presidente**: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Eu é que tenho que mostrar a si, porque a Senhora não conhece, e eu conheço, a Senhora é que não conhece, não sabe onde estão as rampas acessíveis. -----

----- - No que diz respeito à hasta pública da antiga CNP, vou repetir aquilo que já disse cinquenta vezes. -----

----- É claro que vai haver uma nova hasta pública. É claro que a Câmara Municipal um ou outro terreno que tenha nessas condições, procura vendê-lo, porque ainda ontem, comprámos terreno, onde vamos fazer, nalguns casos, quarenta ou cinquenta apartamentos, no Casal de Santa Bárbara. Mas com o dinheiro que damos para fazer esses cinquenta apartamentos, aqui na zona de Oeiras, ou Paço de Arcos, não fazíamos dez, com o mesmo dinheiro. Portanto, nós procuramos ser racionais e se um terreno urbano, numa determinada zona está altamente valorizado, porque não há terrenos urbanos em oferta e atingem preços absolutamente exorbitantes, a Câmara Municipal vende nesse local e vai comprar noutra sítio, comprando três ou quatro vezes mais. -----

----- - No que diz respeito ao problema da Reserva Agrícola ou Terreno Rústico. Para mim é indiferente, para este Presidente da Câmara é preciso que haja terrenos onde se possa construir habitação pública. -----

----- Durante anos lutei publicamente para que fosse desafetada Reserva Agrícola ou Terrenos Rústicos para a construção de habitação pública. O Governo decidiu aprovar uma proposta de lei em que permite a construção de habitação pública em Terrenos Rústicos, sendo propriedade exclusivamente do Estado, e eu estou inteiramente de acordo, satisfaz aquilo que são as pretensões desta Câmara Municipal, no caso de Oeiras, realmente temos Terrenos Rústicos, eu quando falava em Reserva Agrícola, tomava as duas coisas, porque, normalmente, o Terreno Rústico é Reserva Agrícola, mas nem sempre o Terreno Rústico é Reserva Agrícola, mas a Reserva Agrícola é sempre em Terreno Rústico, de tal forma que a classificação hoje de terrenos ou são Terrenos Rústicos ou Urbanos. -----

-----Desta classificação do Terreno Rústico está a Reserva Agrícola também, porque a Reserva Agrícola antes tem que ser Terreno Rústico. -----

-----Se o Governo aprova uma proposta de lei em que admite a construção em Terreno Rústico, eu aplaudo, porque temos Terrenos Rústicos classificados como Terrenos Rústicos suficientes em Oeiras que nos permitirão construir mais mil e quinhentas casas, que é o nosso objetivo, ou seja o nosso objetivo é construir três mil casas de maneira a atingirmos, sensivelmente, dez por cento de oferta pública no nosso Concelho, com mais três mil casas nós resolvemos o problema de todas as famílias pobres deste Concelho e resolvemos o problema de uma parte significativa das famílias da classe média baixa. -----

-----Por outro lado, porque é que isto acontece? -----

-----Porque atualmente há um desvio grosseiro das razões do custo das casas, o custo de construção, andam todos aí a enganar-se uns aos outros, porque não querem construir, não querem resolver o problema dos pobres, este é que é o grande problema deste País.-----

-----Na verdade hipócritas, muitos deles, dizem que querem habitação, mas habitação tem que se fazer na requalificação de prédios, tem que se acabar com alojamento local, tem que se acabar com o Visto Golden, tem que se resolver o problema do licenciamento, tudo isso pode ser importante, obviamente que a flexibilidade do licenciamento pode facilitar a edição mais rápida das licenças de construção. -----

-----Admito que em relação ao alojamento local possa haver menos e possam ser destinados a habitação pública, admito, mas tudo isso são paliativos, o problema é que o custo da construção entre dois mil e doze e dois mil e vinte e dois, porque as casas não se fazem no ar, aumentou oitenta por cento entre dois mil e doze e dois mil e vinte e dois, em dez anos, ou seja, estes oitenta por cento, decorrem dos custos da energia, do custo do cimento, do ferro, do aço, da madeira, disto e daquilo, mas os terrenos aumentaram trezentos a seiscentos por cento. -----

-----É sabido que um terreno aqui no Centro Histórico de Oeiras, por exemplo, em dois



Câmara Municipal  
de Oeiras

mil e doze comprava-se por trezentos euros, o metro quadrado, e agora não se compra por mil e seiscentos. Portanto, aumentou quinhentas vezes. -----

----- É óbvio que não é nestes edifícios que se vai fazer habitação pública, porque o Estado não vai dar quinhentos, seiscentos ou mesmo setecentos euros, ou mil e tal euros, por metro quadrado, até porque a lei não o permite, as casas a custos controlados tem tabelado o preço do custo do terreno e, portanto, têm que ser tomadas medidas.-----

----- Permitir a construção em Terrenos Rústicos para habitação pública com propriedade do Estado resolve o problema da habitação pública destinada a pobres, mas a renda acessível vai resolver o problema das famílias da classe média com pouco rendimento, mas não resolve o problema de toda uma classe média, um bocadinho superior, em que os preços das casas, seja da venda, seja da renda, continuam e continuarão a preços impraticáveis para a maioria das famílias portuguesas e vão continuar a subir, só estabilizando o preço, se porventura, a par do Terreno Rústico para habitação pública, seja estabelecida a possibilidade de construção em Reserva Agrícola ou Terreno Rústico que pode não ser Reserva Agrícola e em que seja estabelecido o preço pelo Estado ou pelas Câmaras Municipais e colocado à disposição de promotores determinando um valor final do preço, isto é, o terreno custa X, a construção, sabemos que a construção é variável, a construção tanto pode ser a mil e duzentos euros, o metro quadrado, como pode ser a dois mil e quinhentos euros, depende da qualidade da construção, mas nós não precisamos ter sanitários da Roca, podem ser de Valadares. -----

----- Nada disto está em cima da mesa. O problema da desafetação dos Terrenos Rústicos nós consideramos uma grande medida do Governo e, naturalmente que reivindicamos uma parte pela nossa resistência aqui a reivindicar que isto fosse alterado, vamos lá ver se na Assembleia da República à coragem de fazer, porque esta lei foi aprovada por um Governo da direita, isto é tudo muito paradoxal, podia ser um Governo da esquerda, não, foi um Governo de direita, foi o Governo do doutor Passos Coelho, que em dois mil e catorze, acabou com os Terrenos

Urbanizáveis e, portanto, ficaram só Rústicos e Urbanos, portanto, vamos lá ver se agora esta maioria de esquerda, ou melhor o Partido Socialista, que tem maioria absoluta, se na Assembleia da República consegue resolver.-----

----- - Em que condições o Senhor Vice-Presidente foi à China? -----

-----Julgo que o Senhor Vice-Presidente explicará quando vier, mas penso que foi a uma ação de formação a convite do Governo Chinês, como eu também irei estar presente na China, provavelmente, em setembro/outubro, não tenho a certeza, a convite do Governo chinês. -----

----- - Relativamente aos editais da Câmara de acordo com a lei deve ser publicado com dois dias úteis, admito que possa ter havido um caso ou outro que não seja, devem ser publicados à sexta-feira, houve situações que foi publicado na segunda feira e aí tem razão, as coisas têm que ser organizadas para que seja publicado na sexta-feira e, portanto, é esta a minha orientação, tem que ser publicado na sexta-feira, para não dar azo justamente a este tipo de reparos.-----

----- - Relativamente ao despacho de atribuição de quinhentos mil euros à Jornada Mundial de Juventude, não há despacho nenhum, o que há é uma deliberação da Câmara Municipal de atribuição desse subsídio. A questão é esta o Presidente da Câmara nunca fez um despacho, nem tem competência para isso, para atribuir subsídios a ninguém. Não há nenhum despacho do Presidente da Câmara a atribuir subsídios, pode haver um despacho do Presidente da Câmara dirigido à Direção A ou Direção B, em função da competência, proceda-se à elaboração de proposta para atribuição de subsídio a este ou àquele, em função disto ou daquilo, o que vale é a deliberação da Câmara que determina a atribuição do subsídio A ou B, porque o despacho é apenas uma mera orientação a dizer que façam a proposta de deliberação. -----

-----Há despachos que são atos administrativos, não é o caso dos subsídios, nos subsídios o Presidente da Câmara nunca atribui subsídio nenhum, pode mandar elaborar a proposta de deliberação e é o que aconteceu com este subsídio à Fundação da Jornada Mundial da Juventude, que haverá um despacho meu que diz: "...Recebi o Senhor Bispo Dom Américo Aguiar que veio



Câmara Municipal  
de Oeiras

apresentar um problema relativamente a credenciais, ou isto ou aquilo, por isso, proceda-se à elaboração de proposta de deliberação para atribuição de subsídio...” e esses quinhentos mil euros serão muito bem controlados, a própria deliberação diz como é que é, terão de ser apresentados comprovativos da despesa, mas isso já foi discutido, não percebo, isso foi discutido em reunião de Câmara em que foi aprovado. -----

----- - O voto de louvor proposto pelo Senhor Vereador Pedro Patacho, sugerido pelos alunos e o voto de louvor proposto pela Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho às atletas da SIMECQ parecem estar bem fundamentados.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Já aqui disse várias vezes e o Senhor Presidente até quando eu refiro já me deu razão, pelo menos duas vezes, que é a questão da hora do PAOD. Nas reuniões ordinárias temos uma hora de PAOD. Cada um dos Senhores Vereadores e Vereadoras tem cinco minutos e depois, o restante que são dez minutos, se fizermos as contas, são para o Senhor Presidente, mas vemos sistematicamente esse tempo ser ampliado em muito e ficamos duas horas e tal no PAOD, é certo que houve também intervenção dos cidadãos que aqui vieram falar, mas realmente estendeu-se imenso este PAOD e aquilo que peço é que realmente se há um Regimento se tente cumprir o Regimento.” -----

----- Acrescentando o **Senhor Presidente**: -----

----- “A Senhora Vereadora hoje falou oito minutos.” -----

----- Concluindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Falei oito minutos, porque o Senhor Presidente achou que eu estava a falar muito depressa e que não percebia, quando todo o resto das pessoas estavam a perceber e então tive de falar mais devagar e então de cinco minutos passou para oito minutos.” -----

**18 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR ÀS CAMPEÃS NACIONAIS DE SUB-DEZASSEIS FEMININO DE BASQUETEBOL, DA SIMECQ - SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MUSICAL E**

**ESCOLAR CRUZ QUEBRADENSE:** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal da **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**, exarar em ata um voto de louvor às Campeãs Nacionais de Sub-Dezasseis Feminino de Basquetebol, da SIMECQ - Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense, porque mais uma vez as mulheres estão a dar cartas em várias áreas e, neste Concelho, sem dúvida, que temos mulheres maravilhosas e esta equipa merece o nosso voto de louvor, devendo-lhes ser transmitido, assim como ao SIMECQ, este voto de louvor. -----

**19 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AO PROFESSOR CARLOS MANUEL VILA MAIOR LOPES, PROFESSOR DE PORTUGUÊS E LITERATURA DE VÁRIAS TURMAS DO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADE, DA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA: -**

-----I - O **Senhor Vereador Pedro Patacho** disse o seguinte: -----

-----“Fizeram-me chegar uma proposta de um voto de louvor os alunos do décimo primeiro ano, da turma J, da Escola Secundária Sebastião e Silva, cujo texto passo a ler: -----

-----{Os alunos do décimo primeiro J, turma de Línguas e Humanidades da Escola Secundária Sebastião e Silva, gostariam de solicitar a Vossa Excelência a atribuição de um Voto de Louvor ao Professor Carlos Manuel Vila Maior Lopes, professor de Português e Literatura de várias turmas do curso de Línguas e Humanidades e nosso Diretor de Turma.-----

-----JUSTIFICAÇÃO -----

-----A partir de janeiro do ano passado, a nossa antiga professora de Português começou a faltar por complicações pessoais, por umas semanas. A partir do dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e três, deixámos de ter aulas com a referida professora, tendo ficado privados de aulas de Português, assim como outras turmas da Escola. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Como o Ministério da Educação não conseguiu enviar a tempo um professor substituto, o Professor Carlos Lopes propôs à escola, mesmo para além do seu horário completo, assumir esta tarefa, papel que não desempenhava há dois ou três anos [dedicava-se exclusivamente à disciplina de Literatura].-----

----- No final de março, retomámos as aulas de Português. Apesar do atraso significativo na matéria, o Professor conseguiu a prodigiosa tarefa de lecionar dois importantes conteúdos literários em menos de um mês, e com a profundidade necessária. Este é apenas um dos exemplos do valor deste Professor, que se manifesta quotidianamente, através do entusiasmo e competência com que dá as aulas, contagiando os alunos e estimulando-os para a leitura e análise. ----

----- Como Diretor de Turma, o Professor Carlos Lopes tem conseguido resolver os problemas que surgem nas diversas disciplinas, com transparência, respeito e correção invejáveis, tanto no tratamento dos seus alunos como dos seus colegas, os nossos outros Professores. -----

----- Por fim, ele também participa nos projetos da escola, tendo o cuidado de envolver sempre os seus alunos, como é o caso das comemorações que estão a decorrer para celebrar o septuagésimo aniversário desta escola. Por estes motivos, gostaríamos de solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras a atribuição de um Voto de Louvor ao Professor Carlos Lopes.}” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta verbal da **Senhor Vereador Pedro Patacho**, exarar em ata um voto de louvor ao Professor Carlos Manuel Vila Maior Lopes, professor de português e literatura de várias turmas do curso de Línguas e Humanidades, da Escola Secundária Sebastião e Silva devendo-lhe



ser transmitido, assim como à Escola Secundária Sebastião e Silva, este voto de louvor. -----

**20 - PROPOSTA N.º. 539/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA DA JUNÇÃO DO BEM, N.º. 72, 1.º. ESQ.º., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Dois, situada na Rua da Junção do Bem, número setenta e dois, primeiro esquerdo, no Bairro Bento de Jesus Caraça, condicionada a reajustamento tipológico em fogo T Zero/T Um, logo que exista disponibilidade de fogo com a tipologia adequada.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----A aplicação do valor de renda num montante de nove euros e sessenta e dois cêntimos, de acordo com os rendimentos do agregado familiar.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**21 - PROPOSTA N.º. 540/23 - DRU - P.º. 28/DRU/2021 - REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL - BAIRRO DA LAJE - RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE MAIOR VALIA ASSOCIADA AOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO EM ROCHA - RATIFICAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Senhor Presidente, eu gostaria de perceber por que é que para a construção de um campo de futebol estão ali a fazer aquelas escavações tão visíveis e tão acentuadas.” -----

----- O **Senhor arquiteto António Abreu** esclareceu o seguinte: -----

----- “A escavação tem a ver com a dimensão do campo, havia uma pré-existência de um campo com umas dimensões bastante reduzidas, este tem dimensões regulamentares, evidentemente que teve de se ampliar para algum lado.-----

----- A opção era ampliar para o lado da Laje, que iria pôr em causa todo o desenvolvimento e todos os planos que estão a ser feitos naquela zona, a hipótese que me pareceu mais viável era ampliar para aquela zona, o que implica a escavação e partir aquele maciço rochoso.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a decisão tomada constante na informação INT-CMO/dois mil e vinte e três/doze mil setecentos e trinta e nove, datada de dezasseis de junho de dois mil e vinte e três, de:-----

----- Indeferimento do pedido efetuado pelo empreiteiro Alexandre Barbosa Borges, Sociedade Anónima, relativo a “maior valia associada aos trabalhos de escavação em rocha com recurso a giratória com martelo hidráulico”, na obra de reformulação do Campo de Futebol da Laje;-----

----- Designação da engenheira Sandra Silva, Técnica Superior da Divisão de Reabilitação Urbana, como gestora do contrato, por forma a acompanhar permanentemente a execução desta empreitada.-----

----- Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número três, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo centésimo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Número um, do artigo trigésimo sexto, artigo ducentésimo nonagésimo-A, alínea a), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro e número um, do artigo tricentésimo septuagésimo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

**22 - PROPOSTA Nº. 541/23 - UPGO - Pº. 2020/113 - DGEP - “EXECUÇÃO DA CICLOVIA DA MEDROSA, ENTRE A ESTAÇÃO DA CP DE OEIRAS E A PRAIA DA TORRE” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA Nº. 5 E APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS: -----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou o seguinte: -----

-----“Posso fazer a declaração de voto agora, ou posso mandar por escrito?” -----

-----O **Senhor Presidente** respondeu: -----

-----“Se a mandar até ao fim do dia de hoje.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

-----“Posso fazê-la já. -----

-----Não podemos aprovar esta proposta, porque esta ciclovia mantém falhas graves e diversas, a mais grave das quais prende-se com a sua interrupção e desaparecimento de uma solução adequada em cento e trinta metros entre dois pontos. -----

-----Depois mandarei o local exato desses dois pontos no mapa. -----

-----Traduzindo-se numa solução precária e perigosa de partilha de espaço com outros veículos, não respeitando as boas práticas, uma vez que o volume e a velocidade de tráfego naquele troço são incompatíveis com o traçado de uma ciclovia que ali descarrega utilizadores de



Câmara Municipal  
de Oeiras

bicicleta, mais vulneráveis, portanto, de Norte e do Sul.-----

----- É preciso realizar uma intervenção neste troço que de uma forma consistente permita a coexistência de carros e bicicletas pelo que nos parece que decisores políticos, como é o nosso caso, que aprovam uma solução como esta, não estão a prever, certamente, utilizar aquela ciclovia nem quererão que os seus entes queridos o façam, se não, não permitiam receber e abrir ao público esta obra com estes perigos que citei.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Só dizer que, de facto, estamos perante uma Vereadora que tem dois pesos e duas medidas, mas é uma coisa gritante e grosseira, porque na realidade não é a primeira, porque antes dela, está aqui esta Administração para dizer queremos mobilidade suave e cada vez mais confortável e segura para o Concelho de Oeiras, portanto, não é novidade nenhuma aquilo que a Senhora Vereadora Carla Castelo vem advogar nos últimos dois anos para Oeiras.-----

----- Mas na realidade, se por um lado quer eixos pedocicláveis depois, por outro lado, quer coexistências, mas imaginem, neste caso de cento e trinta metros já não quer zonas de coexistência, portanto, Senhora Vereadora convido-a com todo o conforto e segurança, se quiser andar de bicicleta, mas aqui em Oeiras nós respondemos a tudo.-----

----- Nós aqui damos resposta a todos, ao transporte público, ao peão, ao ciclista, ao carro, portanto, convido-a a ir de bicicleta e com o maior conforto e segurança em todo o eixo da ciclovia da Medrosa entre a praia da torre e a estação ferroviária de Oeiras.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços, no montante total de trezentos e dezassete mil duzentos e noventa e nove euros e setenta cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e vinte/cento e treze - DGEP - Execução

da ciclovia da Medrosa, entre a Estação da CP de Oeiras e a Praia da Torre”, bem como o pagamento de vinte e três mil novecentos e vinte e sete euros e setenta e quatro cêntimos, referente à diferença entre o valor já pago nas revisões anteriores.-----

-----Os trabalhos a menos no valor de cinquenta e dois mil quinhentos e setenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos, acrescido de IVA. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Conforme disse, envio a localização da falha que consideramos mais grave nesta ciclovia: a interrupção e desaparecimento de uma solução adequada em cento e trinta metros entre dois pontos (ponto “<https://goo.gl/maps/k9h4fBmJN9GnVGdj6>” e o ponto “<https://goo.gl/maps/7q7hKzzDvM9PwxcA7>”), traduzindo-se numa solução precária e perigosa de partilha de espaço com outros veículos. Defendemos a criação de uma rede de ciclovias segura e confortável.” -----

**23 - PROPOSTA Nº. 542/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E LOGÍSTICO PARA A REALIZAÇÃO DA 19ª. EDIÇÃO DO EVENTO CONGRESSO NACIONAL DOS COZINHEIROS, EM OEIRAS:** -----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte: -----

-----“Tem sido este um evento de relevo para o Município de Oeiras e esta atribuição financeira apenas corresponde a vinte e três por cento do total do custo do evento pelo que pudemos apurar da proposta de deliberação, contudo, eu gostava de deixar uma sugestão para a próxima edição e se fosse possível ainda nesta, mas calculo que já não possa ser acautelada, tendo em conta o tema da alimentação, da transição alimentar, têm sido amplamente revigorados pelos nossos mercados municipais, para nós fazia sentido ter um apontamento deste evento



Câmara Municipal  
de Oeiras

também nos nossos mercados municipais, de forma a criar uma relação de valor entre produtores, comerciantes e cozinheiros, deixamos esta sugestão que achamos que para dois mil e vinte e quatro seria interessante.”-----

----- Referindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Muito bem, é só articular com a organização do evento.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de uma participação financeira no valor de trinta mil euros ao promotor do evento, Edições do Gosto Publicações, Unipessoal, Limitada, correspondente a cerca de vinte e três por cento do custo total do evento, destinado a apoiar a décima nona edição do Congresso Nacional de Cozinheiros, no Concelho de Oeiras. -----

----- A atribuição de apoio logístico no valor de quinze mil euros incluindo cedência de espaços/salas, equipamentos audiovisuais, transporte de alunos e “staff”, oferta de cento e cinquenta garrafas de vinho Villa Oeiras (setenta e cinco centilitros) e trinta e cinco “Coffrets Wine in Tube Villa Oeiras”.-----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei. número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo

Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo e artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**24 - PROPOSTA N.º. 543/23 - DPU - R1059/2023 E R11067/2022 APENSO AO PROC.º. N.º. 967/1989 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 2/2003, SITUADO EM LEIÃO: -**

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número dois, de dois mil e três, localizado junto à Estrada de Leião, com incidência no “Lote um”, que visa dotar o edifício do número de lugares de estacionamento necessários ao cumprimento do regulamento do Plano Diretor Municipal e à melhoria das condições de acessibilidade, em cumprimento do Decreto-Lei número cento e sessenta e três, de dois mil e seis, de oito de agosto.-----

-----Comunicar ao requerente. -----

-----Nos termos do número um, do artigo vigésimo terceiro e número um, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Abstemo-nos porque não foi disponibilizada informação suficiente. São ajustes de pequena monta a um loteamento. Não contém, contudo, as peças desenhadas e escritas apresentadas de forma a que se possa verificar o que é proposto, pelo que infelizmente não podemos aprovar.” -----

**25 - PROPOSTA Nº. 544/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ESCOLA DE MÚSICA NOSSA SENHORA DO CABO, PARA O PRÉMIO DO 1.º CLASSIFICADO NA 4.ª EDIÇÃO DO PROJETO “CRIANÇAS AO PALCO”:** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de mil e quinhentos euros, isento de IVA, a conceder à Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, para efeitos de pagamento de cinquenta por cento da bolsa de estudos do vencedor da quarta edição do projeto “Crianças ao Palco”. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Artigo quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----



-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----

**26 - PROPOSTA Nº. 545/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO, PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TEMPOS LIVRES, INSTALADOS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA, ANO LETIVO 2022/2023:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Queria só dar esta nota, porque acho que é importante valorizar, porque este apoio financeiro às famílias é fundamental e temos que o pensar na globalidade daquilo que é a educação e aproveito para dar os parabéns, não só à Associação de Pais, como aos encarregados de educação, que todos os anos fazem com que seja possível nas escolas públicas do nosso Concelho, não só assegurar o acompanhamento destes alunos, mas dar uma oferta diferenciada de atividades de enriquecimento letivo na rede pública. -----

-----Eu acho que é importante fazê-lo, porque muitas vezes sem eles os encarregados de educação ficariam defraudados nas expectativas, até porque sem este apoio, muitos destes miúdos não teriam onde ficar.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participação financeira no montante global de cinquenta e oito mil setecentos e setenta e três euros, repartidos pelas vinte e quatro Associações de Pais e Encarregados de Educação, para o apoio e manutenção do funcionamento dos Centros de Tempos Livres. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) e trigésimo



Câmara Municipal  
de Oeiras

terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- Portaria número seiscentos e quarenta e quatro-A, de dois mil e quinze, de vinte e quatro de agosto. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo trigésimo nono, do Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto e quinto, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. ---- -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- **III - A Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votamos a favor, chamando, contudo, a atenção para os seguintes pontos que

julgamos ser necessário considerar no futuro: -----  
-----O valor de treze euros de comparticipação é substancialmente inferior ao desconto/redução entre o escalão C e o escalão A aplicado por muitas entidades gestoras dos CAF (Componente de Apoio à Família), que é, nalguns casos, de quarenta euros;-----  
-----O valor uniforme por aluno não considera as necessidades específicas de alunos abrangidos pela Lei número cinquenta e quatro, de dois mil e dezoito (limitações ao nível da mobilidade, perturbações do espectro do autismo, entre outras), e que exigem rácios, por vezes de um monitor por aluno, em período letivo e não letivo (interrupção letiva e férias); -----  
-----A tempestividade na disponibilização da verba é um obstáculo à gestão das Componentes de Apoio à Família, já que no final do segundo período (ou a meio do segundo semestre), as inscrições nas CAF já estão, normalmente, consolidadas; -----  
-----Considerar o financiamento de valor único por aluno com escalão A e B é bastante redutor. Sendo os projetos educativos um dos elementos submetidos pelas entidades gestoras para candidatura ao apoio financeiro, não é compreensível que os mesmos não sejam considerados na atribuição da verba. Não existe uma majoração para os casos de CAF que sirvam populações economicamente mais desfavorecidas, que pratiquem boas práticas em termos de oferta educativa/atividades, nem são consideradas verbas adicionais para financiamento de investimentos na melhoria de serviço ou projetos para novas ofertas;-----  
-----Pese embora se realizem visitas surpresa de fiscalização, os resultados não são utilizados para produzir relatórios de acompanhamento e qualidade públicos, que garantam a melhor informação aos pais. -----  
-----Em suma, consideramos que, além de um maior financiamento, sendo treze euros um valor diminuto como começámos por dizer, as Associações de Pais precisam de mais apoio logístico na dinamização de atividades, ajuda na contratação de monitores e professores para essas atividades que devem ser diversas e de qualidade. Consideramos também que projetos que



Câmara Municipal  
de Oeiras

incluam ocupação fora dos períodos letivos, e estejam abertos a alunos com necessidades especiais deverão ter um complemento adicional. -----

----- Finalmente, assinalamos que a proposta de deliberação apresentada possui algumas falhas: -----

----- - Faltam os RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo): -----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica António Rebelo de Andrade - cinco zero três cinco dois oito cinco nove cinco;-----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Jorge Mineiro - cinco zero três oito cinco nove quatro sete oito;-----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Narcisa Pereira - cinco zero seis três oito um dois nove três;-----

----- - RCBE incorreto (uma associação não pode ter registo só no nome de uma pessoa):

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Antero Basalisa - cinco zero seis sete cinco cinco oito um nove;-----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada Vieira da Silva - cinco zero um seis zero três um quatro zero;-----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Maria Luciana Seruca - cinco zero seis três oito um um três sete; -----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Samuel Johnson - cinco zero oito três três nove dois zero zero;-----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Conde de Ferreira - cinco zero dois quatro três três oito zero nove; -----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Dom Pedro Quinto - cinco zero seis um nove quatro cinco oito dois; -----

----- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Porto Salvo -

cinco um zero dois zero sete cinco dois nove.”-----

**27 - PROPOSTA Nº. 546/23 - UIPE - ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO JULIÃO DA BARRA, DESTINADO AO CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE OEIRAS, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO CONCELHO DE OEIRAS - 2023: -----**

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um subsídio ao Agrupamento de Escolas de São Julião da Barra, destinado ao Centro de Formação de Escolas do Concelho de Oeiras, no valor de vinte e quatro mil seiscientos e setenta e nove euros e quinze cêntimos, para apoio ao desenvolvimento das ações de formação e capacitação de professores dos Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada da rede pública de ensino do Concelho de Oeiras, a realizar durante o ano de dois mil e vinte e três. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Aprovamos, mas sugerimos que seja equacionado um modelo de financiamento mais flexível. Para cumprir o objetivo de “responder às necessidades identificadas pelos docentes, promovendo o sucesso escolar dos alunos do Concelho”, consideramos que poderá ser mais eficaz atribuir um valor a cada professor(a) a lecionar nas escolas do Concelho, para que possam realizar formação, independentemente do centro de formação escolhido.”-----

**28 - PROPOSTA Nº. 547/23 - DPS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO SOCIAL MENSAL AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO, PARA O 2º. SEMESTRE DO ANO DE 2023: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição do subsídio social mensal ao Centro de Cultura e Desporto (CCD) - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e Serviços Municipalizados, no montante de duzentos e dezoito mil quarenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos, referente ao segundo semestre do ano de dois mil e vinte e três. -----

----- Nos termos da alínea p), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com Declarações de Retificação números cinquenta-A, de dois mil e treze, de onze de novembro e quarenta e seis-C, de dois mil e treze, de um de novembro, conjugada com os artigos quarto e quinto, do Decreto-Lei número treze, de dois mil e onze, de vinte e cinco de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,

regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**29 - PROPOSTA N.º. 548/23 - DPU - PROC. N.º. 9/2003 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º. 4/2005, SITO EM CARNAXIDE: -----**

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao regulamento do alvará de loteamento número quatro, de dois mil e cinco, sito em Carnaxide, requerido pelo proprietário do lote trinta e oito, para efetuar um pedido de alteração ao regulamento do loteamento, tendo em vista a regularização dos afastamentos da construção aos limites do lote, assim como, em relação ao dimensionamento e características dos muros de suporte e de vedação, cujas normas serão aplicáveis a outros lotes que se apresentam nas mesmas condições (confinantes a tardoz com a zona verde pública). -----

-----Comunicar ao requerente. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro e do número três, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. - -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Em princípio este requerimento para resolução de desconformidades num dos lotes não suscitaria a nossa oposição. Contudo, a questão de fundo neste caso não são os quarenta e seis centímetros de afastamento mas sim a existência de mais um loteamento em plena Serra de Carnaxide, em contradição com o discurso público do Senhor Presidente da Câmara referindo que Oeiras não construiu na Serra de Carnaxide, o que é falso, como aliás se tem visto em diferentes propostas que aqui vêm a reunião da Câmara. Em coerência com o que defendemos,



Câmara Municipal  
de Oeiras

votamos contra qualquer projeto de edificação na Serra, ou planos que prevejam esta possibilidade, que vá para além de uma estrutura de apoio ao funcionamento de um parque urbano ou periurbano.”-----

----- III - O **Senhor Presidente** aludiu:-----

----- “Na verdade, este loteamento, se é aquele que estou a ver, está na continuidade do casco histórico de Carnaxide, logo a seguir à urbanização, tenho a ideia que é o que estava na estrada para Queluz e não para a Amadora, na estrada da Amadora não estou a ver nenhum, temos que ver onde é que isso é, julgo que é o que está perto da Quinta da Gandarela.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou:-----

----- “Senhor Presidente, desculpe estar a dizer isto e foi por isso que há bocado fiz a minha intervenção sobre a Jornada Mundial da Juventude, porque já sabia que a declaração de voto, provavelmente ia ser neste sentido.-----

----- Eu acho que devíamos adotar o sistema que falámos várias vezes de bom senso, de pelo menos linhas gerais serem ditas, porque já não acontecia isto, o arquiteto estava aqui e podia dizer qualquer coisa.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Ele estava, mas foi-se embora.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Susana Duarte**:-----

----- “Não faz sentido não fazerem declarações nenhuma e apresentarem a declaração de voto, é isso que eu acho que não faz sentido.”-----

----- Mencionando o **Senhor Presidente**:-----

----- “A Vereadora Carla Castelo, ao que parece, hoje tinha que sair e deixou as declarações de voto.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Susana Duarte**:-----

----- “Mas não é a primeira vez.”-----



-----Aludindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Ela depois de ver a metodologia que estamos a seguir com certeza que vai querer ficar.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu: -----

-----“É uma moradia que está em construção na Vila Utopia, e aqui diz: “...A requerente face ao incumprimento detetado na fase final de obra em relação às disposições regulamentares contantes do alvará de loteamento, vem requerer a introdução de algumas normas que permitam a regularização dessas alterações com caráter de exceção dada a desproporcionalidade do custo de medição, são quarenta e seis centímetros, face ao limite do lote...” -----

-----São lotes grandes e o empreiteiro enganou-se na implantação, não há área de construção a mais, há um desfasamento de quarenta e seis centímetros que têm de ser regularizados por via desta alteração, se não tínhamos que demolir.” -----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

-----“Também já ouvi dizer que Algés é na Serra de Carnaxide, esta fica lá em cima e agora estão a considerar que urbanizações que já têm mais de trinta ou quarenta anos, não passa de uma moradia no contexto de um loteamento de moradias existentes com cerca de trinta anos e dizem que é na Serra de Carnaxide, o Hospital de Santa Cruz também está na Serra de Carnaxide porque é ao lado desta moradia, são os exageros da Senhora Vereadora.” -----

### **30 - PROPOSTA Nº. 549/23 - UGPS - PROCEDIMENTO RELATIVO AO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE INSTALAÇÕES DA FARMÁCIA OUTURELA S. NUNES SIMÕES: -----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de perceber, por que é que esta farmácia não está a funcionar na Outurela e também que farmácia terão os moradores da Outurela em alternativa à transferência desta farmácia para Paço de Arcos.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** explicou o seguinte: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Trata-se de uma farmácia que está fechada há três anos e fechou por inviabilidade financeira, ou seja, houve um desacato entre os dois sócios e o sócio que ficou não foi capaz de voltar a abri-la e nunca mais abriu. -----

----- Neste momento, a farmácia que existe é a farmácia do World Trade Center que está a servir esta zona, que não há outra. -----

----- Em Paço de Arcos, para onde está proposta esta mudança, também não há nenhuma farmácia na zona.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta questão, gostaria de saber se a Câmara nestes três anos procurou de alguma forma que esta situação se resolvesse para dar à população da Outurela uma resposta em termos de farmácia.”-----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Já abriu uma no World Trade Center, porque aquela não funcionou no sítio onde estava.” --- -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o deferimento da transferência solicitada pela Farmácia Outurela S. Nunes Simões, com os fundamentos constantes na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/onze mil e vinte e quatro. -- -----

----- A comunicação subsequente ao INFARMED. -----

----- Nos termos da alínea qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro e número um, do artigo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

-----Artigo vigésimo sexto, do Decreto-Lei número trezentos e sete, de dois mil e sete, de trinta e um de agosto.-----

-----Artigo segundo, da Portaria número trezentos e cinquenta e dois, de dois mil e doze, de trinta de outubro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Não concordamos que a população da Outurela fique sem uma farmácia. Não está claro que os moradores não saiam prejudicados com esta transferência. Teria sido importante procurar resolver o problema para que a farmácia reabrisse no local. A farmácia do WTC (World Trade Center) é longe do local. -----

**31 - PROPOSTA Nº. 550/23 - GCAJ - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO MÉDICO AO DOMICÍLIO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Não é para votar contra, mas eu acho que é importante salientar, porque muitas vezes fazemos recomendações aqui aos Serviços e esta é uma boa prática, que mostra que o Serviço, e por isso é que o PSD acha que tem que intervir neste procedimento, o Serviço teve um momento de avaliação, avaliou o projeto, percebeu e aqui concordo totalmente com a proposta da Senhora Vereadora Teresa Bacelar, em propor uma revisão do projeto, porque não estava a funcionar naquilo que era a plenitude que se tinha proposto quando iniciou. -----

----- Aqui propõe dissociar o Cartão Sessenta e Cinco Mais passando a adotar um critério de carência económica, que nos faz todo o sentido, portanto, valorizamos muito que nestes e noutros regulamentos haja um período de auscultação para perceber realmente o que é que funciona e é bom que quando percebemos que não funciona, possamos estar aptos a ser os primeiros a mudar.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Já agora, nós também concordamos que a medida seja afeta à carência económica e



Câmara Municipal  
de Oeiras

não à posse do Cartão Sessenta e Cinco Mais, pelo que vamos votar a favor.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o início do procedimento de alteração do Regulamento do Serviço Médico ao Domicílio do Município de Oeiras, aprovado pelo Regulamento número cento e cinco, de dois mil e vinte, de dez de fevereiro. - -----

----- Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

----- Nos termos das alíneas g) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas k) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo nonagésimo oitavo, do Código do Procedimento Administrativo.-----

**32 - PROPOSTA Nº. 551/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO, PARA APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE NO ÂMBITO DO “PROJETO #COMCORAÇÃO”:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de duzentos e vinte e dois euros, para apoio à deslocação à Quinta da Regaleira, em Sintra, no dia doze de julho, para um total de doze beneficiários do Rendimento Social de Inserção mais, concretamente, para custear o aluguer de transporte e os ingressos na Quinta da

Regaleira, no âmbito do “Projeto #ComCoração”.-----

-----A minuta de termo de aceitação que enquadrará este apoio. -----

-----Nos termos das alíneas d), f) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. --

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**33 - PROPOSTA N.º 552/23 - UPGS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO INSTITUTO SÃO JOÃO DE DEUS, PARA APOIO À CONTINUIDADE DO PROJETO HOME 360º.:**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de



Câmara Municipal  
de Oeiras

uma comparticipação financeira ao Instituto São João de Deus, no valor global de vinte e quatro mil quinhentos euros e cinquenta cêntimos, com vista à manutenção do projeto “Home Trezentos e Sessenta Graus”, durante o segundo semestre de dois mil e vinte e três. -----

----- A minuta de contrato. -----

----- Que na eventualidade de o apoio não ser executado na totalidade, e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir. -----

----- Nos termos das alíneas g) e h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o), u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

----- Artigos quinto, número um, alínea c), e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**34 - PROPOSTA Nº. 553/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS - CENTRO SAGRADA FAMÍLIA, PARA APOIO AO CAMPO DE FÉRIAS “SOMOS UM” 2023: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - Centro Sagrada Família, para apoio à frequência das crianças/jovens que integram o Projeto Famílias Com Alma, no Campo de Férias “Somos Um”, no valor de sete mil duzentos e cinquenta euros, conforme despacho superior aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/nove mil setecentos e cinquenta e seis. -----

-----Pagamento das entradas na piscina oceânica, no dia vinte e oito de julho, no valor de cento e oitenta e cinco euros.-----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto,



Câmara Municipal  
de Oeiras

regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

**35 - PROPOSTA Nº. 554/23 - DCS - CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE INSERÇÃO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO, NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - 2º. ADITAMENTO À PD Nº. 299/2023, DE 5 DE ABRIL: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte: -----

----- “Eu tenho aqui uma questão. -----

----- A proposta diz: -----

----- (...Ainda não se encontram reunidas as condições para o estabelecimento dos novos contratos de forma a permitir o pagamento atempado das remunerações dos colaboradores afetos ao RSI nos meses de julho e agosto de dois mil e vinte e três, propõe-se a aprovação pelo Executivo Municipal da presente proposta...)-----

----- Porque não estão reunidas as condições, o que é que falta aqui para estarem reunidas essas condições?” -----

----- A **Doutora Ivone Afonso** disse o seguinte: -----

----- “Respondendo à questão da Senhora Vereadora, o que se passa é que é um processo novo, como é do conhecimento de todos, o processo que está em vigor ainda decorre do anterior protocolo que a Segurança Social tinha com as duas entidades, nomeadamente o Centro Social e Paroquial São Romão de Carnaxide e a Nossa Senhora de Porto Salvo e houve um entendimento pelo Município, que efetivamente nós fazíamos uma cessação da posição contratual e assumíamos as mesmas condições que a Segurança Social tinha com os protocolos. -----

----- Como ainda estamos a aferir, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista da relação de pessoal, com os respetivos serviços, para ter um protocolo como deve de ser e que vá ao encontro das necessidades das próprias entidades, considerámos que efetivamente ainda



não estão reunidas, porque ainda nos encontramos a aferir todas estas questões que referi, com os respetivos Serviços e daí este aditamento para evitar que haja um atraso no pagamento das remunerações das equipas de RSI.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de noventa mil quatrocentos e sete euros e noventa e oito cêntimos, destinada a apoiar as entidades gestoras do Rendimento Social de Inserção em Oeiras, para o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no âmbito dos contratos de cessão da posição contratual nos Protocolos do Rendimento Social de Inserção:-----

-----A comparticipação financeira no montante de quarenta e cinco mil cento e oitenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos, correspondentes a vinte e dois mil quinhentos e noventa e quatro euros e setenta e um cêntimos, mensais, relativos aos meses de julho e agosto de dois mil e vinte e três, ao Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide; -----

-----A comparticipação financeira no montante global de quarenta e cinco mil duzentos e dezoito euros e cinquenta e seis cêntimos, correspondentes a vinte e dois mil seiscentos e nove euros e vinte e oito cêntimos, mensais, relativos aos meses de julho e agosto de dois mil e vinte e três, ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Porto Salvo. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conforme o previsto na alínea f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro.-----

-----Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

-----Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, de doze de agosto. -----

-----Portaria número sessenta e cinco, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março. ---



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código do Procedimento e Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. -----

**36 - PROPOSTA Nº. 555/23 - UPGO - Pº. 2022/53-DEM - “EB GONÇALVES ZARCO - BENEFICIAÇÕES EXTERIORES” - APROVAÇÃO DA PRIMEIRA MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO (TRABALHOS COMPLEMENTARES):-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a execução dos trabalhos complementares no valor total de cento e quarenta e sete mil seiscentos e sete euros e dezanove cêntimos (a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento) constituindo deste modo a primeira modificação objetiva do contrato da empreitada “EB Gonçalves Zarco - beneficiações exteriores. -----

----- A minuta de contrato. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo septuagésimo, números dois e quatro e tricentésimo septuagésimo quinto, do Código dos Contratos Públicos,

conjugado com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -- -----

**37 - PROPOSTA N.º. 556/23 - UPGO - P.º. 2021/82-DGEP - “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS NO CONCELHO” - APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços definitiva, no montante total de sessenta e oito mil oitocentos e quatro euros e sessenta e um cêntimos (a acrescer o IVA à taxa legal de seis por cento), no âmbito da empreitada denominada “Fornecimento e instalação de Ilhas Ecológicas no Concelho”, bem como o respetivo pagamento. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

**38 - PROPOSTA N.º. 557/23 - UPGO - P.º. 2022/92-DGEP - “CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DO TALUDE NA R. SACADURA CABRAL, DAFUNDO” - APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO GRACIOSA DO PRAZO DE EXECUÇÃO: -**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a prorrogação do



Câmara Municipal  
de Oeiras

prazo de execução da empreitada por mais vinte e oito dias, bem como a suspensão dos trabalhos no período entre vinte de julho e sete de agosto de dois mil e vinte e três.-----

----- Nos termos dos artigos ducentésimo nonagésimo sétimo, tricentésimo décimo primeiro, número um, alínea a), tricentésimo décimo segundo, alínea a) e tricentésimo sexagésimo quinto, do Código dos Contratos Públicos.-----

**39 - PROPOSTA N.º 558/23 - DCH - P.º 36/DPCHM/2022 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DA QUINTA DOS ACIPRESTES - 12 FOGOS, EM LINDA-A-VELHA - CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DA 1.ª REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:-----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Eu gostaria de saber, porque não ficou claro, de quem é a responsabilidade de as obras só se terem iniciado quase um mês depois do auto de consignação e também se desconhece o prazo contratualizado com o IHRU no contrato de comparticipação.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Trata-se de uma situação normal o arranque da obra e esta reprogramação financeira.-----

----- Porquê?-----

----- Nós temos o visto, a consignação, todos esses procedimentos e depois há um prazo para o empreiteiro poder começar a obra, tem que encomendar materiais, tem que deslocar máquinas, acontecem todas essas coisas e, às vezes, desliza mais quinze dias, menos quinze dias, mais um mês e tem uma consequente reprogramação financeira que decorre do dia efetivo em que começa a obra, não é nada mais que isto, é uma questão absolutamente normal em início da obra.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Mas está-se a assumir um atraso disto de vinte a vinte e cinco dias também na

conclusão da obra depois por motivos imputáveis ao empreiteiro e depois pode haver o incumprimento por parte a Câmara no contrato com o IHRU?” -----

-----Mencionando o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

-----“Não é significativo, e nesta fase de início de obra, normalmente, eles compensam, porque num prazo de dezoito meses se o empreiteiro precisar de recuperar vinte ou trinta dias recupera mesmo, é uma questão de afetação de meios, naturalmente, que não queremos que nenhum destes prazos derrape no fim, queremos que tomem as medidas necessárias para compensar.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada pela proposta de deliberação de Câmara número cento e quarenta e oito, de dois mil e vinte e três, em vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, pela seguinte:-----

-----Sem IVA: -----

-----Ano dois mil e vinte e três - oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos; -----

-----Ano dois mil e vinte e quatro - um milhão quatrocentos e trinta e oito mil setecentos e onze euros e setenta e sete cêntimos. -----

-----Com IVA:-----

-----Ano dois mil e vinte e três - novecentos e quarenta e um mil seiscentos e setenta e oito euros e três cêntimos; -----

-----Ano dois mil e vinte e quatro - um milhão quinhentos e vinte e cinco mil trinta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Remeter à Assembleia Municipal para aprovação a alteração da distribuição financeira, por alteração do ano económico. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea a) e trigésimo terceiro número um, alíneas d) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigo centésimo septuagésimo terceiro, número um, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

**40 - PROPOSTA Nº. 559/23 - DCH - Pº. 27/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA DO BAIRRO DO POMBAL - RUA TOMÉ DE BARROS QUEIRÓS, Nº.S 1, 3, 5, 7, 9 E 50, AV. RIO DE JANEIRO - BAIRRO DO POMBAL - OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Também tenho uma dúvida relativamente a esta e a outras propostas idênticas. -----

----- Antes de mais, saudamos a reabilitação urbana e a melhoria de condições de habitabilidade nestas casas, é muito boa notícia e ainda bem que estamos a fazer esta requalificação nestes bairros. -----

----- A dúvida é, estes prédios são todos integralmente habitação pública ou temos aqui situações mistas, aquelas situações de prédios que têm proprietários e arrendatários ao Município?”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Uma explicação que depois vale para todas e para mais que vêm a seguir.-----

----- Temos situações para todo o tipo, temos cinco prédios integralmente do Município, temos prédios integralmente privados, construídos no âmbito dos antigos CDH e inseridos em bairros municipais e temos prédios mistos. -----

----- Nos prédios totalmente municipais é uma responsabilidade da Câmara, esta assume a

direção da obra, paga a obra, faz a candidatura e corre tudo por sua conta.-----

-----Nos prédios mistos, a Câmara constitui-se também como dona da obra, temos inicialmente autorização de todos os condóminos, instruímos as candidaturas dos proprietários que se qualifiquem como beneficiários diretos e fazemos também essa parte em nome dos proprietários e assumimos a condução da obra, se houver algum que não preenche requisitos terá que pagar a sua quota-parte.-----

-----Nos totalmente privados, inseridos em bairro municipal, atuamos da mesma forma que nos privados mistos, ou seja, normalmente os prédios são iguais e, portanto, são replicações, o que significa que ao Serviço dá tanto trabalho prever a obra e conduzir a obra num como nos outros. -----

-----Por outro lado, muitos moradores não têm conhecimento, capacidade, disponibilidade para, por si, promover a candidatura de beneficiários diretos, que é um processo complicado, portanto, o Departamento de Habitação ajuda todos os proprietários, conduz a obra e constitui-os como beneficiários sociais, portanto, estamos a funcionar, deste modo, querendo que não haja prédios municipais, prédios de proprietários privados dentro de bairros municipais que fiquem por requalificar quando podiam ter tido um apoio de cem por cento à requalificação, ajudamos os proprietários a fazer esse processo.” -----

-----Mencionando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Esta requalificação também inclui o conforto térmico e a eficiência energética?” ----

-----Esclarecendo o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

-----“Sim, Senhora Vereadora, é critério do PRR que cumpra uma série de requisitos muito mais exigentes do que numa obra normal particular de eficiência energética e eficácia dos edifícios, portanto, fazemos o mesmo processo em todos, cumpre o “NZEB Vinte” - Sistema de Certificação Energética em Edifícios, em todos.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução e respetiva revisão, a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “PRR - Requalificação Arquitetónica Bairro do Pombal - Rua Tomé de Barros Queirós números um, três, cinco, sete, nove e cinquenta Avenida Rio de Janeiro - Bairro do Pombal - Oeiras”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do concurso de setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e quarenta euros e dez cêntimos, ao qual deve acrescer o IVA à taxa legal em vigor e o prazo de execução de sete meses. -----

----- As peças do procedimento, cujo processo é constituído pelo Anúncio (conhecimento), Programa de Procedimento e Caderno de Encargos (incluindo peças que o constituem). -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- A designação da engenheira Luísa Dias como coordenadora de segurança em fase de projeto. -----

----- A designação da arquiteta Catarina Rebelo como gestora do contrato. -----

----- Nos termos do Decreto Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro, artigos décimo sexto, número um, alínea c) e número dois, alínea a), décimo nono, alínea b), trigésimo sexto, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, quadragésimo segundo, quadragésimo terceiro, quadragésimo sexto-A, número dois, alínea b), sexagésimo terceiro, números um e dois, sexagésimo sétimo, sexagésimo nono, número dois, septuagésimo, número seis, septuagésimo quarto, número um, alínea b), centésimo trigésimo e seguintes. - -----



-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f).-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, artigo vigésimo segundo e artigo décimo oitavo, número um, alínea b) (aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos).-- -----

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, alínea g), do número um, do artigo quadragésimo sétimo. -----

**41 - PROPOSTA Nº. 560/23 - DCH - Pº. 30/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SITOS NA AV. JOÃO DE FREITAS BRANCO, Nº.S 19, 23 E 25 - BAIRRO LAVEIRAS-CAXIAS, OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO POR LOTES (TRÊS LOTES):**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução e respetiva revisão, a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal por lotes necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “PRR - Requalificação dos Edifícios sítos na Avenida João de Freitas Branco, números dezanove, vinte e três e vinte e cinco - Bairro Laveiras-Caxias, Oeiras”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, com três lotes, designados por “Lote número um - Requalificação do edifício número dezanove, sito na Avenida João de Freitas Branco, Bairro Laveiras-Caxias”, “Lote número dois - Requalificação do edifício número vinte e três, sito na Avenida João de Freitas Branco, Bairro



Câmara Municipal  
de Oeiras

Laveiras-Caxias”, “Lote número três - Requalificação do edifício número vinte e cinco, sito na Avenida João de Freitas Branco, Bairro Laveiras-Caxias”, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do total dos três lotes em um milhão oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos euros e noventa e dois cêntimos, ao qual deve acrescer o IVA à taxa legal em vigor, distribuído pelos três lotes da seguinte forma: -----

----- Lote um - quinhentos e sessenta e quatro mil trezentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote dois - seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e quatro euros e treze cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote três - seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e quatro euros e treze cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O prazo de execução de sete meses. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- A designação da engenheira Luísa Dias como coordenadora de segurança em fase de projeto. -----

----- A designação da arquiteta Catarina Rebelo como gestora dos contratos dos referidos lotes. -----

----- Nos termos do Decreto Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, artigos décimo sexto, número um, alínea c) e número dois, alínea a), décimo nono, alínea b), trigésimo sexto, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, quadragésimo segundo, quadragésimo terceiro, quadragésimo sexto-A, número um, sexagésimo terceiro, números um e dois, sexagésimo sétimo, sexagésimo nono, número dois, septuagésimo, número seis, septuagésimo quarto, número um, alínea b), centésimo trigésimo e seguintes. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo trigésimo

terceiro, número um, alínea f).-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, artigo vigésimo segundo e artigo décimo oitavo, número um, alínea b) (aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos).-- -----

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-

-----Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, alínea g), do número um, do artigo quadragésimo sétimo. -----

**42 - PROPOSTA Nº. 561/23 - DP - DESANEXAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO MUNICIPAIS SITAS EM TERCENA:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte:-----

-----“Eu gostaria de saber por que é que este terreno municipal, que tem dois mil metros quadrados e onde se pode construir, não é usado pelo Município para construção de habitação pública.”-----

-----Dizendo o **Senhor Vereador Nuno Neto**: -----

-----“É um terreno para equipamentos e o objetivo desta desanexação é para um comodato para uma instituição de apoio à toxicodependência.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a desanexação da parcela de terreno municipal com a área de dois mil trezentos e cinquenta metros quadrados, sita em Tercena, a qual confronta do norte com domínio público, a sul e nascente com



Câmara Municipal  
de Oeiras

Município de Oeiras e a poente com Rua Jorge de Vasconcelos. A parcela de terreno será desanexada da área existente no terreno municipal descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha mil quinhentos e cinquenta e um, da Freguesia de Barcarena. -----

----- A desafetação do domínio público e integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita em Tercena, com a área de quatrocentos metros quadrados, a qual confronta a norte com Rua Jorge de Vasconcelos, a sul, nascente e poente com Município de Oeiras. --- -----

----- Submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo segundo e trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com a redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, na redação da Lei número oitenta e três-C, de dois mil e treze, de trinta e um de dezembro. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Este terreno, aqui identificado com dois mil metros quadrados (corresponde a uma parte dos cinco mil e seiscentos metros quadrados da parcela que não são Estrutura Ecológica, REN [Reserva Ecológica Nacional] e riscos). Aceitando que seja usado para edificação, e não mantido sem construção, não compreendemos que o Presidente da Câmara, que diz que não tem terrenos urbanos para construir habitação pública, agora aloque este terreno urbano municipal a uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) que está a operar em Sintra. Mais um caso que demonstra a flagrante contradição entre o discurso de Isaltino Morais e a prática.” -----

**43 - PROPOSTA Nº. 562/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA VERITAS EDUCATIO - EDUCAÇÃO E SERVIÇOS, S.A., PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESCOLA INTERNACIONAL: -----**

-----I - O **Senhor Vereador Pedro Patacho** referiu:-----

-----“Quando em dois mil e dezanove estávamos a preparar a Agenda Territorial de Oeiras para a Ciência e a iniciar os processos de intensificação de conversação com as instituições científicas do nosso Concelho, na altura, convidou-se a vir aqui a Oeiras os representantes do “VIB”, que é uma instituição localizada na Flandres que iniciou há vinte e cinco ou trinta anos um “cluster” de biotecnologia, que é hoje um dos mais fortes da Europa nesse setor. -----

-----Vieram cá fazer uma apresentação da história desse projeto e eu fixei um dado muito curioso, explicaram aquilo que fizeram e depois apresentaram a lista dos fatores de sucesso do “VIB” e entre os critérios de sucesso para o “VIB” e estava a disponibilização no ecossistema de ciência e de criação de valor em biotecnologia de projetos educativos internacionais, foram considerados pelos participantes como uma mais-valia e um critério de sucesso daquela estratégia. - -----

-----Só deixar esta nota presente no contexto daquilo que já foi dito aqui nesta reunião hoje sobre várias propostas, mas relativamente ao modelo de desenvolvimento de Oeiras e a forma como se tem valorizado o investimento empresarial de valor acrescentado e os projetos de base científica e tecnológica e deixar esta nota de um dos mais bem-sucedidos “clusters” de biotecnologia de Europa que nos visitou em dois mil e dezanove como estudo de caso para aquilo que nós queríamos fazer, fixou como um dos critérios de sucesso indicados para o sucesso do ecossistema a existência de uma rede de escolas internacionais.” -----

-----O **Senhor Presidente** alegou: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Castelo vai apresentar as declarações de voto até ao fim desta reunião, mas não quer dizer a linha essencial porque é que vota contra?” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou: -----

-----“Não tenho qualquer problema, a minha questão é, falta dez minutos para as vinte



Câmara Municipal  
de Oeiras

horas, eu vou enviar talvez umas seis, sete, oito, dez declarações de voto.-----

----- As declarações de voto depois com a tendência que o Senhor Presidente tem para responder às declarações de voto, mesmo sabendo nós que as declarações de voto não têm que ter resposta por parte da Câmara, as declarações de voto são a explicação da forma como eu voto, não é para depois o Senhor Presidente tecer comentários.”-----

----- Observando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Tem que entregar as declarações de voto antes da reunião terminar.”-----

----- Atalhando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Não se preocupe.”-----

----- Voltando o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu nessa altura comento.”-----

----- Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Não, não comenta.”-----

----- Referindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Comento, comento, porque eu não saio da reunião sem ver as declarações de voto.”

----- Alegando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “O Senhor Presidente está a ter uma atitude prepotente que não faz sentido nenhum, porque as declarações de voto não são...”-----

----- Interrompendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Está a ver como me está a insultar.”-----

----- Mencionando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “A insultar não, estou a dizer que está a ter uma atitude prepotente.”-----

----- Aludindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não, está enganada.”-----

----- Alegando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“O Senhor Presidente já várias vezes me insultou nesta Câmara, eu estou a classificar a sua atitude, não estou a insultá-lo.” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Fala sem eu lhe dar a palavra, isto não é uma assembleia geral, portanto, o que eu lhe quero dizer é que as declarações de voto têm que ser apresentadas antes da reunião terminar e eu tenho que a ouvir, verbalmente ou por escrito antes da reunião encerrar, caso contrário, não há declaração de voto, não sei se sabe, nos termos do Regimento da Câmara não pode apresentar declaração de voto.” -----

-----Argumentando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Não é isso que está no Regimento.” -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“É, é.” -----

-----Volvendo a **Senhor Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Nós temos de entregar no fim da reunião, não é até ao fim da reunião.” -----

-----Mencionando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Mal seria se o Presidente da Câmara não visse as declarações de voto, que raio de democracia é esta que a Senhora Vereadora traz para cima da mesa, bom, antes da reunião entrega as declarações de voto.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal: -----

-----A constituição de um direito de superfície sobre duas parcelas de terreno em Barcarena, uma com aproximadamente quinze mil metros quadrados, prédio urbano denominado



Câmara Municipal  
de Oeiras

Lote LE Dois, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras, sob o número três mil oitocentos e quarenta e nove, da Freguesia de Barcarena e inscrito na matriz da Freguesia de Barcarena, sob o artigo cinco mil e sessenta e um e outra com aproximadamente cinco mil e setecentos metros quadrados, prédio urbano denominado Lote LE Três, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número três mil oitocentos e cinquenta, da Freguesia de Barcarena e inscrito na matriz da Freguesia de Barcarena sob o artigo cinco mil e sessenta e dois, totalizando em conjunto aproximadamente vinte mil e setecentos metros quadrados, a favor da Veritas Educatio - Educação e Serviços, Sociedade Anónima (VERITAS), tendo em vista a instalação, no Concelho de Oeiras, de uma escola internacional nas áreas SMT (Sciences - Maths - Technologies);-----

----- Os termos da constituição de direito de superfície a celebrar. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. ---- -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----

----- Alínea b), do número dois, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea i), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Sendo terreno municipal em solo urbano, em Barcarena (total dois prédios urbanos totalizando em conjunto aproximadamente vinte mil e setecentos metros quadrados), e alegando Isaltino Morais falta de terrenos urbanos para construir habitação pública, não faz sentido dar direito de superfície a uma empresa privada (Veritas Sociedade Anónima, dona da Saint Dominic’s School) para construção de uma escola privada. Note-se que esta localização para



habitação acessível também não das melhores para as pessoas, devido à insuficiente oferta de transporte público. Mas este caso é paradigmático da falsidade do argumento do Presidente da Câmara quando diz que a Câmara não tem terrenos urbanos, tendo de desafetar Reserva Agrícola Nacional para construir habitação pública.-----

-----A oferta de colégios privados no Município é apreciável e temos aqui mais um colégio para o segmento de população com mais com mais poder económico, em que alunas e alunos são transportados de carro de manhã e voltam para casa de carro ao final do dia. Enquanto, o Executivo se compraz por ter cada vez mais colégios privados no Concelho, e dá direito de superfície para a instalação de mais esta escola privada, negligencia a oferta pública, não tendo investido o suficiente na rede de creches e jardins de infância públicas.” -----

-----IV - O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“É um arrendamento do direito de superfície, além de ser um arrendamento oneroso, esclarecer que se trata de um terreno urbano destinado a equipamento e não a habitação, há que distinguir. - -----

-----Por outro lado, não há mais comentários específicos a fazer a esta questão, a retórica é sempre a mesma de existirem terrenos urbanos onde se pode construir habitação, está demonstrado que não há terrenos suficientes para construir habitação e os terrenos que são para equipamento são para equipamento. -----

-----Por outro lado, a cedência a uma escola internacional, no caso concreto em direito de superfície, se insere naquilo que é a política de desenvolvimento do Concelho, designadamente, no sítio de atração das melhores escolas do País, designadamente escolas internacionais até ao décimo segundo ano a sedear aqui no Concelho. -----

-----Faz parte da política de desenvolvimento da educação do Concelho o facilitar a instalação de escolas, não é por acaso que a Oeiras International School funciona em instalações da Câmara Municipal na Fábrica de Nossa Senhora da Conceição, pagam uma renda, mas a



Câmara Municipal  
de Oeiras

Câmara facilitou a instalação não só apenas de escolas, são também os lares da terceira idade, a Fundação Belchior Carneiro está num terreno que foi cedido em direito de superfície pela Câmara Municipal.-----

----- A generalidade dos lares da terceira idade está em terrenos municipais cedidos pela Câmara Municipal, a Hemodiálise em Porto Salvo está num terreno cedido pela Câmara Municipal. -----

----- Este tipo de votação da Senhora Vereadora Carla Castelo demonstra mais uma vez que não quer que haja habitação no Concelho, não quer habitação pública, é preconceito ideológico até contra os privados, eu sou um defensor da escola pública, é fundamental, mas a escola privada é complementar também, não há nenhuma incompatibilidade, pelo contrário, esta escola sendo uma escola internacional até é considerada também de interesse público, faz todo o sentido que no Concelho de Oeiras haja diversidade de oferta educativa e é o caso. -----

----- Realmente a montanha pariu um rato, eu pensei que havia algum fundamento especial na parte da Senhora Vereadora Carla Castelo ao fazer uma declaração de voto contra a cedência, vão pagar uma renda, trata-se de um direito de arrendamento, mas até vão pagar uma renda que pode não ser muito elevada, é compatível com o mercado.”-----

**44 - PROPOSTA Nº. 563/23 - DCH - Pº. 4/DCH/2023 - “PRR - REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS SITOS NA RUA INDIVERI COLUCCI, Nº.S 5, 7, 9, 11, 13, 12, 14 E 16 - ALTO DA LOBA - PAÇO DE ARCOS, OEIRAS” - AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar o projeto de execução e respetiva revisão, a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a

adjudicação da empreitada de obras públicas “PRR - Requalificação de Edifícios sitos na Rua Indiveri Colucci, números cinco, sete, nove, onze, treze, doze, catorze e dezasseis (oito edifícios)- Alto da Loba - Paço de Arcos, Oeiras”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

-----O preço base do concurso de um milhão sessenta e seis mil cem euros e sessenta cêntimos, ao qual deve acrescer o IVA à taxa legal e o prazo de execução de nove meses. -----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----A designação da engenheira Luísa Dias como coordenadora de segurança em fase de projeto. -----

-----A designação da arquiteta Catarina Rebelo como gestora de contrato. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Alínea g), do número um, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

**45 - PROPOSTA Nº. 564/23 - DP - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DO PRÉDIO SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, Nº. 4 E Nº. 6, EM CARNAXIDE, À SOCIEDADE FILARMÓNICA FRATERNIDADE DE CARNAXIDE: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa



Câmara Municipal  
de Oeiras

Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal:-----

----- A celebração de um contrato de comodato entre o Município de Oeiras e a Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide relativo ao prédio em propriedade total sem andares nem divisões suscetíveis de utilização independente, com três pisos, sito na Rua Cinco de Outubro, número quatro e número seis, dois mil setecentos e noventa - zero quarenta e nove Carnaxide, por um período de setenta anos, tendo em vista a realização das suas atividades de índole social, cultural e desportiva direcionadas para a comunidade. -----

----- Os termos do contrato de comodato a celebrar. -----

----- Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea i), do número um, do artigo vigésimo quinto, alíneas u) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**46 - PROPOSTA Nº. 565/23 - DP - ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 3ª. DO CONTRATO DE COMODATO Nº. 120/2009, DE 29/04/2009, CELEBRADO COM O “CLUBE TODO TERRENO”:**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar que seja objeto de uma Adenda o Contrato de Comodato número cento e vinte, de dois mil e nove, de

vinte e nove de abril de dois mil e nove, celebrado com o “Clube Todo Terreno”, assinada por mútuo acordo entre as Partes, que possibilite incorporar a alteração qualitativa pretendida, alusiva ao modo de renovação do prazo contratual. -----

-----Conforme a Cláusula Terceira, do Contrato de Comodato (prazo) passará a assumir, na íntegra, a seguinte redação, mantendo-se o Contrato no demais inalterado:-----

-----Um - Sem prejuízo do disposto no número três, desta Cláusula, a sala é cedida ao Clube TT, pelo prazo de dois anos, suscetível de prorrogação automática, por períodos sucessivos de um ano.-----

-----Dois - Os Contratantes podem denunciar o presente Contrato, mediante carta registada com aviso de receção a remeter à outra Parte, com noventa dias de antecedência sobre o fim do prazo inicial do Contrato ou das suas renovações.-----

-----Três - Para além da denúncia prevista nos termos do número dois, da presente cláusula, o Município pode ainda, a todo o tempo, resolver o presente Contrato por motivos de interesse público que importem a utilização da sala para outros fins, devendo comunicar tal facto com maior antecedência possível ao Clube TT, respeitando sempre um prazo mínimo de trinta dias.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

#### **47 - PROPOSTA Nº. 566/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS DE 2022 DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Eu quero dar aqui algumas notas, porque acho que fazem sentido, tendo em conta que estamos no final de junho e o PSD alerta que só agora estamos a ver o Relatório e Contas e o próprio Revisor Oficial de Contas na parte do parecer, propõe que a Tratolixo fixe a



Câmara Municipal  
de Oeiras

possibilidade de remeter um fecho de contas mais tempestivo desta entidade ou em alternativa uma estimativa de contas para avaliação da necessidade de reconhecer um ajustamento. -----

----- Tendo em conta isto, achamos que faz sentido dar este alerta, contudo, dizer que a Tratolixo apresenta um saldo positivo, embora um decréscimo de vinte e oito por cento em relação a dois mil e vinte e um. -----

----- Chamamos a atenção à recomendação do Auditor Externo para a divulgação do “site” da Tratolixo, do canal denúncia e a atualização da matriz de riscos, que também são duas notas do auditor externo que acompanhamos. -----

----- Relativamente àquilo que temos já vindo a alertar há vários anos, não só aqui como na Assembleia Municipal, nomeadamente a situação preocupante da capacidade instalada do aterro, é fundamental que esta situação seja revista, pois ela é urgente e é necessário acautelar que todos os Municípios possam finalmente encontrar uma solução conjunta.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Se estão postas as dúvidas, se está tudo esclarecido não é preciso comentários, está ali o doutor João para explicar, se houver alguma dúvida, mas é preciso que ponham dúvidas, não põem dúvidas, não há problema nenhum.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** afirmou o seguinte: -----

----- “Relativamente a este relatório, aliás, a próxima proposta eu até vou pedir o adiamento, porque é um plano de atividades e orçamento que mereceria uma análise com mais tempo, como sabemos esta reunião com quarenta e quatro propostas, tinha propostas bastante extensas e que exigiam realmente uma análise com bastante tempo, que não tivemos. -----

----- Relativamente a este Relatório e Contas, do ano passado, além de ter sido entregue tardiamente, suscita-nos duas ordens de preocupações. -----

----- Uma ordem de preocupações ambientais, de gestão dos resíduos e de funcionamento da própria Tratolixo e também ordens de razões financeiras. -----

-----Antes de mais preocupa-nos o aumento muito significativo da utilização do aterro, que leva, como sabemos, a antecipação da data do seu esgotamento, bem como o facto de não terem sido apresentadas alternativas, em dois mil e vinte e um a capacidade utilizada das células do aterro atingiu os cinquenta por cento, estima-se que a este ritmo, com a deposição de cerca de trezentas mil toneladas por ano, esta infraestrutura esgota a sua capacidade em dois mil e vinte e cinco. -----

-----O ano que vem já é dois mil e vinte e quatro, portanto, estamos numa situação que requer a nossa atenção.-----

-----Que soluções para esta situação?-----

-----O investimento na melhoria do funcionamento do sistema mecânico e biológico já era urgente há vinte anos. A própria valorização de combustível derivado de resíduos chamado CDR e o seu coprocessamento em unidades industriais, como sabemos, não é uma ideia nova e não se percebe por que é que se tem demorado tanto tempo a pôr em prática soluções de valorização que permitem o desvio de resíduos de aterro, que além do mais é uma obrigação ao nível da União Europeia e de Portugal, certamente também.-----

-----Depois registamos com preocupação a ausência de informação sobre a execução orçamental de dois mil e vinte e dois, o aumento muito significativo dos encargos financeiros em dois mil e vinte e dois também, mais quarenta e quatro e meio por cento face a dois mil e vinte. Este último aspeto é particularmente preocupante, tendo em conta que a TratoLixo é uma empresa já muito endividada com mais de oitenta por cento de endividamento, em resultado de uma gestão financeira com problemas, temos de o dizer e que não antecipou o impacto da subida da Euribor e dos juros quanto a nós, deveria tê-lo feito, passando de uma taxa variável indexada à Euribor para uma taxa de juro fixa por um determinado período de tempo, esse período de tempo pode variar, mas no limite será até ao fim do prazo de financiamento.-----

-----Parece-nos que a direção financeira da TratoLixo deveria ter realmente tentado fixar a



Câmara Municipal  
de Oeiras

taxa de juro no início de dois mil e vinte e dois e não o fez, realmente preocupa-nos, como disse tanto esta situação, como a situação relativa à gestão dos resíduos.”-----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** questionou o seguinte:-----

----- “Estamos no Relatório e Contas?” -----

----- O **Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Estamos no Relatório.-----

----- Hoje temos o privilégio de ter aqui, acho que pela primeira vez, um Administrador da Tratolixo, o doutor João Dias.-----

----- Quer dar algum esclarecimento sobre as questões que aqui foram formuladas?” -----

----- O **doutor João Dias** esclareceu o seguinte: -----

----- “Agradeço à Câmara por nos convidar a estarmos aqui presentes, para podermos esclarecer eventuais dúvidas e comentários que fossem feitos relativamente ao Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois. -----

----- Indo diretamente à parte técnica que a Senhor Vereadora Carla Castelo colocou e muito em concreto relativamente à taxa de juro. -----

----- Temos que conseguir aqui analisar do ponto de vista financeiro, a realidade que assiste a economia portuguesa e atrevo-me a dizer à economia europeia. -----

----- Em dois mil e vinte e dois todos nós, a nível de espaço europeu, percebemos que aconteceram diversos eventos, desde pós COVID, com impacto direto numa inflação especulativa, com uma consequência de reação do Banco Central Europeu, não é só para Portugal é para toda a Europa, com elevação de forma significativa das taxas de referência nesse espaço para controlar esta inflação e depois temos um outro evento, que não é de todo excipiente, que é a guerra no espaço europeu, ou pelo menos que está aqui à porta em espaço europeu. -----

----- Todos estes efeitos são completamente, para já vou dizer que são exteriores e superiores a Portugal, mas estão completamente fora do controlo da Tratolixo, não poderiam



fazer parte de qualquer estratégia de mitigação de efeitos que nós nem sequer sabíamos que iriam ocorrer. A inflação é especulativa, por isso, embarcar em práticas de gestão com base em especulação é de todo errado e tecnicamente nem sequer é justificável. -----

-----Em segundo lugar, o que o Banco Central Europeu utiliza, as técnicas, os instrumentos que tem ao seu dispor para controlar a especulação, ninguém está detentor de qualquer informação, até inclusive, neste preciso momento, onde é que vai parar a escalada dos juros. -----

-----Ouvimos há dias o Senhor Governador do Banco de Portugal dizer que talvez para finais de dois mil e vinte e quatro a taxa comece a baixar dos cinco por cento. -----

-----Devo dizer, no passado dia catorze de junho, do exercício que está em curso, a taxa de juro referência foi quatro por cento, por isso, é expectável que vá subir aos cinco. -----

-----Em dois mil e vinte e dois a taxa referência para o orçamento de dois mil e vinte e dois eram dois por cento. Volto a dizer que seis meses depois passou para quatro, é expectável que até ao final do ano suba aos cinco, e que em dois mil e vinte e quatro suba aos cinco e meio, é expectável. -----

-----Eu enquanto financeiro, sou financeiro à vinte e oito anos, eu não me atrevo, em qualquer modelo económico de gestão, seja numa empresa privada, seja numa empresa pública, a pôr-me a especular ou a adivinhar o que é que vai acontecer, eu tenho de trabalhar com dados fiáveis, para que possa garantir a comparabilidade de tudo aquilo que apresento. -----

-----Ora bem, na TratoLixo não é diferente, e não será diferente pelo menos enquanto eu fizer parte da Administração, isto no interesse ou na defesa direta dos interesses dos acionistas da TratoLixo, no qual o Município de Oeiras faz parte. -----

-----Por isso, relativamente à taxa de juro e relativamente à questão financeira, a TratoLixo é uma empresa com uma grande alavancagem financeira, é verdade, mas faz parte de uma estratégia que assenta num “project finance” cuja maturidade se vence em dois mil e



Câmara Municipal  
de Oeiras

quarenta e três, faltam vinte anos, por isso, analisarmos um endividamento da Tratulixo como exagerado, é, no mínimo, e por esse motivo, desconsiderar o que é o conceito técnico de um “project finance”, é no mínimo desconsiderar a realidade dos factos e eu como financeiro que sou, tenho uma máxima que ultrapassa tudo o que é a substância sobre a forma, substantivamente eu estou perante o contrato de gestão delegada, a Tratulixo tem um contrato de gestão delegada que dura até dois mil e quarenta e três, automaticamente as técnicas e os instrumentos financeiros que a Tratulixo tem ao seu dispor tem que espelhar essa realidade, por isso, do ponto de vista financeiro, puramente direto, do que vem nos livros, é difícil encontrar este enquadramento, temos que conhecer a realidade, o que são os normativos europeus, que impõe contratos de gestão delegada que a Tratulixo é apenas um exemplo, temos outras empresas públicas portuguesas que também funcionam sobre contrato de gestão delegada e todas elas cumprem os mesmos requisitos e os mesmos normativos europeus e reforço mais uma vez aqui tónica europeia, não é um normativo português. -----

----- A norma que regula a componente financeira da Tratulixo é a IFRIC Doze e essa norma é internacional, não tem a ver com qualquer norma que seja emanada ou emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, eu peço desculpa, tenho que ser técnico, mas é para afastar qualquer tipo de ideia de que podíamos ter feito mais, efetivamente não podemos, a norma é aquela. -----

----- Quanto à questão da utilização do aterro, a Tratulixo desenvolveu todos e está a desenvolver desde dois mil e vinte e um a esta parte, todos os esforços para contar com outros sistemas limítrofes à sua intervenção para que possa colocar, possa servir da disponibilidade que existe nesses temas, por forma a reduzir a sua utilização de aterro que já se sabia, uma vez que em dois mil e vinte e um já sabia que num futuro próximo, neste caso em dois mil e vinte e dois iria começar o projeto de ampliação e requalificação da infraestrutura base que tem de resposta ao tratamento. Já agora um pormenor importante, das mais de quinhentos mil toneladas de

resíduos urbanos, que o sistema gere, os quatro Municípios Oeiras, Sintra, Cascais e Mafra produzem quinhentas mil toneladas por ano de resíduos urbanos. -----

-----Para terem uma noção, esta empresa serve oito vírgula seis por cento da população portuguesa, isto corresponde a uma produção “per capita” de um quilo e meio por dia de resíduos. --- -----

-----Se nós precisamos de requalificar os nossos equipamentos, porque daqui a uns meses, em julho têm trinta e quatro anos, alguns deles de utilização e de funcionamento, é um desafio fazer com tudo em funcionamento, mas temos que o fazer e o que fizemos foi contactar os serviços, sistemas alternativos que não nos disponibilizaram porque também eles estão em intervenção, a sua disponibilidade daquilo que estávamos à espera e, por isso, tivemos que utilizar a nossa disponibilidade. -----

-----Quanto é que reduziu? -----

-----Esta realidade reduziu-nos em dois meses, aquilo que tínhamos inicialmente, neste momento, perdemos dois meses e contamos recuperar caso as negociações que estão em curso com sistemas próximos do nosso, efetivamente nos permitam canalizar para lá os demais resíduos que vamos recebendo até à nossa requalificação estar concluída. -----

-----A requalificação estará concluída aqui em Trajouce em setembro deste ano e a de Mafra em novembro deste ano, a partir daí, estaremos em condições para reduzir cada vez mais a deposição e aterro e também há aqui um pormenor que eu tenho que referir, porque a TratoLixo não são só más notícias.-----

-----O sistema da TratoLixo é o segundo maior sistema do País, em linha com a Limpor, a Limpor é um sistema que serve vários Municípios na Região Metropolitana do Porto, muitos mais Municípios do que a TratoLixo, a TratoLixo serve quatro Municípios, mas falo sem linha incineradora, o que significa que, a recolha seletiva e a deposição em aterro não tem comparação pela positiva com os demais sistemas em Portugal. São vinte e sete, a TratoLixo é a segunda,



Câmara Municipal  
de Oeiras

orgulho-me imenso em nome da Administração e das minhas colegas que cá estão, de apresentar de facto estes números.-----

----- São oito vírgula seis por cento da população portuguesa, são setecentos e cinquenta e oito quilómetros quadrados de território que ocupamos, mais de um milhão de turistas por ano se servem dos Municípios, dos quais a TratoLixo faz parte e é, de facto, um trabalho muito bom. ----

----- Já agora particularizando em Oeiras, Oeiras dos quatro Municípios é aquele que apresenta melhor taxa de recolha seletiva, próxima dos trinta por cento, basta dizer que a realidade nacional, setenta e nove não seletivo e vinte e um seletivo, por isso, Oeiras mais à frente, sem dúvida nenhuma e assim esperamos.-----

----- Relativamente ao relatório e contas, só para voltar um bocadinho atrás, é isto, fechámos positivo, como a Senhora Vereadora Susana Duarte referiu, há uma queda relativamente ao ano anterior, o efeito dos juros já se fazia sentir, mas de forma muito ténue, de qualquer forma dois mil e vinte e dois é um ano de fecho, um ciclo positivo, porque entretanto a nível europeu, aconteceu o que todos nós sabemos, dois mil e vinte e três está em curso, falaremos no ponto seguinte.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Estamos aqui a discutir isto e eu acho que me distraí, porque me tinham sugerido para não discutirmos hoje estas duas propostas, que havia uma correção qualquer a fazer, não?” -

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu:-----

----- “É só uma proposta.”-----

----- II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois da “TratoLixo - Tratamento de Resíduos Sólidos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima”.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal, a proposta de deliberação e respetivos documentos anexos, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento,

controlo e fiscalização da atividade empresarial local.-----

-----Nos termos das alíneas a) e b), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de vinte e um de agosto.-----

-----Artigos septuagésimo quinto e septuagésimo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Alínea c), do número um, do artigo décimo e alínea f), do número um, do artigo décimo sétimo, dos Estatutos da TratoLixo.-----

**48 - PROPOSTA Nº. 567/23 - GMA - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.:**-----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte:-----

-----“Era só para perceber o porquê de estarmos agora a vinte e oito de julho a apreciar o Plano de Atividades, sendo que ele foi aprovado em Assembleia Intermunicipal a vinte de março.”-----

-----O **Senhor Presidente** questionou o seguinte:-----

-----“Foi aprovado em vinte de março e estamos em junho, passou-se abril, maio, porquê?

-----Doutora Paula Saraiva, esteve a ser apreciado no Gabinete de Auditoria?”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** respondeu o seguinte:-----

-----“Na ausência da doutora Sara Danif, Chefe de Divisão do Gabinete Municipal de Auditoria, cumpre-me a mim dizer duas coisas, relativamente a esta proposta.-----

-----Primeiro, tal como está na segunda página, antes remetiam ao Município no dia três de abril, entretanto, houve várias reuniões, em maio e em junho com a Administração da



Câmara Municipal  
de Oeiras

Tratolixo, razão pela qual a análise demorou e esta proposta só vem cá hoje. -----

----- Mas se me dá licença, Senhor Presidente, era o que eu lhe dizia e à Senhora Vereadora Joana Baptista, esta proposta sai um bocadinho fora daquilo que é habitual e esta proposta em bom rigor, devia fazer uma análise do documento previsional que foi aprovado nos Órgãos da AMTRES para ser apreciada nos Órgãos do Município, Câmara e Assembleia Municipal. No entanto, a técnica que está aqui presente, a doutora Patrícia Gonçalves, do Gabinete de Auditoria, ao mesmo tempo que estava presente nas reuniões, que entretanto têm havido no âmbito do acompanhamento do Gabinete de Auditoria com a Tratolixo, achou por bem alargar um bocadinho o âmbito desta proposta de deliberação, e fez sempre o contraponto da análise do documento previsional com a já informação sobre a execução do orçamento até à data.

----- Foi além do que a lei diz, quanto a mim, pode de alguma forma retirar alguma clareza e objetividade na análise, sobretudo para os Senhores Vereadores que não estão tão dentro do assunto e tecnicamente da área financeira e eu queria deixar aqui esta nota, aliás, eu quando me apercebi disso, foi hoje de manhã, porque tenho o acompanhamento ao Gabinete de Auditoria, mas, tenho a DMAG primeiro e hoje de manhã falei com a doutora Sara Danif, que não estava cá e eu falei com a doutora Patrícia no sentido de pedir que a proposta seja adiada ou retirada, para ser reformulada no sentido ela analisar apenas o documento previsional.”-----

----- Fica esta nota, fica a decisão no Executivo.” -----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Passa para próxima reunião e virá na próxima reunião, reformulada, não é?” -----

----- A **doutora Paula Saraiva** questionou:-----

----- “Está adiada ou quer reformular?-----

----- Adiar é a mesma, se vamos retirar e reformular vem outra.”-----

----- O **Senhor Presidente** respondeu: -----

----- “Se é para ser a mesma não é preciso adiar, está apreciada. Isto não é para votar, é

para apreciar.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** perguntou:-----

-----“Certo, mas depois tem de ir para a Assembleia Municipal.”-----

-----O **Senhor Presidente** retorquiu: -----

-----“Claro.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente nós ainda não apreciamos o Plano de Atividades, há pouco aquilo que apreciei e as considerações que fiz e que depois o Senhor Administrador deu resposta, foi sobre o Relatório e Contas.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“Eu perguntei se a proposta é adiada e se o que vai ser discutido na próxima reunião é a mesma proposta que está aqui, ou se esta proposta vai ser reformulada por alguma razão, é o que eu estou a perguntar.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente é isso mesmo que gostaríamos também de saber.-----

-----Respondendo à questão da Senhora Vereadora Carla Castelo, esta proposta faz um bocadinho as duas coisas, faz a análise do documento previsional, mas ao mesmo faz a análise da execução do orçamento deste ano.-----

-----Portanto, das duas, uma, ou há uma capacidade de perceber e nós estamos cá também para esclarecer parágrafo a parágrafo esta metodologia, que suscita aqui, se calhar, alguma dúvida, alguma falta de clareza.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Doutora Paula Saraiva, a questão é simples, se há falta de clareza não há problema nenhum, retira-se esta e é agendada outra.”-----

-----A **doutora Paula Saraiva** salientou:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Vamos reformulá-la e vamos fazer uma só sobre o Plano de Atividades aprovado pelos Órgãos.” -----

----- O **Senhor Presidente** afirmou: -----

----- “Pronto, para a próxima reunião virá uma nova proposta.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

**49 - PROPOSTA Nº. 568/23 - GMA - RELATÓRIO E CONTAS 2022 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 4º. TRIMESTRE DE 2022 DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.:**-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu o seguinte: -----

----- “Este Relatório e Contas aponta para a falta de viabilidade da Município, Sociedade Anónima, sem uma subsidiação continuada do Município de Oeiras, é uma empresa que está ligada à máquina, nós já o dissemos e temos de o repetir, à máquina de oxigénio que tem sido a Câmara de Oeiras.-----

----- Gostaríamos de saber se também é essa a leitura que o Senhor Presidente faz, os prejuízos acumulam-se, as contas mal feitas também, contas que suscitam dúvidas e até perplexidades. -----

----- Já em dois mil e vinte e um a Município teve prejuízo, os trinta e cinco mil euros de lucro que tinha apresentado, artificialmente, no exercício anterior. -----

----- Agora, volta a dizer que teve outros rendimentos e ganhos que são a soma, por exemplo, do aluguer do escritório e de mais-valias cambiais, fazendo essa soma temos dezoito mil euros de rendas e trezentos e quarenta e três mil seiscientos e sessenta e um euros de ganho cambial proveniente, supomos, de faturação no estrangeiro. -----

----- Ora, como vemos, a Município só faturou no estrangeiro, mais precisamente em Moçambique, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável cento e quatro mil euros, o



que nunca daria uma valia cambial de trezentos e tal mil euros, ou seja, nem a faturação de dois milhões pode ser verdadeira. -----

-----Depois, temos outros gastos e perdas de duzentos e onze mil quinhentos e setenta e três euros e surgem novamente os câmbios, recorde que no estrangeiro a Município só trabalhou no mercado em Moçambique, num sítio diz que ganha com o câmbio, no outro diz que perdeu com o câmbio. -----

-----Depois temos um valor astronómico de despesas bancárias, não estamos aqui a falar de juros, gostaríamos de saber que despesas bancárias são estas, como é que é possível este valor de mais de sessenta mil euros, que correções de exercícios anteriores são estas, enfim, já no exercício de dois mil e vinte e um não faturaram tanto como disseram que faturaram, houve um empolamento da faturação, tendo sido corrigido agora em cinquenta e tal mil euros, por isso, os tais trinta e cinco mil de suposto lucro não existiram, foram construídos artificialmente com trabalhos para a própria empresa, alugueres, os ganhos cambiais, etc..-----

-----Há também seiscentos e vinte e quatro mil euros de juros de empréstimo à Município MZ, que como já vimos é um escândalo do dinheiro do Município de Oeiras que vai para Moçambique e, enfim, não há retorno desse dinheiro. -----

-----A Município teve um prejuízo em dois mil e vinte, teve prejuízo em dois mil e vinte e um e tem agora prejuízo em dois mil e vinte e dois, três anos seguidos, gostaríamos de saber que ilações vamos tirar daqui.-----

-----Se formos verificar os resultados líquidos da Município nos últimos quinze anos ascenderam a cinco milhões cento e trinta e oito mil euros, sete anos de prejuízo, incluindo os últimos três anos, sendo que o somatório depois dos lucros nos oito anos em que a Município teve lucro ou diz que teve lucro, porque, por vezes, esse lucro já vimos que é artificial, como se comprova o exercício de dois mil e vinte e um, o somatório desses oito anos de lucro dá cento e setenta e oito mil euros, isto, pondo nos dois pratos da balança deve-nos fazer pensar, creio eu. --



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A Câmara meteu na Município nos últimos quinze anos três milhões de euros, se fizermos a conta à participação em cerca de sessenta por cento de capital que o Município de Oeiras tem nesta empresa.”-----

----- Interrompendo o **Senhor Presidente** para perguntar:-----

----- “Qual é a participação da Câmara?”-----

----- Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Cerca de sessenta por cento.”-----

----- Inquirindo o **Senhor Presidente**:-----

----- “De quê?”-----

----- Retorquindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Da Município, da Sociedade Anónima.”-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente**.”-----

----- “Do capital?-----

----- Não, tem cinquenta e tal por cento.”-----

----- Voltando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Pronto, cinquenta e tal por cento ou sessenta por cento também não é assim tanta diferença, em proporção pesa mais ao Município de Oeiras a Município do que a TAP pesa ao País, a Município podemos dizê-lo é a TAP de Oeiras.-----

----- Também era importante saber, em dois mil e vinte e dois, Oeiras vai pôr mais sessenta mil euros nesta empresa?-----

----- Muitos Municípios como sabemos têm recusado pagar um valor que já ultrapassa os quatrocentos mil euros, o que temos em falta pelos quadros é quatrocentos e trinta mil euros de valor que outros Municípios pura e simplesmente não pagam, quem é que paga afinal este dinheiro, estas dívidas que são superiores a dois anos de faturação não foram cobradas, quem é que paga isto?-----

-----O Município de Oeiras? -----

-----Na Assembleia Municipal apresentaremos com maior detalhe todas as nossas outras objeções, questionamentos, mas realmente há muito a dizer sobre este Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois. -----

-----O próprio Oficial de Contas aplicou uma ênfase, pondo em causa o valor da receita e, realmente, é muito importante que a Auditoria Externa à Município averigüe todas estas situações internas na relação com a Câmara e também na relação com a empresa Município MZ que de nome tem Município, mas sabemos que é uma empresa, enfim, que não é uma subsidiária, não é uma delegação da Município Moçambique, é outra empresa que foi criada em Moçambique.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu:-----

-----“Tendo em conta as considerações da Vereadora Carla Castelo eu acho que já não é preciso fazer auditoria, porque o que foi feito em consideração, está a dar por certo uma análise que eu li o mesmo relatório do Auditor e não li dessa forma. -----

-----Não é razoável algumas das coisas que disse, até porque tendo começado uma Auditoria, acho que devemos esperar que a Auditoria faça essa análise, acho que há uma análise política que deve ser feita depois dessa Auditoria, pelo menos da parte do PSD assim será, porque não queremos correr em risco de dizer algo que não corresponda a cem por cento da verdade e, por isso, deixar aqui algumas considerações daquilo que o PSD quer deixar como alerta, nomeadamente, estarmos a apreciar aquilo que é a execução do quarto trimestre de dois mil e vinte e um, em junho, mas isto parece-nos óbvio, até porque a própria proposta de deliberação diz-nos especificamente que a empresa não cumpriu o prazo de aprovação e envio, o que prejudicou a análise da presente submissão da proposta, os próprios serviços analisam isto, está esclarecido. -----

-----Salientamos ainda, que a empresa representa um resultado líquido negativo, isso é



Câmara Municipal  
de Oeiras

óbvio, todos sabemos, e também todas as reservas daí de indicadores de rentabilidade negativos.

----- É óbvio também, porque também o Revisor diz em relação àquilo que é no seu Certificado Legal de Contas aos alertas que deixa do aumento da proporção que estava em sessenta e cinco quarenta e cinco em dois mil e dezanove, entre a Município, S.A. e a Município MZ e passou em dois mil e vinte dois de cinquenta e oito para quarenta e dois, mas apenas esta análise, as extrapolações daí não serão, obviamente para nós fundamentadas, até que haja realmente Auditoria à própria Município.”-----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

----- “O Partido Socialista também entende que devemos esperar pelo resultado da Auditoria, perceber o que é que vem nesse trabalho que está a ser feito e, depois então, em função daquilo que forem os resultados, falar-se-á mais em profundidade e em pormenor sobre aquilo que possa ser o futuro.”-----

----- O **Senhor Presidente** mencionou o seguinte:-----

----- “Os problemas da Município não são de agora, já são de há alguns anos, aliás, em dois mil e quinze e é isso que me compete dizer neste momento, a Câmara Municipal determinou a constituição de um grupo de trabalho, no sentido, de avaliar as empresas e extingui-las ou não.-

----- Acontece que, foram extintas uma ou duas o Lemo, aliás, foi extinto ainda eu estava na Câmara, pelo menos a deliberação foi tomada nessa altura, mas foi extinta a Habitágua e a Município não foi porque, pelos vistos, durante esses anos aguentou-se com um saldo positivo, só a partir de dois mil e vinte é que começou a dar prejuízo.-----

----- A situação foi, de alguma forma, levantada com mais rigor a partir de uma notícia como todos sabem, saiu na revista Sábado e que determinou, até provocada por um concorrente da Município, e que determinou o início de uma Auditoria, devo de dizer que eu despachei a realização dessa Auditoria na sequência dessas notícias da referida revista e essa Auditoria começou na passada segunda feira, porque foi necessário fazer o concurso, as consultas, significa

isto que não faz muito sentido estarmos aqui a repetir aquilo que já andamos a dizer nos últimos dois anos.-- -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo veio repetir a mesma retórica de há dois ou três anos, não está a dizer nada de novo, todos nós temos essa preocupação com a Município, mas acho que por razões de segurança até da própria empresa devemos de aguardar o desenrolar da Auditoria e em função dos resultados da mesma tomar uma posição relativamente à empresa, ou à continuidade da empresa ou à extinção da empresa, terá que se encontrar uma solução, sendo certo que todos nós temos consciência que a Município hoje move-se num mercado muito concorrencial em que terá muita dificuldade, aguardemos que a Auditoria esteja concluída e, nessa altura, a Câmara Municipal ponderará a situação e submeterá à Assembleia Municipal.” ---

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou:-----

-----“Relativamente à Município trata-se de uma apreciação.” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Sim, é uma mera apreciação.” -----

-----II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Relatório e Contas de dois mil e vinte e dois, que contém o parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal das Contas e do Relatório de Execução Orçamental do quarto trimestre de dois mil e vinte e dois, da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. -----

-----Submeter à Assembleia Municipal, a presente proposta de deliberação e documentos anexos, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos da alínea d), do número um, do artigo quadragésimo segundo e alínea j), do número seis, do artigo vigésimo quinto, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Alíneas a) e b), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**50 - PROPOSTA Nº. 569/23 - SIMAS - 2ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2023 - MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E APLICAÇÃO DE PARTE DO SALDO DE GERÊNCIA - PD Nº. 132/SIMAS/2023:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a remessa da segunda Alteração Orçamental Modificativa dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, à Assembleia Municipal. -----

----- A subsequente publicação da deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**51 - PROPOSTA Nº. 570/23 - DPU - PROCº. Nº. P1/1997/6462/0 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 7/2000, SITO EM PAÇO-DE-ARCOS:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número sete, de dois mil, sita em Paço de Arcos, tendo por objetivo, o acréscimo de um fogo no lote dezassete, (com a área de mil cento e setenta e três metros quadrados), para passar de moradia unifamiliar para moradia bi-familiar (dois fogos).-----

----- Comunicar ao requerente. -----

-----Nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo terceiro e número três, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

**52 - PROPOSTA N.º. 571/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DO PROJETO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DO ROSSIO DE PORTO SALVO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a desanexação da parcela de terreno municipal com a área de mil setecentos e cinquenta e seis vírgula setenta metros quadrados, sita no Rossio de Porto Salvo, a qual confronta do norte com Rua Doutor Francisco Calheiros, a nascente com traseiras do edifício com entrada pela Rua Doutor Francisco Calheiros, a sul com Rua Marcos Clemente e a poente com Rua João Rosado, número trinta.-----

-----A parcela de terreno será desanexada da área existente no terreno municipal descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha dois mil duzentos e noventa e dois, da Freguesia de Porto Salvo e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro, da Freguesia de Porto Salvo. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, com a redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

**53 - PROPOSTA N.º. 572/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO À HAPPINESS CONDITION, UNIPessoal, LDA., PARA A REALIZAÇÃO DO “WORLD BIKE TOUR LISBOA/OEIRAS” 2023: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor



Câmara Municipal  
de Oeiras

Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de participação financeira no valor de oitenta mil euros ao promotor Happiness Condition, Unipessoal, Limitada, para apoio à realização do evento “World Bike Tour Lisboa/Oeiras” dois mil e vinte e três. -----

----- A minuta do termo de aceitação, com vista à concretização do apoio em questão. ----

----- Nos termos das alíneas f), g) e m), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e nas alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto, números um e dois, do artigo segundo, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, números um e dois, do artigo quinto e número um, do artigo nono. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, conjugado com o Decreto-Lei número vinte e dois-A, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março.-----

**54 - PROPOSTA N.º. 573/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 13ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:** -----



-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de dezasseis de junho de dois mil e vinte e três da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/doze mil setecentos e trinta e oito, referente à décima terceira alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de um milhão quatrocentos e dezanove mil e oitocentos euros e oito cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Não podemos aprovar esta ratificação da alteração orçamental de um milhão quatrocentos e dezanove mil e oitocentos euros e oito cêntimos, com setecentos mil euros desviados de obras de parque escolar para o edifício fórum, oitocentos e quatro mil novecentos e onze euros de novos programas de habitação (trezentos e noventa e quatro mil cento e onze euros, de dois mil e vinte e três e quatrocentos e dez mil euros, de dois mil e vinte e quatro) e cento e nove mil duzentos e setenta euros, do Bairro dos Navegadores. Não concordamos com estas prioridades da Câmara na gestão de dinheiros públicos e também não nos parece aceitável sermos confrontados com uma ratificação em que a urgência é justificada com “a necessidade de reforço das rubricas de despesa para se proceder ao correto pagamento de vencimentos” quando, na verdade, isto são apenas seiscentos e treze mil setecentos e oitenta e sete euros e noventa cêntimos, dos um milhão quatrocentos e dezanove mil e oitocentos euros e oito cêntimos. Ou



Câmara Municipal  
de Oeiras

seja, a urgência só está justificada para essa parte.” -----

**55 - PROPOSTA Nº. 574/23 - DPOC - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022: ---**

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou o seguinte: -----

----- “Não é, obviamente, para votar contra, mas para deixar duas notas. -----

----- Uma relativa àquilo que é a informação do Auditor Externo que consta da Certificação Legal, sobre o que já falámos aqui e a Vereadora Joana Baptista também já falou sobre a falta de informação da E-Redes, apesar dos vários esforços dos Serviços do Município. --

----- Não sei como é que iremos conseguir colmatar isto, nem a forma que os Serviços podem arranjar, mas não é razoável que tenhamos aqui, constantemente, falta de informação, porque uma entidade decide não dar atempadamente essa informação ao Município.-----

----- A terminar, não vamos falar sobre isso, porque já deixámos claro em declaração de voto sobre a matéria, mas os incumprimentos dos SIMAS, claramente, não beneficiam esta prestação de contas, tendo em conta estas condicionantes, obviamente, que temos que ter em conta que o Auditor também não teve, nem encontrou incorreções materiais.” -----

----- O **doutor Bruno Mouco** esclareceu: -----

----- “Relativamente à E-Redes este enfase que é colocado na conta resulta de um problema que não é só no Município de Oeiras, são todos os Municípios do território nacional, a E-Redes não fornece a informação sobre a concessão, sobre o que está nas concessões para valorizar no ativo. -----

----- O que está a ser feito um bocadinho em todos os Municípios é os Revisores colocarem este enfases para ver se o Governo toma uma posição para que consiga que a E-Redes forneça esta informação. -----

----- Não sei se será viável ou não, mas vai ter que passar pela Administração Central a resolução do problema.” -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse. -----

-----“Não sei se valeria a pena a Câmara Municipal e, no âmbito também da Associação Nacional de Municípios, ter também o reforço desta informação, uma vez que, conforme os Serviços dizem é uma questão que tem a ver com todos os Municípios.”-----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Eu não sei qual é o acompanhamento que a Associação Nacional de Municípios está a fazer, mas pode-se-lhe fazer uma diligência a expor a situação.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o documento relativo às Contas Consolidadas e subseqüentemente submeter à Assembleia Municipal para apreciação. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. ----

-----Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Decreto-Lei número noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“No Relatório Consolidado da Câmara Municipal de Oeiras refletem-se os problemas já identificados na Município (conforme proposta de deliberação quinhentos e sessenta e oito) e no SIMAS, tudo empresas que consolidam com a Câmara por esta deter cinquenta por cento ou mais do seu capital, para além dos próprios problemas da Câmara Municipal de Oeiras. Não são assim de surpreender as reservas colocadas pelo ROC na Certificação Legal de Contas. A estas reservas na Certificação das Contas não é alheio o processo de inventariação e atualização de bens móveis e imóveis que tem vindo a decorrer na Câmara e no SIMAS, cujo resultado tem suscitado diversas regularizações na situação patrimonial das duas entidades e levou inclusive a



Câmara Municipal  
de Oeiras

que os resultados do SIMAS de dois mil e vinte e um passassem de um lucro de um vírgula quatro milhões de euros para um prejuízo de dois vírgula setenta e dois milhões de euros. Acrescente-se ainda que existem ativos não inventariados na Câmara Municipal de Oeiras não permitindo assim ter uma visão correta da situação patrimonial da mesma.”-----

**56 - PROPOSTA N.º 575/23 - DFP - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023:**-----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou o seguinte:-----

----- “Compreendemos o facto de não ter sido previsto no orçamento e apenas foi em fevereiro assinado o memorando de entendimento entre o Município, o Estado e a Fundação da Jornada Mundial de Juventude, para a receção do Papa, contudo, é também importante, porque já se falou muitas vezes disso, mas, por vezes, dizem-se coisas que ficam em ata e é importante também que outras fiquem, apesar de estarem nas propostas, mas, parece, por vezes, que não ficam claras, que é o facto de a Jornada Mundial da Juventude, apesar de ser organizada pela Igreja Católica, ela é aberta a todos os jovens e a todos os credos, portanto, isto é algo que quem conhece sabe e muitas das vezes quando falamos disto como uma coisa una na crença, não acontece, apesar da vinda do Papa e temos que dar aqui um ênfase naquilo que indica a proposta relativamente ao pedido da Fundação no acolhimento dos trinta e três mil jovens, mas pelo que representa na proposta vai haver dias que ascendem aos setenta mil jovens. -----

----- É importante pensarmos nisto, não só em Oeiras, como noutros Municípios, isto não é já um desígnio municipal, isto é um desígnio nacional e eu acho honestamente que o Governo devia apoiar as Autarquias a fazer face a estas despesas, evitando que as mesmas tenham de contrair este tipo de empréstimos, porque a verdade é que Oeiras é Oeiras, mas, se calhar, há outras Autarquias que não terão a mesma capacidade, e isso poderá inviabilizar alguns dos contextos.- -----

-----Eu acho que é hora de perceber isto não como um desígnio de Lisboa, Cascais Loures, Oeiras, mas sim como um desígnio nacional, porque as pessoas não vão ficar só aqui. As pessoas muitas vezes não fazem uma viagem da Austrália até Portugal para ficar cá uma semana só para ver o Papa, desengane-se quem acha isso, é quem não conhece, é quem não participou nestas iniciativas e perceber que elas muito provavelmente vão aproveitar para conhecer Portugal, Espanha e outros países vizinhos durante este mês e, por isso, isto deve ser um desígnio nacional e, por isso, nós achamos que até a própria Câmara deve impulsionar o Governo a tomar algumas medidas de apoio a este evento mais consideráveis.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Há que esclarecer que este empréstimo, como medida do Governo, não conta para a capacidade de endividamento do Município. -----

-----Relativamente ao esforço nacional, eu acho que é mesmo um esforço nacional o que está a acontecer. Claro que há quatro Câmaras Municipais: Oeiras, Loures, Lisboa e Cascais, que irão fazer o maior esforço, mas lembro-vos que por esse País fora vai haver Municípios que têm três, quatro ou cinco mil habitantes que se tiverem quatrocentos ou quinhentos peregrinos a pernoitar e a serem acolhidos, etc., representa muito para esses Municípios, portanto, na realidade daquilo que me é dado saber há milhares e milhares de peregrinos que vão estar muito para lá da Região Metropolitana de Lisboa.-----

-----De Leiria, por exemplo, passarão a vir diariamente para Lisboa umas centenas de autocarros, de Coimbra, do Porto, de Braga, etc., e essa gente vai e vem todos os dias, é um pouco de todo o País, e a maior fatia é do Governo, a segunda é da Câmara Municipal de Lisboa, a terceira deve ser da Câmara Municipal de Loures, Oeiras deve ser a quarta e Cascais deve ser a quinta e não sei, porque a Câmara Municipal de Cascais é muito generosa, portanto, não faço ideia do que gasta Cascais. -----

-----Uma das coisas que me surpreende é que da Câmara de Oeiras, toda a gente saberá o



Câmara Municipal  
de Oeiras

que a Câmara gasta, dos outros Municípios não faço a mínima ideia, realmente há aqui alguma opacidade neste processo, porque o Município de Oeiras está a divulgar através de propostas de deliberação aquilo que está a investir neste processo, portanto, quinhentos mil euros para a Fundação da Jornada Mundial de Juventude. No conjunto dos serviços prestados pela Everything Is New, dá um milhão e meio de euros, não significa que vamos gastar um milhão e meio de euros, é a previsão de gasto, mas é público, e eu não faço ideia das outras Câmaras qual é o investimento, andaré entre o milhão e meio e os dois milhões de euros, não passará dos dois milhões de euros.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

----- “Acabou de responder, porque queria exatamente saber qual era a expectativa de gasto da Câmara no total e está a dizer que não ultrapassará os dois milhões de euros.” -----

----- Acrescentando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Entre o milhão e meio e os dois milhões, é já uma faixa significativa, mas é público.”-- -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** argumentou o seguinte:-----

----- “A propósito do que isto representa para Portugal e da necessidade de todos darmos o nosso melhor, independentemente do local onde estamos a trabalhar, seja a Administração Central, seja o Município, seja uma qualquer instituição que está associada a este processo, nós vamos ter, estima-se já, perto de quatro mil jornalistas acreditados durante esses quinze dias em Portugal e mais de cem cadeias televisivas a cobrir tudo o que se vai passar no território durante esse período de tempo, o que está verdadeiramente em causa é a imagem do País, portanto, justifica-se todo o empenho, todo o esforço, independentemente do local ou da instituição a partir do qual estamos a empreender esse esforço e esse investimento.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “É bom que toda a gente tenha consciência disso.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, o seguinte:-----

-----A autorização de contratação de empréstimo na modalidade de abertura de linha de crédito, sem custos adicionais, para o prazo de cinco anos, com aplicação em despesas de aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços e a realização de empreitadas de obras públicas para a Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três, durante um ano, no montante de um milhão e quinhentos mil euros, ao Millennium BCP - Banco Comercial Português, Sociedade Anónima, com taxa de “Spread” de zero vírgula vinte e cinco por cento, indexada à Euribor a seis meses, conforme proposta da Comissão de Avaliação;-----

-----A minuta do contrato;-----

-----A ratificação da autorização de consulta às entidades bancárias, as condições do empréstimo, a nomeação da Comissão de Avaliação e sua condução do procedimento;-----

-----A autorização da assunção de compromissos plurianuais, referente ao serviço da dívida do empréstimo.-----

-----Nos termos dos números um, cinco e seis, do artigo centésimo décimo oitavo, da Lei número vinte e quatro-D, de dois mil e vinte e três, de trinta de dezembro.-----

-----Artigo quadragésimo oitavo, números um e cinco, do artigo quadragésimo nono, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro e alínea f), do número um e número quatro, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Votámos contra a passagem de quinhentos mil euros sem controlo para a Igreja



Câmara Municipal  
de Oeiras

Católica/Fundação Jornada Mundial da Juventude e agora vai-se pedir um vírgula cinco milhões de euros de empréstimo, contribuindo para o aumento do endividamento do Município. -----

----- Não compreendemos a necessidade deste pedido de empréstimo à banca, havendo disponibilidade em caixa e depósitos, a não ser que haja necessidade de financiar a Câmara Municipal de Oeiras. Acresce que não foi feito nenhum estudo sobre o retorno deste evento para o Município de Oeiras.”-----

----- IV - O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

----- “Esta é a razão porque as declarações de voto, ao contrário do que a Senhora Vereadora Carla Castelo refere, isto não é uma Assembleia Geral, este é um Órgão Executivo e, portanto, declarações de voto com sentido político, devem ser esclarecidas e, neste caso concreto não há muito a dizer, isto podia-se resumir apenas a duas outras palavras, a Senhora Vereadora Carla Castelo está contra a realização da Jornada Mundial da Juventude, ou melhor, está contra o financiamento e que a Câmara Municipal de Oeiras apoie a organização da Jornada Mundial da Juventude e era muito mais fácil dizer isso, do que depois estarem a tentar encontrar argumentos para justificar o seu voto contra, porque, na realidade, todo este arrazoado a propósito, como que havendo aqui uma premeditação, sabendo-se que a Jornada Mundial da Juventude ia acontecer de um a seis de agosto, data em que o Papa se encontrará em Portugal, que foi adiada propositadamente a celebração de contratos para o fornecimento dos serviços que se impõe nesta matéria. --- -----

----- Posso adiantar que a preparação das condições adequadas à transmissão televisiva daquele evento são cerca de noventa mil euros e só na semana passada é que a televisão forneceu os parâmetros necessários para se poder fazer a adjudicação, foi feito um concurso em março no sentido de auscultar eventuais fornecedores de palco, de casas de banho, disto e daquilo e houve apenas um que respondeu, que foi o atual que está no terraplano de Algés a dizer que poderia responder se lhe dessem os parâmetros adequados.-----



-----Nesta discussão com a Fundação da Jornada Mundial da Juventude, só há poucos dias é que nos foram dados os elementos necessários para a Câmara poder proceder à contratação desses serviços, portanto, não há aqui qualquer propósito premeditado neste ou naquele sentido, aliás, o Vereador Pedro Patacho pode esclarecer melhor esse assunto.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** esclareceu o seguinte: -----

-----“Apenas acrescentar aquilo que o Senhor Presidente já disse relativamente ao contrato de comparticipação financeira que foi aprovado em reunião do Executivo da reunião anterior e que é mencionado, esse contrato fixa claramente as formas e os critérios de escrutínio de utilização dos valores, ficando a própria Fundação obrigada à sua restituição se se vier a verificar que não foram despendidos para os fins a que se destinam e criteriosamente analisados pelos Serviços essa execução.” -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Há outra coisa também a notar, o evento é de tal forma, como já foi dito acentuadamente de dimensão nacional, que o próprio Governo entendeu que os financiamentos para a despesa deste evento não contava para a capacidade de endividamento dos Municípios, ora bem, seria um erro, se o Município de Oeiras, aliás, como os outros, porque Lisboa também contraiu um empréstimo, salvo erro de quinze milhões de euros, para fazer face a este tipo de despesas e seria um erro, seria uma irracionalidade, se o Município de Oeiras, podendo obter recursos relativamente aos quais vai pagar juros, mas não conta para o endividamento da Câmara Municipal estivesse a usar do próprio orçamento do Município, não seria, digamos, a melhor gestão e, portanto, faz todo o sentido que a Câmara Municipal recorra a esse empréstimo nas condições em que é protocolado, aliás, não fosse o interesse público, o interesse nacional em causa, o Governo nunca tomaria uma norma excecional como essa de poder contrair empréstimo sem entrar na capacidade de endividamento.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Senhor Presidente desculpe-me dizer isto, mas por isto é que eu fiz a minha intervenção sobre a Jornada Mundial da Juventude, porque já sabia que a declaração de voto ia ser neste sentido, por isso, eu acho que devíamos adotar o sistema que falámos de bom senso, de pelo menos linhas gerais serem ditas, porque já não acontecia isto.” -----

**57 - PROPOSTA Nº. 576/23 - DMEDSC - FINANCIAMENTO E EVENTOS NO PASSEIO MARÍTIMO DE ALGÉS (DIAS 31 DE JULHO, 1, 2, 6 E 7 DE AGOSTO), NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023, EM OEIRAS:-----**

----- I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o projeto de investimentos e respetivo financiamento das ações/atividades a realizar. -----

----- A decisão de contratar e respetivo lançamento do procedimento por ajuste direto, formado em critérios materiais e de acordo com o determinado no Despacho do Senhor Presidente, de dezanove de junho, exarado a coberto do Memorando DGTE número três, de dois mil e vinte e três. -----

----- Nos termos dos artigos décimo sexto, vigésimo terceiro, vigésimo quarto, trigésimo quinto-A, trigésimo oitavo, centésimo décimo segundo, número um e ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo centésimo décimo oitavo, da Lei do Orçamento de Estado para o ano de dois mil e vinte e três. -----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Compreendemos a complexidade da organização de um evento que inclui vários eventos, como é o caso da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), e a necessidade de a pouco mais de um mês da JMJ se encontrar um caminho para operacionalizar tudo. Mas não podemos deixar

de notar que, durante vários meses, o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras questionado sobre custos deu respostas evasivas e fez estimativas por alto. A Câmara Municipal adiou este procedimento sabendo que, em cima da hora, os custos de financiamento destes eventos seriam maiores. Consideramos que teria sido preferível, com tempo, acautelar a existência de concurso público e a concorrência na aquisição de serviços e locação de bens para a organização dos Eventos no Terraplano de Algés no âmbito da Jornada Mundial da Juventude em Oeiras.” -----

**58 - PROPOSTA Nº. 577/23 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO ESPARGAL - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS EM SEDE DE DISCUSSÃO PÚBLICA:-----**

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**59 - PROPOSTA Nº. 578/23 - DOT - DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO ESPARGAL - APROVAÇÃO FINAL - APROVAÇÃO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA, DESENHO URBANO, MINUTA DO CONTRATO DE URBANIZAÇÃO E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA:-----**

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**60 - PROPOSTA Nº. 579/23 - DOT - REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE) - DISCUSSÃO PÚBLICA - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO:-----**

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**61 - PROPOSTA Nº. 580/23 - DOT - APROVAÇÃO FINAL DA REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ESPARGAL/OFICINAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (PPE):-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Já aqui também mencionei esse aspeto em reuniões públicas, o público tem a expectativa de assistir à reunião e com um ecrã como este virado apenas para os Vereadores, Vereadoras e para o Presidente, o público não vai conseguir assistir a esta apresentação, por isso, peço que numa próxima oportunidade, já que hoje pelos vistos vai ser difícil, haja um outro monitor virado para o público.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Pode-se virar para o público, não há problema nenhum, pode-se pôr de maneira que seja visto por toda a gente.”-----

----- O **arquitecto Luís Serpa** fez uma apresentação em PowerPoint, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital e disse o seguinte:-----

----- “Esta apresentação é feita na sequência da discussão pública da Proposta de Unidade de Execução do Espargal.-----

----- Importa aqui recordar o contexto em que tudo isto foi despoletado, porque na realidade, a iniciativa do Município de lançar um desafio aos proprietários dos terrenos para reformularem as soluções que estavam aprovadas em Plano de Pormenor e que ainda estão em vigor, só serão revogados quando a Assembleia Municipal o entender, neste momento, o que estamos a fazer é dar resposta àquilo que foram as exposições e participações, que foram diversas, no âmbito da discussão pública.-----

----- O Espargal é este bocadinho que está aqui e faz parte de um corredor verde que está a ser desenvolvido para poder ser percorrido utilizado pelas pessoas, utilizado por ciclovia ou utilizado a pé desde a Quinta do Torneiro até à Plataforma das Fontainhas junto ao Passeio Marítimo e à praia de Paço de Arcos, é uma peça que está encaixada no percurso que é feito até chegar à Plataforma das Fontainhas cá em baixo conta.-----

----- Nada disto está concluído, o que está concluído é o Parque dos Poetas, o Parque das Perdizes, a praça onde será localizado o Centro de Congressos, não está ainda completamente na

posse do Município a área necessária para iniciar dentro da Quinta do Torneio, mas chegar-se-á à Plataforma das Fontainhas, o Espargal está aqui. -----

-----O Plano de Pormenor do Espargal que foi desenvolvido numa altura em que eu estava cá na Câmara, já foi há trinta anos atrás, nos anos noventa e pouco, esse plano pormenor foi feito numa lógica da época em que não havia nenhuma perceção de que o Parque dos Poetas conseguisse chegar cá abaixo à zona onde está o Viaduto de Paço de Arcos e muito menos que pudéssemos ter esta hipótese de desenvolver um percurso contínuo até chegar à Plataforma das Fontainhas. -----

-----Foi precisamente a deliberação de Câmara mil cento e quatro, de quinze de dezembro, dois mil e vinte e um, que deu início a este processo e a Câmara deliberou constituir como objetivo estratégico este corredor verde e propor que tivéssemos a iniciativa, nós Município, de desenvolver uma Unidade de Execução, como sabem é um instrumento de gestão territorial, é de iniciativa municipal, para articulando com os proprietários, desenvolver uma solução que garantisse a passagem deste corredor no meio da propriedade, o que não era possível com a solução urbanística do Plano de Pormenor que estava aprovado nos anos noventa. -----

-----Aqui está o Viaduto do Espargal, aqui para Norte vem o Parque dos Poetas e chegava-se aqui tínhamos um contínuo edificado ao longo da rua antiga, porque era a solução daquela época, na qual também trabalhei naqueles anos que já lá vão. -----

-----O que acontece, é que não era possível com aquela solução que poderia ter sido implementada pela entidade que adquiriu o terreno em hasta pública, podia ter sido implementada, no entanto, não iria permitir este objetivo estratégico que o Município estabeleceu em dois mil e vinte e um, de dar continuidade a este percurso até chegar à Plataforma das Fontainhas e temos que ir conseguindo fazer estas coisas uma a uma à medida que é possível atingir parcialmente objetivos que possam concorrer para o objetivo geral que eu estive a tentar sintetizar. -- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Nesta circunstância em que nos encontramos foi feita uma proposta de delimitação da Unidade do Espargal em dois mil e vinte e dois e essa proposta de delimitação continha já a solução urbanística que à data foi possível acordar com os proprietários do terreno e os respetivos projetistas, que entraram em diálogo connosco, para que a solução apresentada na unidade de execução correspondesse aos objetivos do Município e, simultaneamente aos objetivos que a entidade proprietária admitia como possíveis para reformular a solução que estava prevista no Plano de Pormenor que, como digo, está ainda em vigor. -----

----- Então, aconteceu a discussão pública que foi realizada entre nove de dezembro de dois mil e vinte e dois e cinco de janeiro de dois mil e vinte e três, ocorreram cento e noventa e oito participações de cento e noventa e três participantes, para além de uma petição, que depois também foi colocada dentro do processo de participação, mas na realidade, as efetivas participações feitas com o objetivo de constarem como propostas ou reclamações, exposições ou pontos de vista de habitantes da zona envolvente foram estas cento e noventa e oito dos tais cento e noventa e três participantes e todas estas situações foram analisadas uma a uma, no âmbito da legislação em vigor, aplicável ao instrumento de gestão territorial que é a unidade de execução. --

----- No caso da discussão pública, conclui pela ponderação pelo Órgão Autárquico/Câmara Municipal das participações que foram apresentadas nestas perspetivas que aqui estão e que são as perspetivas que constam da legislação. -----

----- Há ou não nesta proposta desconformidade ou incompatibilidade com programas, planos territoriais e projetos que devem ser ponderados? -----

----- Há ou não desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis? -----

----- Há ou não lesão de direito subjetivos com enquadramento legal? -----

----- Encontramo-nos no momento em que foram analisadas as cento e noventa e oito participações e delas foram destacadas, aqui nesta síntese tudo isto consta de um dossier que está no Salão Nobre Digital, mas eu aqui destaquei apenas os aspetos essenciais que foram

apresentados nessas participações e que mereceram a nossa análise detalhada e que foram exaustivamente ponderados, no âmbito técnico até agora e, por isso, estamos a apresentar isto à Câmara Municipal para que possa validar ou não esta ponderação que foi feita ao nível técnico. -

-----No quadro das questões relacionadas com o eventual ou com evocação de alegados incumprimentos de disposições do Regulamento do Plano Diretor Municipal apareceram em várias participações a citação destes três artigos, o artigo sessenta e um tinha que ver com condicionamentos gerais à urbanização, à edificação, o artigo sessenta e dois com condicionantes estéticos, ambientais e paisagísticos e o artigo sessenta e seis imagem urbana. -----

-----Esta exposição tem que ser sintética, mas chamo a atenção para que no dossier formal, se a Câmara assim o entender, será divulgado publicamente imediatamente após a decisão da Câmara. -----

-----Nessa exposição estão analisados todos estes aspetos, eu aqui iria focar-me só essencialmente no artigo setenta e seis, que é onde há maior probabilidade ou possibilidade de haver interpretações divergentes daquilo que significa o que está escrito naquele artigo. -----

-----O que é que acontece nesse artigo sessenta/sessenta e seis, é feita uma referência em imagem urbana e eu chamo aqui a atenção para outro aspeto, muito vezes não é compreendido por quem olha de fora para este tipo de procedimentos, é que, na realidade, estas normas que constam no PDM, são normas que devem referir-se a propostas de iniciativa privada que não são de iniciativa do próprio Município desenvolvê-las dentro de um instrumento de gestão territorial.

-----De todo o modo, os aspetos que se aplicam às propostas que viessem dos privados, também devem ser ponderados do lado das iniciativas do próprio Município e, neste caso, a questão que está em causa é saber se numa reformulação a fazer numa dada área urbana como esta que ali está, com aquele encaixe urbanístico que estava ali assinalado na imagem que mostrei anteriormente dentro do tal corredor verde, se essas transformações podem ou não considerar-se um fator de impacto negativo com prejuízos eventuais para a coerência urbanística



Câmara Municipal  
de Oeiras

ou para a qualidade de vida das pessoas que tenham evidências que possam ser demonstradas. ---  
----- Nesse caso, poder-se-ia ponderar a hipótese de estar a ser incumprida a intenção do artigo sessenta e seis, que não é uma intenção que determine limites altimétricos, isso eu tive o cuidado de verificar se esta minha leitura podia ter do ponto de vista jurídico e verifiquei com juristas especializados, neste caso com a Professora Fernanda Paula Oliveira, que é a nossa consultora nestas matérias e que é sobejamente conhecida em termos de interpretação de direito de urbanismo atualmente e, aquilo que se concluiu, foi exatamente que não está fixado nenhum limite altimétrico nas operações que reformulem as soluções urbanísticas dentro daquela área, devendo ter, no entanto, em atenção que essas soluções não possam causar impactos negativos evidentes e prejuízos concretos na envolvente imediata e foi nesse aspeto que nós nos preocupámos em verificar em pormenor, se havia em alguma circunstância em relação à solução que estava a ser objeto de discussão pública e que eu presumo que valha apenas voltar atrás para ver o que é que estava a ser objeto de discussão pública. -----

----- Neste caso, o que estava aqui em causa é que a solução estava a ser discutida e que foi objeto de discussão pública era a solução com estes dois edifícios que aqui estão e quando nós começámos a ler e a estudar aquilo que foram as participações que nos foram chegando, alguns dos moradores destas zonas mais próximas, outras de moradores mais distantes, eventualmente, não terá havido muitos aqui deste lado, porque deste lado não há qualquer hipótese de haver qualquer prejuízo para quem esteja no Bairro Joaquim Matias, porque as torres, de qualquer forma, estariam a norte e, portanto, nunca teriam nenhum efeito prejudicial, nem projetariam qualquer espécie de sombra sobre o Bairro Joaquim Matias. -----

----- De todo o modo, nós fomos analisar aquela situação e verificámos que esta linha que aqui está, estará sensivelmente a quarenta metros de umas moradias que estão aqui e chamo a atenção para o facto de as moradias não serem o resultado do Plano de Pormenor, o Plano Pormenor permitia a conversão daquelas moradias na continuidade dos edifícios que já lá estão



feitos e habitados, no entanto, as pessoas optaram por permanecer lá com as moradias e estão no seu direito de assim optar e nós temos que salvaguardar que eles não são objeto de nenhum prejuízo concreto nas suas condições de salubridade de habitações enquanto lá estiverem.-----

-----E então, ao fazermos essa análise perante estas argumentações que vieram com muito mais detalhe e estritamente em pormenor, chegámos à conclusão de que, de facto, aquela torre embora não estivesse a incumprir qualquer disposição legal aplicável, poderia, eventualmente, em termos de projeção de sombra afetar acima daquilo que seria o aceitável as construções mais próximas com a projeção de sombra sobre essas edificações, isso podia, de alguma forma, afetar de uma forma negativa as condições de salubridade ou de qualidade de vida das pessoas, independentemente de estar estritamente cumprido aquilo que são as disposições do regime jurídico da edificação e urbanização aplicáveis naquela circunstância.-----

-----O que fizemos foi tentar encontrar uma solução alternativa que não prejudicasse estas áreas urbanas, algumas delas foram feitas de acordo com o estava no tal plano de pormenor e seria legítimo acharem que haveria agora um efeito diferente, que lhe podia estar a alterar as condições concretas das suas habitações, por isso, optámos por estudar uma solução alternativa e demorámos algum tempo, como devem compreender, em diálogo com a entidade proprietária e em diálogo com os respetivos projetistas para encontrar uma solução que fosse reduzir este efeito, que não sendo ilegal poderia ser entendido como um efeito com alguns aspetos negativos e tentar encontrar uma solução que eliminasse esse aspeto negativo, ficando só uma das torres numa posição em que esse impacto é já francamente improvável, aliás, foi estudado e não há esse grau de impacto, evidentemente qualquer edifício projeta sombra, o problema é quantas horas do dia e em que períodos do ano e durante quanto tempo essa sombra permanece em cima das edificações e, portanto, afeta ou não as condições de salubridade no seu interior.-----

-----Decidimos optar por reformular a solução e encontrar uma plataforma nova de acordo com entidade proprietária e com os seus projetistas.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Eu estava aqui já no artigo sessenta para dizer precisamente, que não estando nós limitados aqui, não estávamos limitados em mais nenhum outro aspeto, porque a área bruta de construção que vai ser feita com este conjunto de edifícios é exatamente a mesma que seria feita com a banda de edifícios feita ao longo da rua atual, que é esta, eu por acaso vou todos os dias por aqui para minha casa, moro aqui um bocadinho mais adiante, esta rua que está aqui tinha edifícios ao longo de toda a rua, criava a barreira e impedia totalmente a possibilidade de haver um percurso de continuidade a partir do Parque dos Poetas que será feito por uma passagem inferior sob o viaduto aqui e por outra passagem inferior sob a linha de caminho de ferro para poderem ir para a praia e a partir daqui há esta linha encarnada que traduz um troço da ciclovia que se pretende também fazer no futuro, que é levar uma ciclovia desde a estação de Paço de Arcos até à estação de Santo Amaro e, depois subseqüentemente, até à estação de Oeiras, com uma ponte paralela à do Eiffel que, atualmente é usada pelo comboio e fariamos uma paralela a essa eventualmente mais baixa que seria para ser ciclável e pedonal.-----

----- Este é um primeiro troço dessa intenção futura, que é conseguido aqui, os encargos associados à concretização do percurso a partir do Parque dos Poetas até chegar aqui em termos pedonais estão imputados à operação e, portanto, a área bruta de construção que é feita nesta solução é exatamente a mesma que o plano previa como ali se pode ver, são vinte e seis mil e setenta metros quadrados, isto foi um dos fatores que levou a que a entidade proprietária não pudesse contestar e vir sugerir que haveria necessidade de os indemnizar face àquilo que tinham adquirido em hasta pública.-----

----- Aqui são os pormenores das áreas que não vale a pena vermos agora aqui, já vimos o que é que está, são duzentos e qualquer coisa fogos na solução tipológica que estava desenvolvida pelos projetistas e pelo proprietário, não são muito mais do que aqueles que estavam no plano, é uma questão de definição de tipologias. -----

----- O que é que vamos obter desta unidade de execução, ou seja, deste instrumento de

gestão territorial, vamos obter um troço do corredor verde, aquele que já mostrámos ali, vamos obter a execução da passagem pedonal entre o Parque dos Poetas que não pode ser superior tem que ser inferior entre o Parque dos Poetas e este percurso verde e ciclável, que depois se ligará às estações no futuro e vamos obter a requalificação da Rua do Chafariz, que é esta aqui, o chafariz está ali, a rua atualmente não tem exatamente este traçado, vai ser refeita para ficar organizada deste forma e vamos eliminar um troço de rua que vem da rotunda junto do edifício dos SIMAS, ficando apenas o acesso ao estacionamento dos SIMAS, para conseguir que esta continuidade em termos de percurso pedonal seja real, depois encontraremos uma solução ao longo da zona chamada Moinho das Antas e depois passando por cima do caminho de ferro e passando por cima ou por baixo da Marginal chegaremos à Plataforma das Fontainhas como era objetivo da Câmara Municipal. -----

-----Agora é esta a nova solução, é esta a nossa resposta àquela que foram as reclamações e as exposições feitas pelos moradores e pelas pessoas que entenderam participar na discussão pública. ---- -----

-----Esta resposta está já concertada com a entidade proprietária, portanto, é fácil a gente poder querer outra coisa mais ideal, mas é preciso contar que, quando saímos fora daquilo que são os direitos da edificabilidade, que estão associados à aquisição que foi feita, teria que haver indemnização e, neste caso, não me parece que se justifique haver a afetação de meios públicos para indemnizar, uma vez que se encontra uma solução que satisfaz todas as questões em presença. -- -----

-----Estas são as vistas que foram apresentadas da outra vez com as duas torres agora apresentadas com a solução como fica, em que uma delas fica igual ao que estava antes e a outra é transformada naquele edifício que tem, sensivelmente a mesma altura, que tem os edifícios do Bairro Joaquim Matias do outro lado e tem também a mesma altura que têm estes edifícios aqui.

-----Estes são os ambientes que já da outra vez tinham sido apresentados, embora estes



Câmara Municipal  
de Oeiras

ambientes tenham como referência já a nova solução, são na mesma perspetiva para se perceber o que é que se mudou. -----

----- Eu só resolvi pôr isto aqui, porque a dada altura comecei a ver alguns comentários e exposições, etc., como se o desenvolvimento de edifícios em altura fosse uma coisa para gente provinciana ou para gente oportunista, eu percebo que nem todas pessoas tenham cultura do que é o urbanismo humanismo, não tem que o ter e têm todo o direito de ter as suas opiniões, o que não têm é o direito de passar dessa opinião para pensar que os outros não sabem o que é que estão a fazer, isso não é bem assim e o que é que eu quero mostrar com isto? -----

----- Isto são as capitais da Europa, são grandes cidades europeias, Milão, Varsóvia, Viena de Áustria, Suécia, Barcelona, Espanha, Sevilha, Oslo, Noruega, Paris e o que é que eu quero mostrar com isto? -----

----- Que é possível haver dinâmica na organização das estruturas urbanas, é possível haver pontuação em altura no meio de outras áreas que são limitadas a uma volumetria homogénea e diferenciada, é possível haver contrastes entre o histórico e o contemporâneo, é possível haver esta diversidade que exprime épocas diferentes, culturas diferentes, expectativas de qualidade de vida diferentes ao longo da história, isto é o que faz a cidade, a cidade é isto, não é alguma coisa de absolutamente perfeito que nós um dia qualquer resolvemos inventar e obrigar depois toda a gente a viver lá, a cidade faz-se dessas dinâmicas de negociações, de propostas, de estudo, o resultado tem é que ponderar os fatores todos que estão em presença e encontrar o ponto de equilíbrio, resolvendo da melhor maneira possível os vários objetivos, uns serão de interesse público, outros serão de interesse privado, uns serão de interesse daqueles que já lá habitam, outros serão de interesse daqueles que irão lá habitar, porque aqueles que irão habitar não protestam por poderem ver por cima do Bairro Joaquim Matias, os que vão habitar nos últimos andares da torre vão-se sentir bem, porque estão a ver por cima do Bairro Joaquim Matias, se estivessem lá em baixo estavam a ver as traseiras do Bairro Joaquim Matias, que tem a

imagem que tem e que todos conhecemos.-----

-----Eu só trouxe isto aqui para colocarmos a coisa no sítio, ninguém pretende agora transformar Oeiras em nenhuma destas coisas, atenção, isto são só exemplos para perceber, que de vez em quando, temos que utilizar uma opção de desenvolvimento em altura, não estamos a fazer nenhuma aberração, nem estamos a fazer nenhuma aventura de desenho urbano que vá criar uma destruição de imagem, uma destruição de características, uma destruição de ambientes, é questão de se ponderar. -----

-----Nós temos ali em Nova Oeiras um belíssimo exemplo de coexistência de edifícios em torre com moradias em volta, era uma unidade de vizinhança, foi bem feita, foi feita por um excelente arquiteto, foi feita por um excelente paisagista, que todos nós conhecemos e que já nenhum deles está no nosso mundo, mas que nos deixaram ali uma obra fantástica, onde se vive um elevadíssima qualidade de vida, eu tenho um filho que vive lá e os meus netos e aquilo tem uma qualidade de vida brutal. -----

-----Esta é a razão de ser de eu estar a trazer aqui estes exemplos, é colocar as coisas no sítio em que elas têm que estar, a discussão no sítio em que elas têm que estar, o que estamos a fazer ali não é nada de estranho e tivemos agora nesta fase em consideração os pormenores de eventual impacto nas pessoas que viviam mais próximo dali, eliminando aquilo que poderia ser o impacto mais significativo. -----

-----Para finalizar a questão das torres em Madrid, em Espanha, vejamos só a diferença de escala das coisas, ali nós estamos a falar de edifícios com duzentos e trinta, duzentos e quarenta metros de altura, nós ali estamos a falar de edifícios com cinquenta, sessenta ou setenta metros de altura, não estamos nessa lógica, também não estamos no meio de Madrid, é preciso fazer a transferência das coisas para a devida escala, eu só estou a exagerar por caricatura se me permitirem esta liberdade de estar a fazer um bocadinho de caricatura, não nos assustemos com estas coisas, porque não são para assustar. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O que é que se segue? -----

----- A Câmara Municipal tem aqui uma proposta de deliberação para validar, ou não, a ponderação que foi feita das participações públicas que foram apresentadas, há um enorme dossier que tem as respostas todas que foram dadas a essas exposições que foram feitas e uma vez que seja considerado aprovar essa ponderação, ela será divulgada publicamente e também comunicada a todos aqueles, aos tais cento e noventa e três, que fizeram as cento e noventa e oito participações que foram apresentadas e registadas como tal, como participações num instrumento de gestão territorial, que é uma coisa diferente de fazer uma petição para que a Assembleia Municipal discuta um tema. -----

----- Estas respostas terão que ser dadas a essas pessoas, serão divulgadas no “site” da Câmara as respostas que forem dadas no relatório de ponderação, se a Câmara o entender, como é óbvio, se assim for, em seguida, a Câmara pode aprovar a proposta de unidade de execução com a nova solução já ajustada e aprovando essa solução tem que o fazer com eficácia suspensa, porque a aprovação só pode ter eficácia plena quando a Assembleia Municipal, se assim o entender, revogar o plano de pormenor que ainda está em vigor, como eu disse e que são as duas últimas propostas. -----

----- As últimas propostas são a avaliação daquilo que foi ou que não foi, porque só houve uma participação efetiva destinada à revogação do plano de pormenor, as outras três que lá estavam, no fundo, a temática era sobre a unidade de execução e não sobre a revogação do plano de pormenor, mas para o caso também foram respondidas como é óbvio, mas agora o que acontece é que a Câmara Municipal neste caso, aprovará também a ponderação da participação realizada em relação à proposta de revogação do plano de pormenor e isso também será divulgado e remete para a Assembleia Municipal, porque não é a Câmara Municipal que aprova a revogação do plano. -----

----- Remete para a Assembleia Municipal propondo a revogação do plano, só quando a

revogação do plano ocorrer é que se torna eficaz a decisão que hoje pode ser tomada de aprovação da unidade de execução com aquela solução urbanística. -----

-----O Senhor Presidente pode ver as imagens dos “Três D”, do lado esquerdo foi o que foi discutido, do lado direito é que estamos a propor. -----

-----Agora aqui em planta o percurso da passagem inferior de quem vem por dentro do Parque dos Poetas poder passar por baixo do acesso ao viaduto, aqui é revolvida a articulação entre a saída do viaduto e a ida para norte e para cá, toda a circulação rodoviária foi feita, nós eliminamos uma rua que o plano tinha cá dentro e eliminámos todo o estacionamento cá dentro para poder transformá-lo em ciclovia e espaço verde.-----

-----Agora temos outra vez a imagem, mas já com umas ilustrações em “Três D” do ambiente ali em baixo. -----

-----Agora é a vista que já existia também na versão anterior, havia a vista com as duas torres, por acaso não usamos isto também para comparar, mas a outra torre que estava aqui no sítio onde está este edifício. -----

-----Isto agora são os tais exemplos que eu usei para alguma reflexão sobre estes contrastes de dinâmica.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** solicitou:-----

-----“Era só para pedir se pode ficar em ata a apresentação do arquiteto Serpa.” -----

-----Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Obviamente, que fica em ata, tudo o que se diz fica em ata.” -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** frisou:-----

-----“Desde já agradecer, obviamente, ao arquiteto Luís Serpa e dar aqui uma nota porque é importante dar, de apreço por estas imagens que nos ajudam a perceber o contexto, contudo, e tendo em conta os vários documentos, eu vou abordar isto como um todo, porque são quatro propostas e elas são dependente da votação umas das outras, porque estão interrelacionadas e



Câmara Municipal  
de Oeiras

uma vez que o PSD fez nas anteriores aprovações várias considerações e recomendações, tanto sobre o plano de pormenor, como sobre a unidade de execução e como aqui bem vimos e o arquiteto explicou a elevada participação pública, estamos a falar de cento e noventa e oito participações recebidas, o que nós propúnhamos era o adiamento da votação, porque faz-nos sentido e, principalmente ao PSD, até o plano de estudo de tráfego que tem várias páginas, um tem duzentas páginas, o outro tem cento e poucas, portanto, faz-nos sentido olhar para isto com algum cuidado. -----

----- É verdade que recebemos na sexta-feira, mas não tivemos e não tive a oportunidade, até porque não estive aqui em Portugal, de ver com todo o cuidado os documentos e sendo que fizemos algumas recomendações a nós faz-nos sentido ver com algum cuidado. -----

----- A minha sugestão seria se os outros Vereadores e o Senhor Presidente e não virem inconveniente de agendar para a próxima quarta feira, uma reunião extraordinária pública e fazemos a votação, era a minha proposta.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu o seguinte:-----

----- “Relativamente a esta proposta proponho também o seu adiamento, sobretudo, até que a petição entregue na Assembleia Municipal seja ali debatida, conforme o pedido expresso e entregue por cerca de mil e quinhentos munícipes. -----

----- Já agora, também gostaria de saber, porque há pouco o Senhor Presidente disse que centenas de pessoas que assinaram a petição em papel não residem no Município, gostaria de saber o número exato de pessoas que assinaram e não vivem no Município. -----

----- Quanto a mim não faz sentido aprovarmos aqui os termos de referência sem que os peticionários tenham sido ouvidos. -----

----- Os peticionários pediram na Assembleia Municipal o agendamento de um debate, também pedir uma audição pública, a Câmara poderia ter feito uma apresentação pública do projeto anterior e também poderia ter feito uma apresentação pública deste projeto como agora



está aqui a fazer, ainda assim, uma audiência bastante limitada, porque as pessoas não sabiam que ia ser feita esta apresentação aqui.-----

-----Parece-me muito importante a Câmara fazer uma apresentação deste género aos munícipes e aos moradores da zona e tenho aqui uma série de questões e agradeço ao arquiteto Luís Serpa, esta apresentação. -----

-----Relativamente a vários aspetos, desde logo, a questão da anterior discussão pública que foi uma discussão pública em período natalício, a Câmara escuda-se sempre no cumprimento estrito da lei. -----

-----Cumpriu a lei sim, mas não cumpre as boas práticas de participação pública, porque nas boas práticas de participação pública, fazem-se as tais sessões públicas, envolvem-se os munícipes, ouvem-se as pessoas. -----

-----O arquiteto Luís Serpa há pouco disse que, agora para fazer esta alteração ouviram os promotores, excelente, ouviram os promotores deviam ter ouvido também os munícipes, porque esses munícipes manifestaram interesse em ser ouvidos e foram afastados deste processo de alteração, portanto, gostaria de perceber se a Câmara, se os Serviços e se o Executivo não pensaram nesta fase em que estão a fazer alterações à unidade de execução em ouvir os munícipes.- -----

-----Falou também que não havia desconformidades, nós entendemos que havia desconformidades no outro projeto, tanto é que, afinal, verificaram que tinham de fazer diferente e deitaram um edifício, porque o edifício já não se mantém em pé, aparece deitado nesta unidade de execução e consideramos que nesta unidade de execução, possivelmente também ainda há desconformidades, eu gostaria de saber se as varandas dos edifícios foram tidas em conta para a área total da unidade de execução, a área total de construção. -----

-----Também gostaríamos de saber, por que é que a Câmara não revogou o plano de pormenor, já falámos nisto, antes de vender o terreno em hasta pública, porque realmente o plano



Câmara Municipal  
de Oeiras

de pormenor era um plano de pormenor desatualizado, nós, na altura, abstivemo-nos porque consideramos que o plano de pormenor devia ser revogado, mas devia ser revogado antes até da venda em hasta pública e para criar a melhor solução possível urbana naquele local, infelizmente, não foi isso que foi feito.-----

----- Depois comparam-se aqui capitais europeias com uma pequena vila entre Paço de Arcos e Oeiras, uma situação que não tem realmente nada a ver e, na realidade, estamos numa vila não numa metrópole e é importante que as pessoas realmente tenham a qualidade de vida que merecem, porque escolheram esta zona precisamente por ser uma zona calma.-----

----- Depois colocam também a zona do corredor verde junto a esta unidade de execução e um corredor verde que está em plena zona de conflito acústico, porque, na realidade fala-se aqui de um corredor verde e nós em dois mil e vinte e um votámos contra a tal proposta da constituição do corredor verde e azul entre o parque urbano e a plataforma superior das Fontainhas desde lá de cima da Quinta do Torneiro, porque já estávamos a ver aquilo que vinha aí, já antecipávamos que isto era, uma forma de depois criar ali grande construção em altura e que não iria beneficiar a zona e os moradores na envolvente.-----

----- Eu não me vou alongar muito, peço que esta proposta realmente seja adiada, porque não me parece que seja admissível e acho que até é uma falta de respeito pelos munícipes estarmos a votar uma proposta nestas condições, quando eles realmente fizeram esta petição e quiseram ser ouvidos e se o senhor arquiteto ou o Senhor Presidente, porque há questões políticas e questões técnicas, quiserem responder a algumas destas questões, há muitas outras questões que tenho para colocar, mas tendo em conta que possivelmente poderá ser adiada a votação, também me parece que podemos ver com mais tempo, porque entre sexta-feira e hoje é uma documentação extensíssima como todos sabem, nós não temos assessoria no gabinete desta Vereação, portanto, é muito difícil analisar isto tudo num período tão curto de tempo.”-----

----- O Senhor Vereador Armando Soares frisou: -----

-----“Começo por cumprimentar toda a equipa que está por trás do arquiteto Luís Serpa, o arquiteto Luís Baptista Fernandes, a arquiteta Vera Freire e dizer aquilo que nem sempre é dito aqui, é que a média de idades no Município de Oeiras é elevada, mas há momentos em que são os cabelos brancos que contam e quando temos a qualidade destas apreciações, tem a ver com a experiência e com a maturidade dos técnicos do Município de Oeiras. -----

-----Depois, dizer que ao ouvir a minha colega Vereadora Carla Castelo, discorrer sobre a pequena vila de Paço de Arcos e poderíamos falar da vila de Oeiras, é um pouco ver que, verdadeiramente, há modelos de desenvolvimento que são mesmo antagónicos.-----

-----Nós não estamos fadados a um destino deprimido, apesar de termos sido um Concelho que mais barracas tinha no País e dos mais pobres verdadeiramente do nosso País, mal nós estaríamos se estivéssemos fadados ao nosso destino e se tivéssemos de ter ficado por ali. ---

-----Eu quando olho para Oeiras e estou certo que a maior parte dos colegas Vereadores e julgo que os técnicos do Município olhem para os maiores municípios do mundo e é exatamente com esses que pretendo comparar-me.-----

-----Tenho a certeza que nós quando apresentamos uma qualidade de projeto ou tentamos avaliar a este nível e não são só nestas áreas, são em todas, é porque projetamos o Município para o futuro e, de facto, nem nunca poderá ser argumento, no meu ponto de vista, encararmos o nosso território como ele era ou como ainda é sem queremos aspirar a outro modelo de desenvolvimento que é aquele com o qual me identifico e que é o modelo de desenvolvimento que temos seguido até agora.-----

-----Portanto, julgo que, pelo menos aquilo que nos é apresentado, vai, penso eu de encontro à maioria das aspirações daqueles que protestam, há sempre duas formas de analisar isto protesta-se e não se faz e, pronto, e fica assim, impedimos o desenvolvimento e ficamos parados no tempo ou então tem que se tentar adequar as propostas de desenvolvimento com aquilo que é também a maior parte das pretensões daqueles que aqui moram e que, naturalmente,



Câmara Municipal  
de Oeiras

têm também todo o direito em poderem dizer aquilo que entendem, mas daquilo que me é aqui apresentado e daquilo que verifiquei está feito um perfeito enquadramento entre aquilo que são as pretensões de termos este Município, esta cidade, que é o que ela é, na senda das maiores cidades da Europa e manter aquilo que já temos que é o maior índice de espaço verde em qualquer Município urbano do nosso País.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** alegou o seguinte: -----

----- “Na sequência daquilo que o Senhor Vereador Armando Soares disse gostava só de acrescentar que, em primeiro lugar, o arquiteto expressa-se bastante bem, com muita clareza e eu percebi bastante bem aquilo que ele quis dizer, por exemplo, na fase final da apresentação quando apresentou aquelas torres, eu julgo que o arquiteto expressou-se com bastante clareza, eu entendi que não estava a comparar capitais europeias com vilas ou com outras categorias administrativas dos territórios, o que estava a exemplificar, segundo eu creio que disse, foi a compatibilidade entre o antigo e o moderno, a compatibilidade entre aquilo que existe no território e novos projetos que podem surgir e, julgo até, que foram palavras suas, exemplificando aquilo que é o processo de construção de cidade, o processo de planeamento do território salvaguardando os interesses públicos e privados em presença num processo que é dinâmico, que implica a participação de todas as partes, a conciliação de todas as perspetivas, sempre salvaguardando o bem comum e aquilo que é o projeto de desenvolvimento do território.

----- Acho que percebi bastante bem, acho que todos percebemos e queria dar os parabéns aos Serviços e ao arquiteto pela apresentação que fez. -----

----- Há uma nota que eu gostava de dizer também, correndo o risco de citar o Senhor Presidente, que diz muitas vezes para se fazer bem há uma particularidadezinha que é preciso cumprir, que é acreditar, e uma das coisas que ficou bem evidente na apresentação do arquiteto Serpa é que ele não estava meramente a apresentar a justificação técnica de uma opção. -----

----- A apresentação que aqui foi feita, foi uma apresentação de quem acredita

profundamente naquilo que está a fazer e na solução que está a construir como resultado da interação de todas as partes envolvidas, da salvaguarda de todos os interesses públicos e privados envolvidos e a favor do bem comum, do espaço comum, do território para todos, isso ficou bastante bem evidente. -----

-----Gostei muito também da referência a Nova Oeiras e de como bem foi conseguido esse projeto que é hoje de Nova Oeiras, ao lado onde estão implantadas as Torres das Palmeiras, que hoje quer umas, quer outras, são símbolos do nosso território, que as pessoas identificam com Oeiras, que não estranham, pelo contrário entranham, faz parte da nossa vivência, faz parte da maneira como identificamos o território, faz parte das nossas referências e lá está, aquele emblemático projeto urbanístico e mesmo ao lado aquelas torres, cada um no seu espaço em harmonia e fazendo parte das nossas referências hoje enquanto oeirenses. -----

-----Também gostava de destacar a forma como, inclusivamente, o arquiteto invocou até questões familiares para justificar o prazer que é viver naquela zona, fruir todo aquele espaço, transitar naquela área do nosso território entre o sítio onde existem as torres e o sítio onde não existem as torres e com tudo acontece com harmonia. -----

-----Queria deixar os parabéns aos Serviços, pelo trabalho que está a ser desenvolvido e que aqui foi apresentado e dizer também que aquilo que aqui se apresenta é, na verdade, o cumprimento do poder local e o cumprimento da democracia. -----

-----As coisas têm regras, a Senhora Vereadora há pouco quando falava, dizia que o Senhor Presidente evoca sempre que a Câmara Municipal cumpre a lei, mas que isso não basta, como que não se dando por satisfeita por se cumprir a lei, as coisas têm normas, têm procedimentos, têm regras, há espaços de participação, esses espaços de participação foram usados, foi feita referência à participação das pessoas, àquilo que se extrai e às propostas e sugestões, àquilo que se estreia dessas participações e a forma como tudo foi contemplado e ponderado no processo de avaliação naquilo que está em causa. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Queria terminar a dizer que cumpriu-se aquilo que é o regular, legal, normal funcionamento do poder local na defesa dos interesses dos cidadãos e do território na globalidade, dos cidadãos e na globalidade do território e cumpriu-se a prática democrática e participativa naquilo que é a construção da cidade nos termos em que o arquiteto Luís Serpa de forma tão erudita aqui enunciou, fazendo mais do que uma justificação técnica do processo, na verdade, vemos uma palestra de urbanismo.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** alegou: -----

----- “Eu queria começar por dizer que me revejo nas palavras dos Senhores Vereadores que falaram antes de mim, não em todos, mas naqueles que veem Oeiras no modelo de desenvolvimento que nós vemos.-----

----- Como dizia o Vereador Armando Soares podíamos olhar para as coisas e ficarmos contentes e estávamos nos anos oitenta, num determinado modelo de não desenvolvimento, mas estamos no Século Vinte e Um.-----

----- Estamos no Século Vinte e Um num Concelho modelo em que há muitos anos, uns e outros sabem o que é que andam a fazer, uns que pensam o território e que pensam numa globalidade de desenvolvimento como o caso do arquiteto Luís Serpa, a quem agradeço, porque também sou um bocadinho representante do povo, todo o empenho que ao longo da sua vida dedicou a Oeiras, pensar Oeiras não num prédio, mas num conjunto, que é o território todo do Município integrado num território maior que a Área Metropolitana de Lisboa, integrado num território ainda maior que é o País e perceber o que é que Oeiras representa nestas diversas dimensões, senhor arquiteto agradeço-lhe isso.-----

----- Agradeço também aos eleitores de Oeiras que ao longo dos últimos quarenta anos votaram no Senhor Presidente da Câmara e num determinado modelo de desenvolvimento que não começa agora, que não é um prédio, é um modelo de desenvolvimento que começou há trinta ou quarenta anos, que tem sido protagonizado pelo doutor Isaltino Morais e tem uma linha

condutora. - -----

-----Há quarenta anos pensou-se e tem-se levado a cabo aquilo que se pensou e que se sabe para onde vai e isto é muito importante, porque não estamos a discutir aqui um prédio mais alto que outro, estamos a discutir o modelo de desenvolvimento, se quisermos pensar pouquinho, estamos a pensar que estes dois prédios são a libertação de uma área de fruição para todos, são a ligação dos prédios mais acima a Figueirinha, o Jardim dos Arcos, o Parque dos Poetas até ao mar. -----

-----São a ligação de uma zona que, se calhar, quando foi feito o Bairro J. Pimenta seria uma zona balnear modelo, mas que a verdade, é que ao longo dos últimos anos ficou enclausurado entre a Escola Náutica e a linha do comboio e pela sua característica até tipologia interior das casas não tem o mesmo grau de desenvolvimento que tem os territórios acima, mas fica definitivamente ligado, quer era parte de cima à praia, quer a parte de baixo a área mais desenvolvida. -----

-----Nós podemos ver o atravessamento que existe e o conjunto que passa a ser de uma zona perto da praia até uma zona ao cimo do Concelho e isto é de quem percebe o modelo integrado disto. -----

-----Quando falamos em corredores verdes, falamos desde quase uma área muito próxima da autoestrada até à praia e isto tudo não se pode resumir à análise se um prédio é mais alto ou menos alto, não é isso que está em causa. -----

-----Senhor Presidente, quero-lhe dizer que, para além de me rever neste modelo de desenvolvimento, revejo-me muito nas equipas deste Município e agradeço o empenho de quem sabe o que é que anda a fazer. -----

-----Eu agradeço e o povo também reconhece, porque é nisto que vota há muitos anos, há pelo menos dez eleições.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Eu começava por me apresentar, tenho quarenta e três anos, nasci na maternidade de Oeiras e vivi sempre em Oeiras, na Freguesia de Porto Salvo e quando era pequena o percurso entre a minha casa e a Escola de Porto Salvo, eu tinha que o fazer permanentemente de galochas e de galochas porquê? -----

----- Porque as estradas, eram estradas de terra batida.-----

----- Ora, não são estradas de terra batida onde não há água, nem saneamento que atraem ou gerem riquezas para o território. -----

----- Não são estradas de terra batida que convencem empresas de “Silicon Valley” a apostar em Portugal e a apostarem no nosso Concelho. -----

----- Foi por via de uma política muito assertiva que começou há muitos anos atrás de política de requalificação do território, que começámos com a erradicação das barracas, mas por via de planeamento e, dizer logo, também como funcionária da Câmara que sou muito grata e privilegiada por há vinte anos presenciar e testemunhar aquilo que são as sessões de planeamento nesta casa. -----

----- Todas as segundas e terças-feiras de manhã, liderado pelo Presidente Isaltino, arquiteto Serpa, arquiteto Luís Baptista Fernandes que, no fundo, já fazem parte da família, têm construído a sua vida profissional nesta casa, eu assisto e testemunho àquilo que são as políticas de planeamento do território e são essas políticas de planeamento do território que fazem o território que é hoje Oeiras, Oeiras que é reconhecido nacionalmente e internacionalmente, seria impossível termos o Lagoas Park, o Taguspark, a Quinta da Fonte, o World Trade Center, o Suécia Parque, o Arquiparque, todas as empresas de prestígio internacional a apostarem em Oeiras, com um território que há quarenta anos atrás tinha estradas de terra batida, que não respondia àquilo que são as infraestruturas mais básicas essenciais como água ou esgoto ou tinha cinco ou seis mil famílias a viverem em barracas, é esta Oeiras que nós queremos, bem, eu não quero acreditar que nós estamos aqui a falar e há aqui algum preconceito nesta sala ou algum



estigma contra torres.-----

-----Não quero acreditar, porque há seiscentos anos atrás já havia em Itália cidades medievais, “San Gimignano”, por exemplo, tem torres medievais, eu não quero acreditar que algum estigma urbanístico contra a torres, porque há setecentos anos atrás já havia pessoas que planeavam o território, projetavam e construíam torres e alguns de vós que eu acredito, Oeiras tem uma grande classe média que viaja, que conhece muito, que vê boas práticas, para além de Oeiras, para além do País, que não quer essas boas práticas no nosso território, esta Administração quer e quer de forma assertiva.-----

-----Não vamos à boleia de nenhum promotor, vamos à boleia daquilo que é a nossa crença política, daquilo que nós efetivamente queremos para o território e muitas vezes aquilo que queremos para o território nem sempre o Governo nos acompanha e nós reivindicamos junto da Administração Central e junto do Governo.-----

-----No que respeita à proposta que há pouco a Vereadora Carla Castelo mencionava que foi aprovado há uns meses atrás e que ela já adivinhava o que vinha aí, e ainda bem que veio, o que foi aprovado e o que vem aí foi um corredor verde e azul, que foi projetado de norte a sul do território. -- -----

-----As boas práticas que nós queremos no território e que vemos no Parque dos Poetas, queremos ver prolongado para norte e para sul, são más práticas, não acredito, vejam o que aconteceu há quinze anos atrás, em dois mil e três havia aí um edifício, pessoas que moravam na zona envolvente ao Parque dos Poetas, na zona do Jardim dos Arcos, na Figueirinha, Bairro Augusto de Castro, de alguma forma, aquele edifício, o chamado mamarracho dos poetas. -----

-----Hoje em dia não há ninguém que olhe para aquele edifício e veja um mamarracho, veem um edifício em comunhão com a natureza, em comunhão com o paisagismo, com a urbe é um casamento, aliás, as pessoas que lá vivem todas elas sem exceção dizem que são umas privilegiadas por poderem ter comprado uma casa naquele edifício. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Quem vive no Jardim dos Arcos, quem vive na Figueirinha, ainda há três semanas atrás visitei com muito prazer com o Senhor Presidente uns moradores do Bairro Augusto de Castro, algumas melhorias aqui ou acolá, numa escadaria, num canteiro, numa poda de uma árvore, mas todos eles vivem e sentem Oeiras e é isto que deve vingar no futuro.-----

----- O planeamento do território que devemos ver não numa escala cirúrgica e a curto prazo de quatro anos, mas devemos de ver o planeamento do território numa escala como na época medieval já se via.-----

----- Na época medieval, no Século Catorze já se via que se construíam torres e que setecentos anos mais tarde havia pessoas que as iam visitar e eram o centro do mundo, não podemos ter uma visão e uma mente redutora, só ver dois mil e vinte e três, mas vemos aquilo que é a geração de riqueza para Oeiras a construção da Unidade de Execução do Espargal e, já agora e depois o Senhor Presidente irá dizer com maior propriedade, porque ele próprio visitou. -

----- Eu recordo-me do meu avô João Maria que era dono de um talho em Porto Salvo dizer aquilo que era o Espargal, porventura, as pessoas que assinaram esta petição, ninguém se recordará daquilo que era verdadeiramente o Espargal, o matadouro uma pocilga, recordam-se?--

----- Se calhar, deviam ter perguntado o que é que era o Espargal há quarenta anos atrás, uma pocilga, pois é, esta Administração não reivindica por pocilgas, reivindica por um território qualificado e gerador de riquezas para nós e para todas as empresas que apostam no nosso território e que também contribuí para mais e melhor riqueza.”-----

----- O **Senhor Presidente** frisou: -----

----- “Nós o que estamos aqui a discutir não tem nada a ver com torres, na verdade, estamos aqui a discutir o virtual, na verdade, o que estamos a discutir é o preconceito ideológico e é a posição da oposição ou das oposições, é o preconceito. -----

----- A Vereadora Joana Baptista falou do Espargal, não há aqui ninguém que se lembre do que era o Espargal, ninguém, a única pessoa que sabe o que era o Espargal é o arquiteto Serpa

e o que era o Espargal depois do matadouro, ninguém sabe, porque muitos de vocês nem eram nascidos, o que era em oitenta e cinco o Espargal, estão a ver a ignorância, o não estudar, esta coisa de vir para aqui falar, falar e não estudar, é uma chatice. -----

-----Ora bem, o Espargal era o pior foco de maior miséria do nosso Concelho, viviam lá setenta famílias com camadas sobrepostas. -----

-----Dentro das instalações havia três ou quatro pisos em madeira e as pessoas estavam umas em cima das outras e tinham que andar inclinadas, não podiam andar de pé, era ali que viviam setenta famílias numa situação absolutamente miserável. -----

-----Foram as primeiras a ser realojadas neste Concelho, porque houve lá um foco de incêndio, felizmente foi dominado e eu pude visitar aquelas famílias e andei lá inclinado de baixo, visitei aquilo tudo, de facto, só quem viu é que pode ter uma noção do que era aquilo. -----

-----Os moradores da Figueirinha, aqueles que vivem ali há mais de quarenta anos, porque a Figueirinha desenvolveu-se muito a partir dos anos cinquenta, sessenta, setenta e tal, esses têm a obrigação de saber o que era aquilo e foram os primeiros a ficar mais satisfeitos, mais felizes com a erradicação daquele foco de pobreza que havia ali, nós aqui também estamos a descobrir a pobreza e a riqueza. -----

-----Há um grupo aqui na Câmara que defende a riqueza para ser distribuída, naturalmente, não é por acaso que nós não temos barracas e a Amadora ainda tem seis mil famílias a viver em barracas, não é por acaso que Almada ainda tem seis mil e tal famílias a viver em barracas, miseravelmente e não é por acaso que nós temos, neste momento, um programa de mil e quinhentas casas. -----

-----Na verdade, há uns a puxar para a frente e outros a puxar para trás, a extrema-esquerda deste País quer a miséria, quer subsidiodependência, quer que as pessoas vivam do subsídio, não quer que vivam do seu trabalho, da dignidade do trabalho, da dignidade da casa e, é por isso, que estão sempre contra, portanto, nós queremos gerar riqueza, queremos gerar emprego



Câmara Municipal  
de Oeiras

e é para isso que trabalhamos.-----

----- Estas construções no Espargal chamem-lhe torres, chamem-lhe o que quiserem, vai criar muitos postos de trabalho, mas vai acontecer uma coisa que alguns dos subscritores e já agora a propósito de subscritores, não falo em mais ninguém até porque há a proteção de dados, não posso dizer os nomes, mas há pelo menos dois nomes que eu posso citar porque são figuras públicas, o doutor Marcos Sá, do Partido Socialista, que não mora no Concelho, muito menos nesta zona e o engenheiro Miguel Pinto que também não mora aqui na zona, mora lá para o Dafundo ou não sei para onde, líderes políticos, os dois, que quiseram fazer disto uma guerra, as coisas têm que ser postas pelo nome. -----

----- Dois líderes políticos são os primeiros subscritores da dita petição, mas são dois líderes políticos, um do Bloco de Esquerda e o outro da facção mais radical do Partido Socialista que perdeu as eleições contra o grupo que está neste momento a dominar a secção, é com isto que nos confrontamos, são questões essencialmente de natureza política que levam a que as pessoas estejam deste lado ou do outro. -----

----- Este Presidente da Câmara e a maioria dos Vereadores que aqui estão de que lado é que estamos?-----

----- Do povo de Oeiras, de todo o povo, dos que estão contentes e dos que estão descontentes, alguns só querem estar do lado dos descontentes e tentam cavalgar a onda, sempre que há qualquer coisa, qualquer manifesto de descontentamento aí estão eles, arautos da defesa do descontentamento.-----

----- Depois defendem muito a participação, mas, na realidade desprezam-na, a participação só é útil quando manipulada por eles próprios e depois desprezam um outro fator fundamental que é a democracia representativa. -----

----- Nós vivemos numa democracia representativa, nós não vamos permitir a subversão, isto é poder popular, não é o poder popular que o Bloco de Esquerda quer, realmente a extrema-

esquerda deste País o que quer é poder popular, quer que uma minoria realmente domine e controle o País, mas não, os portugueses são lúcidos e, portanto, não dão maiorias à extrema-esquerda, têm o seu lugar, naturalmente, a democracia é assim.-----

-----A democracia é assim, mas, de facto, vivemos uma democracia representativa onde a participação tem o seu lugar pelas formas estabelecidas na lei, não pelas formas arbitrárias eventualmente ou voluntaristas de que alguns defendem, a lei define como é que se faz a participação. -----

-----Diz-nos a experiência que todos esses processos urbanísticos, mais alto, menos baixo seja o que for, normalmente, sai sempre em favor dos que protestam, o que é que eu quero dizer com isto? -- -----

-----A intervenção no Espargal, no Moinho das Antas e as ligações de toda esta intervenção que está a ser feita vai valorizar de uma forma extraordinária todo o imobiliário naquela zona. -----

-----É óbvio, que vai haver um reforço de qualidade de vida de toda aquela área, há uns que não querem ver, mas quem quiser observar, basta olhar para este quadro e verificar que o que estava no plano de pormenor anteriormente era uma barreira que não permitia a ligação ao Parque dos Poetas. -----

-----O Parque dos Poetas é de dois mil, este plano é de noventa e quatro, noventa e cinco, não se sonhava ainda com o Parque dos Poetas, ele veio depois, se tivesse sido feito um planeamento logo em conjunto, talvez se tivesse pensado nessa possibilidade de ligação. -----

-----Entretanto, o Parque dos Poetas concluiu-se e o nosso horizonte agora vai muito mais longe, nós pretendemos ligar a praia de Santo Amaro, o lindo Jardim de Oeiras que está com uma arborização fantástica, com árvores frondosas, a margem esquerda da Ribeira entra aqui no Jardim do Palácio do Marquês, passa para a Quinta de Cima, daqui vamos passar ao Parque dos Poetas, do Parque dos Poetas desce por aí fora, Espargal, Moinho das Antas, Fontainhas, Praia de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Paço de Arcos, mas atenção, depois tem um eixo de prolongamento pelo Parque das Perdizes, tudo isto está pensado, Parque das Perdizes, Pedreira Italiana em direção à Quinta da Cartuxa, Paço Real de Caxias, praia de Caxias. estamos a falar de mais de trezentos hectares só neste percurso, mais de trezentos hectares de espaço verde, será uma coisa única no País, isto causa uma inveja tremenda, uma dor de cotovelo a muita gente e estamos a realizar, a concretizar. -----

----- Este caso no Espargal, eu não tenho dúvidas que uma vez executado, traduz-se numa qualidade de vida e numa disponibilidade de espaço verde extraordinária, com menos impermeabilização do solo, tem todas as vantagens, o problema aqui não tem a ver com a torre, o problema é que alguém se lembrou de protestar contra a torre, gera-se um descontentamento e cavalgam politicamente a situação, mas eu aviso-os, tenham cuidado, tenham cuidado com isso, porque o Partido Socialista está reduzido a um Vereador, não sei porquê, o Partido Social Democrata está reduzido a um Vereador, o Partido Comunista tinha um perdeu-o para o Bloco de Esquerda, quase a mesma coisa.”-----

----- Interrompendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

----- “O Senhor Presidente já leu a sentença do Tribunal a dizer o que era.” -----

----- Atalhando o **Senhor Presidente:**-----

----- “Senhora Vereadora não lhe dei a palavra, quando quiser pede a palavra, eu disse o Bloco de Esquerda, a Senhora Vereadora Independente, repito, a Senhora Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras, portanto, é Vereadora Independente indicada pelo Bloco de Esquerda, significa que eu estou a falar do Bloco de Esquerda, se a Senhora Vereadora não se revê no Bloco de Esquerda é um problema seu. -----

----- Senhora Vereadora respeite as regras, não lhe dei a palavra, a democracia implica que o Presidente da Câmara é que dá a palavra e comentários aí ao fundo, quem quer fazer comentários não é aqui dentro que os faz, é lá fora, aqui tem que respeitar o Órgão que está reunido, porque se alguém não respeita sai já, exijo silêncio, o público não tem que intervir neste

tipo de reuniões.-----

-----É minha convicção que a realização deste plano vai valorizar, quem vai sair mais beneficiado é o Bairro Joaquim Matias e o Bairro da Figueirinha, são os que vão beneficiar mais com este projeto. -----

-----Isto de alguma forma, é o culminar também de um processo de planeamento do Município de Oeiras que é o único no País, o arquiteto Serpa é dos últimos dessa geração, na medida em que, quando eu fui eleito pela primeira vez Presidente da Câmara, herdei aqui na Câmara, uma Câmara sem dinheiro, sem muita capacidade para gerar dinheiro, mas com uma equipa técnica que estava em formação, mas uma excelente equipa técnica, um Serviço de Planeamento com pessoas como o arquiteto Serpa, o arquiteto Rocha, o arquiteto Custódio, já por lá andava o arquiteto Carrilho, mais uns tantos, depois veio mais tarde o Baptista Fernandes, a equipa vai-se renovando. -----

-----As pessoas têm olhos para ver, os cidadãos de Oeiras quando saem daqui de Oeiras e vão ali para Amadora ou para Sintra, com todo o respeito, ou para outro concelho aqui à volta, vêm que o Ordenamento do Território de Oeiras não tem nada a ver com esses territórios. -----

-----Aqui não encontra uma oficina aqui, a seguir um estaleiro de materiais construção, depois uma moradia, a seguir um prédio de três pisos, depois um estaleiro de construção civil outra vez, depois uma moradia, depois um sucateiro de automóveis, não tenho disto aqui em Oeiras, mas tem nos concelhos todos à nossa volta, Oeiras atinge um nível de qualidade que não é vulgar em Portugal.-----

-----Quando vi aqui esta segunda apresentação, em termos de ordenamento do território, do planeamento que é feito, o mérito tenho que o endereçar para os técnicos, para o Planeamento da Câmara, para os diferentes Serviços, porque a minha ambição é essencialmente política e aí tenho uma ambição e sonhos enormes e não fico surpreendido, fico encantado, quando vejo que os técnicos, por vezes, ainda vão mais longe do que eu, ainda conseguem ter mais ambição do



Câmara Municipal  
de Oeiras

que eu, é uma coisa fantástica, ou pelo menos, não sei se estou a exagerar, mas pelo menos tanta como eu, têm.-----

----- Vê-se que nesta apresentação foi feito um estudo, uma unidade de execução, foi posta à discussão pública, são ouvidas as pessoas, participam, dão as suas sugestões, os Serviços ponderam e aparecem aqui com uma solução, que é surpreendente.-----

----- Eu defendia, as duas torres, porque libertava muito mais terreno e ficava muito mais terreno permeável e muito mais espaço verde, mas da ponderação feita e ouvidos os cidadãos, particularmente aqueles que residem ali, chegaram à conclusão que havia uma das torres que eventualmente ensombrava, tira-se a torre e faz-se mais na horizontal, e criou-se uma barreira na rua, não pode ter sol na eira e chuva no nabal.-----

----- Se em termos de unidade de execução respeita na totalidade aquilo que estava no plano de pormenor, o problema aqui não é a torre, o problema aqui é o preconceito, de maneira que quando há pouco falava dos diferentes partidos, o Partido Socialista nos mandatos anteriores, votou sempre a favor de todos os processos urbanísticos, de todos, sem exceção, a Vereadora Ana Filipa Laborinho está com dificuldade e vai votar contra.-----

----- Vota contra porquê?-----

----- Porque essas são as ordens do partido.-----

----- A Vereadora Susana Duarte não sei qual é o voto dela ainda, mas provavelmente vai ouvir o partido também.-----

----- Eu não tenho nenhum partido a dar-me ordens. É tão simples como isso, o meu partido chama-se povo oeirense, é desses que eu recebo ordens e é a esses que eu apresento os programas.-----

----- O critério fundamental para a tomada de decisão deve ser o que nós consideramos que é bom ou é mau, isto é positivo ou não é.-----

----- Se toda a gente pensasse no que o Espargal era e que eu já referi, com setenta



famílias a viver ali miseravelmente, provavelmente, todos teriam uma atitude diferente, mas a verdade é que o Espargal era um dos exemplos, havia muitos espargais por este Concelho fora. --

-----É sempre bem lembrá-lo, hoje, somos o segundo Município português na geração de mais riqueza a seguir a Lisboa, Oeiras é o Município que gera mais riqueza, mas também o Município que gera mais emprego, mas emprego qualificando, mas, provavelmente, também é o Município onde há menos pobreza exposta neste momento, um dos programas de política social, de apoio social às famílias, nós não admitimos que haja famílias a passar fome neste Concelho. Nós não admitimos isso. -----

-----E em matéria de ambiente damos lições a qualquer um. Eu costumo dizer vejam se encontram papel na rua. -----

-----Não se ria, Senhora Vereadora, um papel na rua. Eu costumo dizer um papel, com certeza que encontra se andar em quarenta ruas é capaz de encontrar um papel, mas para encontrar dois já se vai ver aflita. Um talvez encontre, um papel talvez encontre, dois papéis já é mais difícil, eu ainda neste fim de semana saí de Miraflores subi a Linda-a-Velha passei em Carnaxide, fui a Queluz de Baixo passei em Tercena, Barcarena, Porto Salvo, não encontrei um papel no chão. -----

-----No Espargal também não deve haver, mas eu convido no final desta reunião a ir ao Espargal para ver se encontramos um papel no chão, quem me conhece sabe que eu vou a todas e, portanto, estou disponível. -----

-----Senhora Vereadora, não seja impaciente, eu estou a falar, quando acabar, eu dou-lhe a palavra, portanto, não precisa de estar sempre com o dedo no ar. Isso chama-se ansiedade e a ansiedade mata. -----

-----Eu estou disponível para adiar a votação destas propostas de deliberação, mas no contexto em que a Senhora Vereadora Susana Duarte solicitou, a Câmara não está aqui a reboque de apresentação de petições, é um problema da Assembleia Municipal, já disse, a Assembleia



Câmara Municipal  
de Oeiras

Municipal é que tem que discutir a petição, portanto, não há qualquer relação de uma coisa com a outra, a Câmara Municipal cumpriu tudo aquilo que tem que cumprir, a petição que foi apresentada pode ser discutida na Assembleia Municipal quando agendarem, qualquer partido pode agendar potestativamente a discussão dessa petição, julgo que até agora nenhum fez, quer dizer que gostam de andar com isto em banho maria, aquilo que gostariam era que não houvesse decisão nenhuma. -----

----- Conosco não é assim, nós decidimos e, portanto, estamos convencidos que a maioria dos cidadãos apoiam esta política, porque estamos com a mais baixa taxa de desemprego do País, geramos riqueza, geramos emprego, distribuímos os recursos pelas instituições sociais, ainda ontem, alguém fazia uma intervenção sobre as instituições de solidariedade social no Município, mas as instituições de solidariedade social dependem de quem? -----

----- Essencialmente do Município, todas elas são financiadas pelo Município e todas elas colaboram em projetos com o Município, a maior parte delas funciona em instalações construídas, doadas e cedidas pelo Município, nós temos aqui neste Concelho, uma política social extraordinária, diversificada e que vai de encontro aquilo que são as necessidades das pessoas, das famílias mais fragilizadas e para isso é necessário gerar riqueza, é por isso que é fundamental esta possibilidade que o Município ao longo dos anos teve de gerar negócios e como disse logo no início, é isto o Oeiras Valley, para aqueles que tinham algumas dúvidas. -----

----- Podemos adiar esta votação, sou sensível, naturalmente que se foi apresentado na sexta-feira, considerando a alteração ao Regimento relativamente a declarações de voto, como sabe qualquer declaração de voto deve ser apresentada na reunião a que diz respeito, assim têm tempo para redigir as declarações de voto que quiserem apresentar, portanto, se estiverem de acordo pode ser quarta-feira, pode-se fazer depois da reunião normal, faz-se a reunião pública, acho que é preferível, então na quarta-feira dia doze, temos a reunião ordinária às quinze horas e às dezanove horas temos uma reunião pública extraordinária para esses pontos.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“Já agora que a votação vai ser adiada, chamo a atenção para a falta de documentos para uma correta análise, nomeadamente os perfis, que se fizerem favor, poderão pôr no Salão Nobre Digital. -----

-----E já agora também apelo a que todos os munícipes que solicitem toda a documentação destas propostas que lhe seja enviada antes de dia doze de julho para também poderem ter acesso.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou: -----

-----“Será enviado ou será consultado. -----

-----Voltamos ao mesmo, o que é que a lei diz?” -----

-----A **arquiteta Vera Freira** esclareceu: -----

-----“Se adiarmos as votações todas, a Câmara não ponderou ainda, não podemos divulgar.”-----

-----Volveu o **Senhor Presidente**: -----

-----“Pronto, só pode ser depois.” -----

-----Acrescentando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Não percebo, porque o Senhor está a falar do cumprimento da lei e noutras Câmaras Municipais, nomeadamente em Lisboa, os documentos são disponibilizados aos munícipes que os solicitam, não estou a ver como é que a lei é diferente em Lisboa e em Oeiras, peço que veja com um jurista, porque na realidade, se há uma reunião pública e se os munícipes que solicitam, aliás, no próprio edital que o Senhor assina, está lá que os munícipes podem solicitar a documentação não estou a ver por que é que não pode ser enviada aos munícipes que solicitarem essa documentação, para além disso, peço o favor de colocar no SND toda a informação importante para a análise, nomeadamente os perfis, entretanto, também não foram respondidas as questões que eu coloquei, nomeadamente da área de construção se contam ou não as varandas



Câmara Municipal  
de Oeiras

para a área de construção.” -----

----- De novo o **Senhor Presidente** disse: -----

----- “Senhores Vereadores o Presidente da Câmara não é jurista é Presidente da Câmara e, portanto, sobre essas matérias eu não me pronuncio. Os Serviços é que têm que se pronunciar. Se os Serviços consideraram que nos termos da lei, a divulgação será feita depois da aprovação da Câmara é assim que será, se considerarem que não é assim, proceder-se-á de forma adequada.

----- Há questões que a Senhora Vereadora colocou designadamente das áreas que irão verificar e transmitir.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** salientou o seguinte:-----

----- “Eu queria dar uma nota relativamente aos anexos que estão na proposta de discussão pública e porque não sei se vão ser públicos ou não, mas contêm algumas informações pessoais, como números de cartão de cidadão.”-----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Na altura excluem isso.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

**62 - PROPOSTA Nº. 581/23 - DCA - PROJETO ANIMÁRUA 2023 - APOIO PONTUAL AOS AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES:** -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

**63 - PROPOSTA Nº. 582/23 - DCS - CENTRO QUALIFICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS:** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar o pagamento

pelo Município à AERLIS, do valor total de setenta e seis mil quatrocentos e catorze euros e sessenta e sete cêntimos (IVA), para fazer face aos valores em dívida relativos à gestão e funcionamento do Centro Qualifica, incluindo o pagamento de remunerações e honorários dos elementos afetos ao Centro Qualifica até trinta e um de março de dois mil e vinte e três (equipa técnica e formativa);-----

-----O pagamento pelo Município à AERLIS de mil setecentos e setenta e cinco euros e trinta e três cêntimos, referente às contribuições e quotizações para a Segurança Social, incluindo as devidas sobre os proporcionais de subsídio de férias e de Natal de dois mil e vinte e três, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa técnica do Centro Qualifica. -----

-----O pagamento pelo Município à AERLIS de mil seiscientos e vinte e cinco euros, referente às retenções na fonte de IRS, incluindo as devidas sobre os proporcionais de subsídio de férias e de Natal de dois mil e vinte e três, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa técnica do Centro Qualifica;-----

-----O pagamento pelo Município à AERLIS de três mil e oitenta e três euros e oitenta cêntimos, referente aos encargos com a Segurança Social por parte da entidade empregadora, incluindo as devidas sobre os proporcionais de subsídio de férias e de Natal de dois mil e vinte e três, referentes ao pagamento de remunerações em atraso, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa técnica do Centro Qualifica;-----

-----O pagamento pelo Município à AERLIS de trezentos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos, referente às retenções na fonte de IRS, referentes aos honorários em atraso, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa formativa do Centro Qualifica; -----

-----O pagamento pelo Município das remunerações líquidas em atraso, num total de onze mil e sessenta euros, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa técnica do Centro Qualifica.-- -----

-----O pagamento pelo Município dos honorários, líquidos mais IVA, em atraso, no



Câmara Municipal  
de Oeiras

montante de mil novecentos e trinta e um euros e dez cêntimos, desde um de abril de dois mil e vinte e três, à equipa formativa do Centro Qualifica. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigos quadragésimo segundo, centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. ----

----- Artigos segundo-A e oitavo, do Decreto-Lei número quarenta e dois, de noventa e um, de vinte e dois de janeiro.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

**64 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:** -----

----- Sob proposta verbal do **Senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia doze de julho, pelas dezanove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Proposta de deliberação número quinhentos e setenta e sete, de dois mil e vinte e três - DOT - Delimitação da Unidade de Execução do Espargal - Relatório de Ponderação das Participações recebidas em sede de Discussão Pública; -----

-----Proposta de deliberação número quinhentos e setenta e oito, de dois mil e vinte e três - DOT - Delimitação da Unidade de Execução do Espargal - Aprovação Final - Aprovação dos Termos de Referência, Desenho Urbano, Minuta do Contrato de Urbanização e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; -----

-----Proposta de deliberação número quinhentos e setenta e nove, de dois mil e vinte e três - DOT - Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras (PPE) - Discussão Pública - Relatório de Ponderação; -----

-----Proposta de deliberação número quinhentos e oitenta, de dois mil e vinte e três - DOT - Revogação do Plano de Pormenor do Espargal/Oficinas da Câmara Municipal de Oeiras (PPE) - Aprovação Final. -----

-----Considerar desde já convocados os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital. -----

-----Nesta altura saiu da sala, definitivamente, a **Senhora Vereadora Carla Castelo**.-----

**65 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----


-----Às vinte e uma horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

**O Presidente,**



(Isaltino Morais)

**A Diretora de Departamento,**



Vera Lúcia da Rocha  
Ferreira de Carvalho de  
Ascensão / 500745943  
2023.07.28 16:13:01  
+01'00'

(Vera Carvalho)